



a

arteira
revista de psicanálise

n.7 | nov/2015



Escola Brasileira de Psicanálise
Seção Santa Catarina





expediente

Diretoria Geral da EBP-SC

Liège Goulart (Diretora Geral), Louise Lhullier (Diretora Secretária e Tesoureira), Eneida Medeiros Santos (Diretora de Intercâmbios e Cartéis) e Oscar Reymundo (Diretor de Biblioteca).

Conselho da EBP-SC

Cynthia Busato (Secretária), Laureci Nunes (Presidente), Silvia Emilia Espósito, Rômulo Ferreira da Silva, Vera Avellar Ribeiro, Antônio Áureo Benetti

Conselho Editorial

Luis Francisco Espíndola Camargo (Presidente), Oscar Reymundo, Cynthia Busato, Laureci Nunes, Romildo Rego do Barros e Antonio Teixeira (*ad hoc*).

Imagem da capa

Obra da série TranspareSeres (técnica escultura em tela de metal e pintura acrílica)
Marinela Goulart. Pintora e escultora. galeria41@yahoo.com.br

Diagramação

Cultura e Barbárie Editora

Revisão

Ana Ribeiro Grossi Araújo (português) e Carolina Martins Brum (inglês)

O conteúdo dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.
Todos os direitos reservados à:

Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Santa Catarina

Rua Jerônimo Coelho, 280 - Sala 402 - Ed. Sudameris - Centro
CEP: 88010-030 - Florianópolis/SC - Brasil
Tel/Fax: 55 (48) 3222-2962 | www.ebpsc.com.br | ebpsc48@gmail.com

Arteira

v.1, n. 1 (2008) - . - Florianópolis: Escola Brasileira de Psicanálise -
Seção Santa Catarina, n. 7, 2015.

Anual

ISSN: 1983-6759

1. Psicanálise. 2. Periódicos. I. Escola Brasileira de Psicanálise - Seção
Santa Catarina.

CDU: 159.964

CDD: 150.195



sumário

5 | editorial

Luis Francisco Espíndola Camargo

clássico

13 | Panorama das Neuroses de Transferência

Sigmund Freud

28 | Nota do tradutor

Emiliano de Brito Rossi

29 | Freud e a Biologia Evolucionista: causas distantes do sentimento de culpa

Luis Francisco Espíndola Camargo

o que escapa

43 | Obsessões ou afinidades? - As paixões autísticas

Ana Martha Wilson Maia

50 | Ter um corpo: a análise do *parlêtre* ou do porquê já não se trata mais apenas do sujeito

Cesar Skaf

58 | A angústia como operador dos laços sociais no império das imagens

Fernanda Azevedo Turbat

64 | Notas sobre o saber e o real

Luiz Felipe Monteiro

71 | Um laço corporal

Silvia Salman

77 | O destino da imagem no duplo do autista

Suzana Faleiro Barroso



peças soltas

- 87 | Ready-made: as heterotopias nas produções de subjetividades
Airan Gonçalves dos Santos e Bruna Rodrigues Maziero
- 95 | Rede de significantes e amarrações:
desafios na transferência na ausência de um significante primordial
Bruna Camillo Bonassi
- 103 | No labirinto da neurose obsessiva:
nas tramas sombrias do tempo e da escravidão
Daniel Felix
- 108 | Uma leitura de “Recordar, repetir e elaborar”
Gresielia Nunes da Rosa
- 114 | A debilidade generalizada nos tempos em que vivemos
Maria Teresa Wendhausen

política

- 123 | Redução da maioria penal. Que solução é essa?
Oscar Reymundo
- 128 | Sobre a redução da maioria penal: considerações a partir
da leitura de “Por que a Guerra?”, de Sigmund Freud
Rafael Caetano Cherobin
- 133 | Maioria penal: que lei é essa?
Walter Markezan Augusto
- 139 | O inconsciente, a política e a biopolítica
Silvia Emilia Espósito

passe

- 147 | Testemunho
Gabriela Grinbaum



editorial

Este número da revista **arteira** evoca o espírito do programa de pesquisa do X Congresso Mundial de Psicanálise – *O corpo falante, sobre o inconsciente no século XXI* –, a ser realizado em abril de 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Como dizer o que escapa? Como tocar pela palavra aquilo que a rechaça e que promove a fuga do sentido? Por outro lado, o que escapa não deixa de produzir efeitos sobre o corpo, provocando a tagarelice e a elucubração sobre a *lalíngua*. O que escapa não cessa de não se escrever, e tocá-lo é praticamente uma raridade, um acontecimento, expressão que recentemente se tornou uma noção importante para a psicanálise de orientação lacaniana. O que escapa está na série do *trauma e do acontecimento de corpo*, tema do número anterior da revista **arteira**. É uma continuidade e, ao mesmo tempo, ruptura, na medida em que do trauma resta somente “o que escapa”, o que é exterior ao campo do Outro. Somente no horizonte esvaecido do simbólico isso que escapa pode ser vislumbrado como disforme. Ele é completamente único. Por isso, a prática da psicanálise é uma prática do caso único, pois se orienta pelo que escapa de cada ser falante. Será possível dizer sobre o que escapa? Uma coisa é certa, bem-ditos aqueles que o conseguem. Freud não hesitou em elucubrar sobre o que escapa. Uma de suas elucubrações pode ser encontrada neste volume.

Temos a honra e a alegria de publicar um texto inédito de Freud, traduzido diretamente de um manuscrito em alemão pelo psicanalista Emiliano Rossi. Trata-se de um rascunho do décimo segundo ensaio dos textos sobre a metapsicologia, intitulado por Freud de *Übersicht der Übertraggsneurosen*, “Panorama das neuroses de transferência”. O rascunho, enviado a Ferenczi em 1915, apresenta hipóteses sobre as *causas distantes* das neuroses, responsáveis pela predisposição biológica nos indivíduos; o suposto fator biológico sobre a *feminilidade*, hipótese apresentada por Freud no último parágrafo do texto “Análise terminável e interminável”, de 1937 (FREUD, 1996, p. 270).

O texto “Panorama das neuroses de transferência” pode ser dividido em duas partes, a partir de uma estrutura frequentemente encontrada nos textos de Freud: *descrição e explicação* ou *nosografia e etiologia*. Na pri-



meira parte, podemos perceber uma descrição ontogenética das neuroses de transferência (descrição) e, na segunda, uma recapitulação filogenética (explicação) como causa distante da predisposição hereditária.

No primeiro momento do texto, Freud apresenta uma descrição nosográfica das seguintes neuroses de transferência, bem como as suas relações a partir do desenvolvimento da libido (ontogênese): histeria de angústia; histeria de conversão; neurose obsessiva; demência precoce; paranoia; melancolia-mania. “As disposições da fixação dessas afecções parecem igualmente resultar numa série que, contudo, segue o sentido oposto, especialmente quando se considera a disposição da libido” (FREUD, 2015).

Já na segunda parte do texto, Freud elabora conjecturas sobre as possíveis causas dessa predisposição às neuroses. Para Freud, a predisposição não estaria ligada à biologia funcional, mas à biologia evolutiva. Baseamos nossa leitura na proposta realizada por Ernst Mayr em seu artigo de 1961, “Cause and effect in biology”. Ao contrário do que pressupõem algumas releituras biológicas da obra de Freud, que privilegiam o estudo das causas próximas, caracterizado pela biologia funcional – onde se encontram a físico-química, a genética e a biologia molecular –, acreditamos que é a biologia evolutiva que perdurará nos textos freudianos. Nesse manuscrito, as causas próximas das neuroses são descritas a partir do desenvolvimento da libido, a partir da relação entre os fatores internos (pulsão) e externos (traumas), enquanto as causas distantes residem no desenvolvimento filogenético. “A biologia evolutiva, entretanto, seria essa outra biologia ocupada em indagar as causas distantes que, atuando sobre as diferentes linhagens de seres vivos, nos explicam porque esses apresentam caracteres que, efetivamente, agora apresentam ou alguma vez apresentaram” (CAPONI, 2014, p. 17). Nesse sentido, podemos observar a mesma elucubração evolucionista sobre *aquilo que escapa* noutros textos freudianos, como “Totem e tabu” (1912), “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), “O mal-estar na civilização” (1930) e “Moisés e o monoteísmo” (1939). As conjecturas evolucionistas de Freud apoiam-se, sobretudo, numa subversão da teoria da recapitulação de Ernst Haeckel¹. A predisposição hereditária às neuroses de transferência é explicada através de uma reconstrução histórica de um ponto de desenvolvimento da raça humana: “as causas [...] não podem ser investigadas pelos métodos da química ou da física, mas devem ser reconstruídas por meio de inferências históricas

¹ Cf. GOULD, 2010, p. 193-205.





– através do teste das narrativas históricas” (MAYR, 2008, p. 101). Para Freud, o apelo ao evolucionismo explicaria a origem do sentimento de culpa, tendo como hipótese o assassinato do pai de uma horda primeva. As neuroses podem ser entendidas como uma adaptação da espécie à vida em comunidade: “como a cultura obedece a um impulso erótico interno, que faz unir os homens em uma massa intimamente ligada, só pode alcançar esse fim mediante um fortalecimento cada vez maior do sentimento de culpa” (FREUD, 2010, p. 67).

Em 1983, Ilse Grubrich-Simitis encontra um manuscrito de Freud nas cartas de Sándor Ferenczi, durante os preparativos da publicação da correspondência entre Sigmund Freud e o seu discípulo e colaborador. Com a ajuda de uma pequena carta de 28 de julho de 1915, revelou-se que o rascunho tratava do décimo segundo ensaio metapsicológico. Através das suas correspondências, sabe-se que, além dos cinco textos publicados da sua metapsicologia – “Pulsões e destinos das pulsões” (1915), “A repressão” (1915), “O inconsciente” (1915), “Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos” (1915) e “Luto e melancolia” (1915) –, Freud pretendia, na verdade, compor um livro com doze ensaios. Porém, além de não publicar o livro, sete manuscritos desapareceram sem deixar vestígios, supondo-se que Freud os teria destruído (GUBRICH-SIMITIS, 1987, p. 73-107).

O texto que publicamos, qualificado pelo próprio Freud como “uma fantasia filogenética” (FREUD apud GRUBRICH-SIMITIS, 1987, p. 80), é o décimo segundo ensaio da metapsicologia. Provavelmente, esse texto tornou-se inspiração para Ferenczi elaborar um dos seus mais exaustivos textos, “Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade” (FERENCZI, 2011, p. 277-357). Estamos diante de um artigo de Freud que apresenta um dos pontos teóricos mais duramente criticados por Lacan, o mito da horda primeva (LACAN, 1992, p. 95-127). Lacan serve-se desse mito para elaborar a lógica do não-todo e construir uma nova teoria sobre o trauma, o *troumatismo* da *lalíngua*. O texto de Freud e a nota sobre a tradução, de Emiliano Rossi, se encontram na seção “Clássicos”.

Na sequência da revista, na seção “Peças avulsas”, o texto “A debilidade generalizada nos tempos em que vivemos”, de Maria Teresa Wendhausen, apresenta a diferença entre a debilidade mental e a loucura a partir da doutrina do Um, utilizando como ilustração o filme *Forrest Gump*. Gresie-la Nunes da Rosa retoma o texto de Freud “Recordar, repetir e elaborar”, para trabalhar a relação entre a formação dos sintomas e o conceito de



resistência. Bruna Bonassi, em “Rede de significantes e amarrações”, resgata alguns pontos da noção de transferência no tratamento das psicoses. Airan dos Santos e Bruna Mazieiro colocam em discussão a relação entre fantasia e desejo, a partir do *ready-made* de Marcel Duchamp, problematizando a posição das crianças diante dos objetos oferecidos pela sociedade de consumo atual. Em um comentário, Romildo do Rego Barros sugere que, na nossa época, o capitalismo nos oferece a ideia de um falso universal onde tudo é mercadoria, o que significa que todo objeto, todo homem, toda obra de arte e, por que não incluí-los, todos os sentimentos e desejos, são passíveis de troca e de negociação. A fetichização da mercadoria ganhou uma extensão de que o velho filósofo alemão jamais suspeitaria. Daniel Félix apresenta, em seu breve texto, a diferença entre a posição do escravo na neurose obsessiva e a posição do escravo na mitologia e literatura grega.

Na seção “Política”, três textos abordam um tema atual. Oscar Reymundo realiza uma leitura crítica sobre a redução da maioria penal no Brasil a partir da diferença entre culpa e responsabilidade. Rafael Caetano Cherobin problematiza o mesmo tema, iluminado pela carta de Freud enviada a Einstein sobre a questão “por que a guerra?”. Cherobin faz uma leitura ética da política implícita no atual debate sobre a penalização dos menores infratores no Brasil. Já Walter Marquazan Augusto recoloca de outra forma o problema da maioria penal, a partir da noção de imputabilidade. Qual a idade exata para se responsabilizar um menor? É possível estabelecer um critério de responsabilidade sem anular completamente a diferença? Ainda nesta seção, encontramos o texto de Silvia Emília Espósito sobre a relação entre inconsciente, política e biopolítica.

Em “O que escapa”, seção que toca diretamente o tema deste volume, encontramos cinco textos, um de Cesar Skaf sobre a análise do *parlêtre*, outro de Fernanda Turbat, dois sobre autismo, respectivamente os textos de Suzana Faleiro Barroso e Ana Marta Wilson Maia e, por fim, um texto de Silvia Salman sobre o inconsciente real e corporal.

Por último, podemos saborear o texto sobre o primeiro testemunho do passe de Gabriela Grinbaum, recentemente nomeada Analista da Escola, da *Escuela de la Orientación Lacaniana* (Argentina), à qual agradecemos, desde já, o seu envio para a publicação.

Agradeço à Diretoria e ao Conselho da Seção Santa Catarina da Escola Brasileira de Psicanálise pelo convite e confiança na tarefa de editar este



número da revista *Arteira*. Igualmente agradeço ao corpo editorial, aos autores, tradutores e revisores, que trabalharam para a constituição deste periódico.

Boa leitura!

Luis Francisco Espíndola Camargo
Editor Responsável

Referências

CAPONI, Gustavo. Contribución a una historia de la distinción próximo-remoto. **Revista brasileira de história da ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 16-31, jan.-jul. 2014.

FERENCZI, Sándor. Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade. In: _____. **Obras completas**: Psicanálise III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 277-357.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. In: FREUD, S. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXIII. p. 225-270.

_____. Panorama das neuroses de transferência. **Arteira**, Florianópolis, n. 7, v. 1, p. , 2015.

_____. O mal estar na civilização. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

GOULD, Stephen Jay. **Ontogenia y filogenia**. Barcelona: Crítica, 2010.

GUBRICH-SIMITIS, Ilse. Metapsychology and metabiology. In: FREUD, Sigmund. **A phylogenetic fantasy**: overview of the transference neuroses. Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1987. p. 73-107.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MAYR, Ernst. Cause and effect in Biology. **Science**, Washington, AAAS, v. 134, p. 1501-1506, 1961.

_____. **Isto é biologia**. A ciência do mundo vivo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.





C
clásico







PANORAMA DAS NEUROSES DE TRANSFERÊNCIA

SIGMUND FREUD

Disposições preliminares

Após investigação detalhada buscamos resumir as características das neuroses de transferência, realizar a delimitação de cada uma em relação às outras, e fazer uma exposição comparativa de cada um dos fatores envolvidos.

Os fatores são: recalque, formação substitutiva e formação de sintoma, contra-investimento¹, relação com a função sexual, regressão, disposição. Restringem-se aos três tipos: histeria de angústia, histeria de conversão e neurose obsessiva.

a) O recalque ocorre em todos os três tipos, na fronteira entre os sistemas Ics. e Pcs.², consiste na subtração ou no não concedimento de carga [*Besetzung*] pcs., é assegurado por uma espécie de contra-carga. Na neurose obsessiva em estágios posteriores desloca-se à fronteira entre Pcs. e Cs.

Veremos que no próximo grupo o recalque tem uma outra tópica, se ampliando, então, ao conceito de clivagem.

O ponto de vista tópico do recalque não pode ser superestimado no sentido de que todo e qualquer trânsito entre os dois sistemas seria interrompido por ele. O mais essencial será, portanto, a quais elementos essa barreira será anteposta.

¹ N.T.: O termo *Besetzung*, do qual deriva *Gegenbesetzung*, foi traduzido em inglês por *cathexis* e aparece por esse motivo em traduções brasileiras como “catexia”; os termos “investimento” e “contra-investimento” são alternativas possíveis para a tradução, concorrendo com a opção “carga” / “contra-carga”, especialmente em passagens em que se discute o aspecto dinâmico-econômico da metapsicologia; nas passagens em que a discussão envolve o aspecto tópico pode ser mais adequada a tradução por “ocupação” / “contra-ocupação”.

² N.T.: Nos casos em que Freud se refere aos sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente, as designações abreviadas serão trazidas em letras maiúsculas. Nos casos em que se fizer referência aos adjetivos, as abreviações aparecem em letras minúsculas.

Sucesso e desfecho estão relacionados entre si na medida em que o insucesso obriga a esforços adicionais. O sucesso varia nas três neuroses e em estágios individuais das mesmas.

O sucesso, ao menos no que tange à histeria de angústia, restringe-se ao fato de que nenhum representante pcs. ou (cs.) surge. Posteriormente, no lugar do representante repulsivo um substituto se tornará pcs. e cs. Finalmente, na formação da fobia ele atinge seu objetivo, na inibição do afeto desprazeroso mediante grande renúncia, profusa tentativa de fuga. O propósito do recalque é sempre a evitação de desprazer. O destino do representante [*Repräsentanz*] é apenas um sinal do processo. A aparente decomposição (descritiva em vez de sistemática) do processo de que se defende em representação [*Vorstellung*] e afeto (representador [*Repräsentant*] e fator quantitativo) resulta precisamente do fato de que o recalque consiste no não concedimento da representação de palavra, ou seja, resulta do aspecto tópico do recalque.

Na neurose obsessiva o sucesso de início é total, mas não duradouro. O processo é ainda menos fechado. Ele prossegue após essa primeira fase exitosa através de duas outras, das quais a primeira (recalque secundário) se contenta, assim como a histeria de angústia, com a substituição do representante, (formação da ideia obsessiva e luta contra a ideia obsessiva), e a fase posterior (terciária) tal qual a fobia produz renúncia e restrição, mas com a diferença de que trabalha com meios lógicos.

Em oposição a isto o sucesso na histeria de conversão é completo desde o início, mas conquistado mediante uma forte formação substitutiva. O processo de cada etapa individual do recalque é fechado.

b) Contra-investimento

Na histeria de angústia ele está ausente a princípio. Há, pois, uma pura tentativa de fuga, o contra-investimento se dirige então à representação substitutiva e especialmente na terceira fase ao seu entorno, para garantir a partir daí o domínio sobre a liberação de desprazer, na forma de vigilância e atenção. O contra-investimento representa a quota do Pcs., portanto, o dispêndio exigido pela neurose.

Na neurose obsessiva, em que se trata desde o princípio de uma defesa contra uma pulsão ambivalente, ele cuida do primeiro recalque bem sucedido, produz então a formação reativa graças à ambivalência, provê então



na fase terciária a atenção, que distingue a representação obsessiva e cuida do trabalho lógico, ou seja, segunda e terceira fase tal qual na histeria de angústia. A diferença está na primeira fase, em que na histeria de angústia o contra-investimento nada faz e na neurose obsessiva faz tudo.

Ele sempre assegura a quota do Pcs. respectiva ao recalque. Na histeria de conversão seu caráter bem sucedido é possibilitado pelo fato de que o contra-investimento busca desde o princípio coincidir com a carga pulsional e se adequa ao compromisso com ela, chega a uma determinação seletiva do representante.

c) Formação substitutiva e formação de sintoma

Corresponde ao retorno do recalcado, ao insucesso do recalque. Ambas se distinguem por algum tempo, mas confluem posteriormente. De modo mais completo na histeria de conversão: substituto = sintoma, não mais a separar.

De mesmo modo na histeria de angústia, em que a formação substitutiva possibilita ao recalcado o primeiro retorno.

Na neurose obsessiva elas se separam nitidamente, na medida em que a primeira formação substitutiva é produzida pela instância recalcante mediante o contra-investimento e não é incluída entre os sintomas. Por outro lado, os sintomas posteriores da neurose obsessiva são com frequência predominantemente retornos do recalcado, e a quota da instância recalcante neles é menor.

A formação de sintomas, da qual parte nosso estudo, coincide sempre com o retorno do recalcado e acontece com a ajuda da regressão e das fixações predisponentes.

Uma lei geral reza que a regressão retrocede até a fixação e a partir de lá o retorno do recalcado se realiza.

d) Relação com a função sexual

Para esse fator permanece que a inquietude pulsional³ [*Triebregung*] recalcada é sempre libidinal e pertencente à vida sexual, ao passo que o recalque

³ N.T.: *Triebregung* vem sendo traduzido por “moção pulsional” ou “impulso instintual”. *Regung* é um termo alemão que indica movimento, que pode ser leve, súbito, um movimento interno de excitação de um sentimento etc. “Moção” é um termo de língua portuguesa, cuja etimologia está igualmente vinculada à ideia de movimento, mas que é geralmente empregado em meios jurídicos ou políticos para designar uma proposição que se faz de apoio, repúdio etc. relativos a uma questão ou tema em pauta numa assembleia,

provém do Eu por diversos motivos, que se podem resumir como um não poder ou impossibilidade (por causa de uma força excessiva) ou um não querer. Isso remonta à irreconciliabilidade com os ideais do Eu ou a outros tipos temidos de prejuízos do Eu. O não poder corresponde também a um prejuízo.

Esse fato fundamental será obscurecido por dois fatores: em primeiro lugar, há frequentemente a aparência de que o recalque seria estimulado por um conflito entre duas inquietudes ambas libidinais. Isso se resolve pela ponderação de que uma dessas inquietudes está em consonância com o Eu e pode no conflito convocar a ajuda do recalque provindo do Eu. Em segundo lugar, posto que não apenas aspirações libidinais, mas também aspirações do Eu são encontradas dentre as recalçadas, com bastante frequência e clareza em casos de permanência mais longa e desenvolvimento avançado da neurose. Isso ocorre de tal modo que a inquietude libidinal recalçada busca impor suas aspirações através do desvio pelo caminho de uma aspiração do Eu, a que ela emprestou uma componente, transfere à aspiração do Eu sua energia e então a arrebatou consigo ao recalcado, o que pode acontecer em grande extensão. Em validade geral aquela frase não será por isso em nada alterada. É uma exigência compreensível, que se chegue ao entendimento dos estágios iniciais das neuroses; na histeria de conversão e na neurose obsessiva é evidente que o recalque se dirija contra a função sexual em sua forma definitiva, na qual ela representa as demandas da reprodução. Mais claramente ainda na histeria de conversão, pois sem complicações, ao passo que na neurose obsessiva ocorre primeiro a regressão. Entretanto não se pode exagerar essa relação, não se pode supor que o recalque somente comece a atuar nesse estágio da libido. Ao contrário, a própria neurose obsessiva demonstra que o recalque é um processo universal, não libidinalmente dependente, pois nesse caso se dirige a um estágio preliminar. Igualmente no desenvolvimento, em

por exemplo. Proponho a alternativa “inquietude”, por me parecer que dá conta da ideia de início de um movimento interno que, portanto, retira algo de sua quietude, trazendo ainda em si a noção da busca de um apaziguamento ou satisfação (*Befriedigung*). Tomo a liberdade de citar uma passagem em que Hanns comenta (in: *A teoria pulsional na clínica de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1999, p. 198) o “Processo de formação do desejo em direção ao pensamento”, substituindo o termo “moção”, por ele empregado, por “inquietude”; Vejamos: “Inicialmente uma inquietude (*Regung*), ou inquietude pulsional (*Triebregung*), ou excitação (*Erregung*) produz no sujeito a disposição (prazer-pique (*Lust*)) de ir à procura da representação (*Vorstellung*), do objeto de alívio, este movimento de inquietude do desejo (*Wunschregung*) se tornará em parte consciente como expressão[,] inquietude pulsional (*Triebregung*) manifesta de desejo (*Wunsch*), na forma de vontade (*Wille*) e guiado pelo pensamento (*Gedanke*). “Moção” não exige alívio, “inquietude” sim.

que também se recorre ao recalque contra correntes [*Regungen*] perversas. Sobre o porquê do recalque ser aqui bem sucedido, e em outros casos não, considere-se a natureza tão capaz de encontrar substitutos das aspirações⁴ [*Strebungen*] libidinais, de tal modo que ante ao recalçamento das correntes normais as perversas são fortalecidas e vice-versa; o recalque não estabelece outra relação com a função sexual senão a de se empenhar em sua defesa, assim como a regressão e outros destinos da pulsão.

Na histeria de angústia a relação com a função sexual é mais vaga por motivos que se tornaram manifestos no tratamento do medo. Parece que a histeria de angústia compreende aqueles casos nos quais a exigência da pulsão sexual por ser demasiadamente grande é repelida tal como se fosse um perigo. Não há condição especial alguma devida à organização da libido.

e) Regressão

A regressão é o fator e o destino da pulsão mais interessante. A partir da histeria de angústia não se tem nenhum ensejo para adivinhar isto. Poder-se-ia dizer que aqui a regressão não entra em consideração, talvez porque toda histeria de angústia posterior regressa tão claramente à uma infantil (a disposição modelo da neurose) e essa última se manifesta tão precocemente na vida. Por outro lado, as duas outras neuroses dão os mais belos exemplos de regressão, mas ela representa em cada uma um papel diferente na estrutura da neurose. Na histeria de conversão há uma forte regressão do Eu, retorno à fase em que não havia a separação entre Pcs. e Ics., ou seja, sem linguagem nem censura. A regressão serve, entretanto, à formação de sintoma e ao retorno do recalçado. A inquietude pulsional, que não é aceita pelo Eu atual, recorre a um anterior, do qual ela encontra livremente o alívio [*Abfuhr*] de um outro modo. O fato de que aí ocorra virtualmente um tipo de regressão da libido já fora mencionado. Na neurose obsessiva é diferente. A regressão é uma regressão da libido, não serve ao retorno, mas ao recalque e é possibilitada por uma forte fixação constitucional ou por um desenvolvimento incompleto. De fato, o primeiro passo da defesa cabe à regressão, onde se trata mais de regressão que de inibição do desenvolvimento, e a organização libidinal regressiva está sujeita então primeiramente a um típico recalque, que entretanto permanece malogrado. Uma parte da regressão do Eu lhe é

⁴ N.T.: Aqui *Regung* e *Strebung* são sinônimos cotextuais. Ambos fazem parte de uma trama enfática (Cf. Hanns, 2004) que em português abrigaria as ideias de: corrente, anseio, esforço, ambição, aspiração, tendência...

imposta pela libido, ou é dada pelo desenvolvimento incompleto do Eu, que aqui está relacionado à fase da libido. (Divisão das ambivalências)

f) Disposição.

Atrás da regressão se escondem os problemas da fixação e da disposição. A regressão, pode-se dizer de modo geral, recua até um ponto de fixação, seja no desenvolvimento do eu, seja no desenvolvimento da libido, e esse ponto representa a disposição. Isso é o mais determinante, o fator mediador na decisão sobre a escolha da neurose. Vale a pena, portanto, ater-se a isto por um momento. A fixação se realiza em uma fase do desenvolvimento que foi muito fortemente marcada ou talvez também que persistiu durante tempo demasiado para que pudesse passar sem deixar restos à próxima fase. Uma ideia clara sobre de que modificações consiste a fixação não será de preferência exigida. Entretanto, deve-se dizer algo sobre sua origem. Há tanto a possibilidade de que simplesmente se traga tal fixação consigo, quanto a de que ela seja ocasionada por impressões precoces e, finalmente, há a possibilidade de que ambos os fatores ajam concomitantemente. Tanto que se pode afirmar que ambos os fatores sejam igualmente ubiqüitários, já que todas as disposições estão presentes na criança constitutivamente e que, por outro lado, as impressões eficientes serão proporcionadas a muitíssimas crianças da mesma maneira. Trata-se, pois, de uma questão da proporção entre os fatores e de uma coincidência eficaz. Já que ninguém está disposto a contestar fatores constitucionais, cabe à psicanálise defender com vigor igualmente o direto da aquisição infantil precoce. Deve-se admitir que, na neurose obsessiva, a propósito, o fator constitucional é reconhecido muito mais nitidamente do que o fator acidental na histeria de conversão. A distribuição detalhada ainda resta duvidosa.

Nos casos em que interessa o fator da fixação, não se elimina a aquisição, ela apenas se desloca a uma época ainda mais anterior, já que se pode com razão afirmar que as disposições hereditárias são restos das aquisições dos ancestrais. Assim, depara-se com o problema da disposição filogenética por trás da individual ou ontogenética, e não há contradição alguma, que o indivíduo acrescente à sua disposição hereditária, baseada em vivências anteriores, novas disposições advindas de suas próprias vivências. Por que o processo, criado pela disposição baseada em vivência, deveria se extinguir exatamente no indivíduo cuja neurose se investiga? Ou será que essa vivên-

cia cria a disposição para seus descendentes, mas essa disposição não pode ser herdada por si mesma? Parece antes um complemento necessário.

O alcance da contribuição da disposição filogenética para a compreensão das neuroses é algo que ainda não se pode desconhecer. É também parte disso o fato de que essa investigação ultrapassa o estreito território das neuroses de transferências. A característica distintiva mais importante das neuroses de transferência não poderia mesmo assim ser apreciada nesse panorama, pois ela não se destaca nelas em conjunto, destacando-se somente no contraste com as neuroses narcísicas. Nessa ampliação do horizonte, a relação do Eu com o objeto seria posta em primeiro plano e o aferramento ao objeto resultaria no diferencial comum. Algumas disposições preliminares foram apresentadas.

Espero que o leitor, que já notou entediado o quão tudo foi montado sobre o fundamento de observações cuidadosas e laboriosas, exercitará a condescendência, caso a crítica também recue alguma vez diante da fantasia e permita que coisas não comprovadas sejam expostas meramente por serem estimulantes e permitirem perscrutar o horizonte. É ainda legítimo supor que também as neuroses devam prestar testemunho sobre a história do desenvolvimento anímico da humanidade. Creio ter demonstrado em um artigo (Sobre os dois princípios), que temos o direito de atribuir às aspirações sexuais da humanidade uma outra história de desenvolvimento que a das aspirações do Eu. O fundamento é essencialmente que as primeiras podem ser apaziguadas durante um bom tempo autoeroticamente, ao passo que as aspirações do Eu dependem desde o início de um objeto e, portanto, da realidade. Cremos haver aprendido algo em linhas gerais sobre a vida sexual humana (Três ensaios sobre a teoria sexual). No que tange à do Eu humano, ou seja, sobre as funções de autopreservação e sobre as imagens delas derivadas é mais difícil de compreender. Conheço apenas a tentativa de Ferenczi, que utiliza as experiências psicanálticas com esse objetivo. Nossa tarefa seria naturalmente deveras facilitada caso a história de desenvolvimento do Eu nos fosse dada em outra parte, para entendermos as neuroses, ao invés de termos de percorrer o caminho inverso. Tem-se aí a impressão de que a história de desenvolvimento da libido repita uma parte muito mais antiga do desenvolvimento do que a história de desenvolvimento do Eu, a primeira repetindo talvez as relações da raiz dos vertebrados, ao passo que a segunda é dependente da história do gênero humano.

Existe uma série à qual se podem vincular diversos pensamentos de longo alcance. Ela surge quando se ordenam as psiconeuroses (não somente as neuroses de transferência) pela época em que elas costumam aparecer na vida individual. Então a histeria de angústia é quase incondicionalmente a mais antiga, a ela se une a histeria de conversão (a partir dos 4 anos, mais ou menos), um pouco depois na pré-puberdade (9-10) aparece nas crianças a neurose obsessiva. As neuroses narcísicas estão ausentes na infância. Dessas a demência precoce é em sua forma clássica uma doença dos anos de puberdade, a paranoia se aproxima dos anos de maturidade e a melancolia-mania igualmente do mesmo período de tempo, senão indeterminável. A série é a seguinte: Histeria de angústia – Histeria de conversão – Neurose Obsessiva – Demência precoce – Paranoia – Melancolia-Mania

As disposições da fixação dessas afecções parecem igualmente resultar numa série, que, contudo, segue o sentido oposto, especialmente quando se considera a disposição da libido. Teríamos então que, quanto mais tarde surge a neurose, ela deve regredir a uma fase tanto mais anterior. Isso vale, entretanto, somente em linhas gerais. Indubitavelmente pode-se afirmar que a histeria de conversão dirige-se nesse movimento regressivo à fase do primário genital, a neurose obsessiva ao estágio anterior sádico, todas as três neuroses de transferência dirigem-se ao desenvolvimento libidinal consumado. As neuroses narcísicas, entretanto, remontam a fases anteriores ao encontro do objeto, a demência precoce regride até o autoerotismo, a paranoia até a escolha de objeto narcísica homossexual, a melancolia tem como fundamento a identificação narcísica com o objeto. As diferenças se devem ao fato de que a demência surge indubitavelmente antes que a paranoia, apesar de que sua disposição libidinal alcança um período mais anterior e apesar de que mania-melancolia não permitem um ordenamento temporal seguro. Não se pode, portanto, constatar que a série temporal certamente existente das psiconeuroses seja determinada exclusivamente pelo desenvolvimento da libido. Quanto maior a validade dessa constatação, mais se acentuaria a relação em sentido inverso entre ambas. É também sabido que com o avanço da idade a histeria ou a neurose obsessiva pode se transformar em demência precoce, mas nunca ocorre o contrário.

Pode-se, contudo, dispor uma outra série filogenética, que realmente siga a mesma série temporal da neurose. Para isso, temos de fazer uma longa digressão e tolerar alguns elos intermediários hipotéticos.



O Dr. Wittels foi o primeiro a exprimir a ideia de que o animal primitivo humano passou a sua existência em um *milieu* extremamente rico, que supria a todas as necessidades, cujo eco nós recebemos através do mito do paraíso primordial. Lá ele pode ter superado a periodicidade da libido, que ainda adere aos mamíferos. Ferenczi expressou, então, no trabalho fecundo de ideias há pouco mencionado, a ideia de que o posterior desenvolvimento desse homem primitivo sucedeu sob a influência do destino geológico da Terra, e que especialmente a necessidade da era glacial forneceu a ele o estímulo para o desenvolvimento da cultura. É admitido de modo geral que o gênero humano já existia na era glacial e que experimentou em si seus efeitos.

Ao considerarmos a ideia de Ferenczi, torna-se óbvia a tentação de reconhecer nas três disposições à histeria de angústia, à histeria de conversão e à neurose obsessiva regressões a fases que um dia todo o gênero humano desde o começo até o fim da era glacial tivera de atravessar, de tal modo que, naquela época, todas as pessoas eram de um jeito que hoje somente uma parte, em virtude de suas predisposições hereditárias e de novas aquisições é. As imagens naturalmente não se recobrem completamente, pois a neurose contém mais do que a regressão traz consigo. Ela é também a expressão do esforço contra essa regressão e um compromisso entre o primevo antigo e as exigências do culturalmente novo. Essa diferença deve necessariamente ser mais marcada na neurose obsessiva, que se encontra, como nenhuma outra, sob o signo da oposição interna. Mesmo assim, a neurose, contanto que o recalque tenha sido nela bem sucedido, deve recapitular a imagem primeva.

1) Nossa primeira colocação afirmaria, portanto, que a humanidade se tornou universalmente amedrontada sob a influência da escassez, que a sobrevivida da era glacial promoveu. O mundo exterior que até então era preponderantemente amigável e que provia toda a satisfação, se transformou em um acúmulo de perigos ameaçadores. Havia todos os motivos para o medo real [*Realangst*] diante de qualquer coisa nova. A libido sexual, a princípio, não perdera, em todo o caso, seus objetos, que são, pois, humanos, contudo pode-se imaginar que o Eu ameaçado em sua existência tenha em alguma medida prescindido do investimento de objeto, conservado a libido no Eu e, assim, tenha transformado em medo real o que antes tinha sido libido objetal.

Vemos, então, no medo infantil, que a criança transforma a libido de objeto, em caso de insatisfação, em medo real diante do estranho, mas também que ela tende, sobretudo, a se amedrontar diante de tudo que seja novo. Levamos a cabo uma longa disputa sobre se o medo real ou o medo nostálgico é o mais

antigo, se a criança transforma sua libido em medo real, porque ela a toma por demasiadamente grande e ameaçadora, e, então, chega à ideia de perigo, ou se, pelo contrário, ela ceda a um temor geral e dele aprenda também a temer sua libido insatisfeita. Tendemos a supor a primeira hipótese, antepor o medo nostálgico, mas para isso nos faltava uma disposição. Tivemos de assumir isso como uma tendência infantil universal. A reflexão filogenética parece arbitrar nessa disputa em favor do medo real e permite supor que uma parte das crianças conserva consigo o temor do começo da era glacial e, então, induzida por ele, tratará a libido insatisfeita como um perigo externo. O excesso relativo de libido, contudo, brotaria da mesma predisposição e possibilitaria a nova aquisição do temor predisposto. De todo o modo, a discussão da histeria de angústia advogaria pelo predomínio da disposição filogenética.

2) Com o progresso dos árduos tempos, o homem primevo ameaçado em sua existência teve de se deparar com o conflito entre a autopreservação e a vontade de procriação, que encontra sua expressão nos casos mais típicos de histeria. Os víveres não eram suficientes para permitir a multiplicação das hordas humanas e as forças dos indivíduos não eram bastantes para manter vivos tantos desamparados. A matança dos recém-nascidos certamente encontrou resistência no amor especialmente das mães narcísicas.

Por conseguinte tornou-se uma obrigação social restringir a reprodução. As satisfações perversas que não conduziam à geração de crianças escapavam a essa proibição, o que promoveu uma certa regressão à fase da libido anterior ao primado dos genitais. A restrição (abstinência) deve ter atingido mais duramente a mulher do que homem, antes indiferente às consequências da relação sexual. Toda essa situação corresponde evidentemente às condições da histeria de conversão. Concluímos, a partir de sua sintomatologia, que o humano ainda não dispunha da linguagem quando ele se impôs a proibição da reprodução, devido à necessidade indômita, ou seja, tampouco houvera ainda erigido o sistema Pcs. sobre seu Ics.

A histeria de conversão regride então igualmente aquele que já era propenso, especialmente a mulher sob a influência das proibições, que queriam apagar a função genital, enquanto fortes impressões excitantes primitivas pressionam à atividade genital.

3) O posterior desenvolvimento é facilmente construível. Ele dizia respeito predominantemente ao homem. Após ele ter aprendido a poupar a libido e a rebaixar a atividade sexual mediante regressão a uma fase anterior, a



atividade intelectual conquistou para ele o papel principal. Ele aprendeu a pesquisar, a compreender o mundo hostil e a garantir mediante invenções um primeiro domínio sobre esse mundo. Ele se desenvolveu sob o signo da energia, construiu os primórdios da linguagem e teve de atribuir às novas aquisições uma grande importância. A linguagem para ele era magia, seus pensamentos pareciam-lhe onipotentes, ele entendia o mundo conforme seu Eu. É a época da concepção de mundo animística e de sua técnica mágica. Como recompensa por sua força de proporcionar a tantos outros desamparados a garantia de vida, arrogava-se o domínio ilimitado sobre eles, representando através de sua personalidade as duas primeiras sentenças, segundo as quais ele próprio seria invulnerável e que dele não se poderia contestar o acesso às mulheres. Ao final desse período de tempo a espécie humana fora desintegrada em hordas individuais, que foram dominadas por um (sábio) brutal homem forte como pai. É possível que a natureza egoísta, ciumenta e tirânica que atribuímos, conforme as considerações da psicologia social, ao pai primevo da horda humana, não estivesse presente desde o início, mas que tenha sido desenvolvida paulatinamente ao longo das difíceis eras glaciais, como resultado da adaptação às necessidades.

As características dessa fase da humanidade são recapituladas agora pela neurose obsessiva, uma parte negativamente, já que a neurose à maneira de suas formações reativas corresponde aos esforços contra esse retorno. A ênfase exacerbada do pensamento, a enorme energia que retorna em forma de compulsão [*Zwang*], a onipotência dos pensamentos e a tendência à criação de leis inquebrantáveis são traços inalterados. Mas contra os impulsos brutais, que querem substituir a vida amorosa, ergue-se a resistência de desenvolvimentos posteriores, que a partir do conflito libidinal, finalmente paralisa a energia vital do indivíduo, deixando subsistir na forma de compulsão apenas os impulsos deslocados a insignificâncias. Então, em seu retorno aniquila-se para as exigências da vida amorosa esse tipo humano tão valioso para o desenvolvimento da cultura, tal qual na realidade aniquilou-se o próprio magnífico tipo do pai primevo para as relações familiares que ele criou para si.

4) Chegamos até um certo ponto do cumprimento de um programa previsto por Ferenczi, “pôr em acordo os tipos neuróticos de regressão com as etapas da história genealógica da humanidade”, talvez sem nos desviarmos por especulações demasiado arriscadas. Para as outras neuroses narcísicas surgidas posteriormente, faltava-nos, entretanto, qualquer ponto de partida,

caso a seguinte suposição não nos tivesse servido de ajuda, segundo a qual, a disposição para elas tenha sido adquirida por uma segunda geração, cujo desenvolvimento conduz a uma nova fase da cultura humana.

Essa segunda geração ergueu-se com os filhos tolhidos pelo pai primevo ciumento. Dissemos em outro local (Totem e tabu) que ele os expulsava quando atingiam a idade da puberdade. Experiências psicanalíticas nos impelem, contudo, a substituir essa por uma outra solução mais cruel, a saber, que ele os despojava de sua masculinidade, de tal modo que eles pudessem permanecer como auxiliares inofensivos na horda.

Devemos imaginar o efeito da castração naquela época primeva precisamente como um apagamento da libido e uma permanência no desenvolvimento individual. A demência precoce parece repetir tal estado, que leva, especialmente na forma de hebefrenia, ao abandono de todo objeto de amor, à degeneração de todas as sublimações e ao retorno ao autoerotismo. O indivíduo jovem se comporta como se tivesse sofrido a castração; mesmo auto-castrações reais não são raras nesse tipo de afecção. O que ademais distingue a doença, as mudanças na linguagem, os ataques alucinatórios, não se deve incluir no quadro filogenético, pois elas correspondem a tentativas de cura, aos diversos esforços de recuperar o objeto, que no quadro patológico são quase mais chamativos e duradouros que os fenômenos degenerativos.

Adiante será respondida uma questão que se vincula com a suposição de um tal tratamento dos filhos.

De onde vem a sucessão e o substituto dos pais primevos, se eles despojam os filhos dessa maneira? Já Atkinson indicou o caminho, ao salientar que somente os filhos mais velhos temiam a perseguição completa do pai e que o mais novo – pensado de forma esquemática – graças à intercessão da mãe, mas sobretudo por causa do envelhecimento do pai e de sua necessidade de auxílio, tinha a perspectiva de escapar a esse destino e de se tornar o sucessor do pai. Essa vantagem do mais novo seria cabalmente eliminada na próxima configuração social e substituída pela prerrogativa do mais velho. No mito e nos contos de fada, entretanto, ela é muito claramente preservada.

5) A próxima mudança só poderia consistir na circunstância de que os filhos ameaçados se privavam da castração através da fuga e aprendiam a tomar para si, unidos uns aos outros, a luta pela sobrevivência. Essa convivência devia necessariamente acarretar sentimentos sociais e podia ser construída na base de satisfações sexuais homossexuais. É muito possível que na herança dessa fase da condição humana se descubra a tão longamente

buscada disposição hereditária à homossexualidade. Os sentimentos sociais surgidos aqui a partir da homossexualidade sublimada tornaram-se patrimônio permanente da humanidade e constituíram-se o fundamento de toda sociedade posterior. Essa fase da condição humana traz visivelmente a paranoia de volta; mais precisamente, a paranoia se defende contra esse retorno. Nela as alianças escondidas não estão ausentes e o perseguidor representa um papel proeminente. A paranoia busca rechaçar a homossexualidade, que foi o fundamento da organização fraterna, e deve, para isso, expulsar da sociedade os acometidos e destruir suas sublimações sociais.

6) A inclusão da melancolia-mania nesse contexto parece esbarrar na dificuldade de que não se pode determinar com segurança uma época normal específica para o surgimento individual desse sofrimento neurótico. Entretanto, é certo que ela pertence antes à idade da maturidade do que à da infância.

Ao examinar-se a variação característica de depressão em euforia, torna-se difícil não se lembrar da tão parecida sucessão de triunfo e luto que configura o inventário regular de solenidades religiosas, luto pela morte de deus, triunfo por sua ressurreição.

Esse cerimonial religioso apenas repete, entretanto, como descobrimos a partir dos dados da psicologia social, em direção contrária o comportamento dos membros do clã fraternal, após eles terem sobrepujado e assassinado o pai primevo: triunfo por sua morte e, então, luto por ela, já que todos o veneraram como um modelo. Então se deu esse grande acontecimento na história da humanidade, que pôs fim a horda primeva e a substituiu pela organização fraterna vitoriosa, a predisposição para a peculiar sequência de humores que reconhecemos como afecção narcísica específica ao lado das parafrenias.

O luto pelo pai primevo procede da identificação com ele, e demonstramos que tal identificação é a condição para o mecanismo melancólico.

Resumidamente podemos dizer que se as disposições para as três neuroses de transferência foram adquiridas na luta diante das necessidades da era glacial, então as fixações subjacentes às neuroses narcísicas advêm da opressão pelo pai, que continua após o decurso da era glacial, cujo papel assume em certa medida perante a segunda geração. Tal como a primeira luta leva ao estágio de cultura patriarcal, a segunda leva ao social, mas de ambas resulta fixações, que em seu retorno após milênios tornam-se disposições do segundo grupo de neuroses. Também nesse sentido a neurose é uma aquisição cultural. Se o paralelo aqui esboçado é mais do que uma comparação lúdica,

e em que grau ele pode iluminar os enigmas ainda não resolvidos das neuroses, é algo que pode oportunamente ser deixado a futuras investigações, bem como os esclarecimentos a novas experiências.

Agora é ora de pensarmos em uma série de objeções que nos advertem que não devemos superestimar as derivações alcançadas. Em primeiro lugar, impõe-se a todos a ideia de que a segunda série das disposições, a da segunda geração, só podia ser adquirida por homens (na condição de filhos), ao passo que a demência precoce, a paranoia e a melancolia são igualmente produzidas por mulheres. As mulheres viviam nos tempos primevos em condições ainda mais diversas que hoje.

Logo, uma dificuldade se vincula a essas disposições, da qual as primeiras séries estão livres: elas parecem ter sido adquiridas sob condições que excluem a hereditariedade. É evidente que filhos castrados e intimidados não chegam a se reproduzirem, portanto, não podem transmitir sua disposição (Demência precoce). Mas menos ainda pode o estado psíquico dos filhos expulsos e reunidos na homossexualidade exercer influência sobre as próximas gerações, já que eles se extinguem como ramos subsidiários das famílias, enquanto não tiverem triunfado sobre o pai. Ao alcançarem esse triunfo, trata-se do acontecimento de uma geração a qual se deve negar a necessária ilimitada reprodutibilidade.

Como se pode imaginar, é necessário adentrar territórios bastante obscuros para se encontrar saídas. A dificuldade coincide fundamentalmente com uma antes mencionada, ou seja, como o pai brutal da era glacial, que de fato não era imortal como seu sucedâneo divino, persevera. Novamente se oferece o filho mais novo, que se tornará posteriormente o pai, e que ademais não será ele mesmo castrado. Entretanto, ele conhece o destino de seus irmãos mais velhos e teme por si, devendo necessariamente ter sido tentado, como os mais afortunados dentre eles, a fugir e a prescindir da mulher. Então restou, ao lado dos homens rejeitados como infrutíferos, uma cadeia de outros homens que suportam em pessoa o destino do gênero masculino e podem transmiti-lo em forma de disposições. O ponto de vista essencial continua sendo o de que, para eles, a necessidade das eras glaciais se substitui pela pressão do pai.

O triunfo sobre o pai deve necessariamente ter sido planejado e fantasiado através de incontáveis gerações, antes que conseguissem realizá-lo. A propagação das disposições produzidas pela pressão do pai às mulheres parece mesmo apresentar grandes dificuldades. Os destinos da mulher nesses tem-



pos primevos nos são velados por uma escuridão especial. Assim podem entrar em consideração circunstâncias de vida que não identificamos. A dificuldade mais rigorosa, entretanto, é dissipada pela admoestação de que não se é permitido esquecer a bissexualidade humana. Assim, a mulher pode tomar para si as disposições adquiridas pelo homem e manifestá-las em si mesma.

Contudo, tenhamos a clareza de que no fundo não alcançamos nada com essas informações a não ser o que de nossas fantasias científicas tenha escapado à censura do absurdo. De modo geral, elas conservam seu valor como um salutar desengano, caso estivéssemos no caminho de colocar a disposição filogenética acima de todas as outras. Não ocorre que a constituição arcaica, de modo regular e estabelecido proporcionalmente, se repita nos novos indivíduos e os impila à neurose, através do conflito com as exigências do presente. Resta um espaço para as novas aquisições e para as influências que nos são desconhecidas. Em suma, não estamos no final, mas no início de uma compreensão desse fator filogenético.

Tradução: Dr. Emiliano Rossi



NOTA DO TRADUTOR

Esse texto, intitulado “Panorama das neuroses de transferência”, é fruto da tradução do alemão para o português de um rascunho do que viria a ser o décimo segundo artigo metapsicológico de Sigmund Freud, enviado por ele ao psicanalista Sándor Ferenczi, no ano de 1915. O manuscrito, cuidadosamente transcrito e editado pela psicanalista Ilse Grubrich-Simitis e publicado na Inglaterra em edição bilíngue pela editora The Belknap Press of Harvard University Press, no ano de 1987, com a tradução do alemão ao inglês assinada por Axel Hoffer e Peter T. Hoffer, é repleto de abreviações que foram tacitamente expandidas no texto em português, excetuando-se as abreviações dos já consagrados nomes dos sistemas inconsciente (Ics.), pré-consciente (Pcs.) e consciente (Cs.) e seu uso adjetivo, grafado em letras minúsculas. As rasuras no manuscrito, ou seja, trechos riscados, trechos circulados deslocados por setas, sequências de termos invertidas e outras do gênero, foram acolhidas e indicadas na transcrição alemã. Na tradução brasileira optamos por apresentar um texto o mais limpo possível e, portanto, omitimos essas rasuras.

Diferentemente da escolha da tradução inglesa de apontar todos os acréscimos incidentais feitos em prol da legibilidade do texto, colocando-os entre colchetes [], ou entre parêntesis angulados < >, respectivamente indicando acréscimos da editora e dos tradutores, preferimos despoluir o texto português, prescindindo dessas indicações. Todos os acréscimos, ademais, foram feitos o mais parcimoniosamente possível e sempre com o intuito de facilitar a compreensão de um texto que, ressaltamos, é apenas um rascunho e não o trabalho amplamente desenvolvido.

Em algumas passagens indicamos entre colchetes, logo após a tradução, o termo alemão a que ela se refere, com o intuito de desambiguação. Nos casos em que julgamos interessante, fizemos uma nota de rodapé explicativa acompanhar o termo de tradução sensível.

Gostaríamos, finalmente, de agradecer a encomenda de tradução que nos foi feita pela Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Santa Catarina, na pessoa do Dr. Luis Francisco Espíndola Camargo, a quem agradecemos pelas sugestões valiosas durante a leitura de revisão da tradução.

Florianópolis, setembro de 2015.

Emiliano de Brito Rossi



FREUD E A BIOLOGIA EVOLUCIONISTA: CAUSAS DISTANTES DO SENTIMENTO DE CULPA

LUIS FRANCISCO ESPÍNDOLA CAMARGO

Psicanalista, membro da EBP/AMP. Doutor em psicologia (UFSC). Mestre em psicanálise (Departement de psychanalyse - Université Paris 8)
E-mail: lfe.camargo@gmail.com

No seu artigo “Cause and effect in Biology”¹, Ernst Mayr (1961) apresenta uma tese que se tornou clássica para a filosofia da biologia. Consiste na divisão clara e delimitada entre a Biologia Funcional e a Biologia Evolutiva, formulada pela relação desses dois campos com a noção de causalidade. Para Mayr, pelo menos três aspectos devem ser considerados em relação à causalidade, o esclarecimento de eventos passados, a possível predição de eventos futuros e a interpretação do fenômeno teleológico. Não desenvolverei aqui esses três aspectos levantados por Mayr. No entanto, é importante considerar que no âmbito das questões envolvidas entre biologia e psicanálise, o problema da causalidade geralmente recai sobre a teoria das pulsões, noção que caracteriza a fronteira entre o corpo e o simbólico. Vale lembrar que a pulsão é um “conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposta à psique por sua ligação como o corpo” (FREUD, 2010, p. 57).

Freud formulou teorias para responder as questões relativas à causalidade nas neuroses e psicoses. Podemos encontrar nelas pelo menos dois aspectos causais, os fatores constitucionais (hereditários) e os fatores acidentais (traumáticos). O fator constitucional corresponde ao sujeito afetado por aquilo que advém do corpo, enquanto os fatores acidentais correspondem ao sujeito afetado pela vida: as contingências, os acontecimentos traumáticos, determinados pela relação do sujeito com o Outro, que sustenta a realidade psíquica e que foi representada por Lacan pelo matema da fantasia. Essa dupla causalidade também pode ser encontrada na teoria sobre o trauma original, como traumatismo do encontro do indivíduo com a língua

¹ MAYR, Ernst. Cause and effect in Biology. Science, Washington, AAAS, v. 134, p. 1501-1506, 1961.



(fatores constitucionais), diferente dos traumas decorrentes do encontro do indivíduo com a diferença sexual (fatores acidentais). Em termos lacanianos, é possível substituir essas noções pelas de acontecimento de corpo (fator constitucional) e simplesmente traumas (fatores acidentais), embora o sintoma como acontecimento de corpo não tenha correspondência com o que tentaremos apresentar como sendo uma biologia freudiana.

Em outro trabalho², tentei diferenciar o sintoma histérico, passível de ser decifrado, do sintoma como acontecimento de corpo, relacionado ao terreno do Um, da henologia, mais além da cadeia significante e da decifração simbólica. Encontramos no ensino de Lacan uma elaboração teórica que possibilita uma substituição gradual da biologia freudiana pela desordem do real, tendo como ápice a noção de furo do Outro, condição própria aos *parlêtres*. Em Lacan, o fator constitucional é reduzido simplesmente ao *troumatismo* da *lalíngua*. Essa simplificação, em minha opinião, é mais coerente com a prática atual da psicanálise, que jamais encontra de fato um representante das memórias dos ancestrais, a não ser como história narrada. Neste trabalho, tentarei apenas apresentar uma das soluções teóricas propostas por Freud para dar conta do que escapa à experiência da psicanálise, nos pontos em que nos encontramos com os limites da decifração do inconsciente.

Apesar de Freud ter dado ênfase à influência dos fatores acidentais na causalidade das neuroses e psicoses, atribuindo um papel preponderante à sexualidade na formação dos sintomas e no desencadeamento das neuroses, jamais deixou de considerar os fatores constitucionais e hereditários³ para responder a questão sobre a causalidade.

Biologia das causas próximas e biologia das causas distantes

Conforme sublinhado por Caponi (2014, p. 16), ainda que não tenha faltado críticos tentando impugnar, relativizar e reformular a tese de Mayr, a dicotomia entre uma biologia de causas próximas (funcional) e uma biologia de causas distantes (evolutiva) continua sendo uma referência para estabelecer a relevância e a pertinência da biologia evolutiva de uma questão puramente funcional.

Mayr caracteriza a Biologia Funcional como toda a biologia que se ocupa da operação e interação dos elementos estruturais das moléculas, dos órgãos e até do indivíduo como um todo. Além disso, as pesquisas em Biologia

² Cf. CAMARGO, 2014, p. 23-28.

³ Cf. FREUD, 1996a, p. 261.

Funcional são, em sua maioria, orientadas pela pergunta “Como?” Como as coisas operam e funcionam? Esse ramo da biologia reúne um conjunto de disciplinas preocupadas com o estudo das causas próximas que atuam sobre o funcionamento e desenvolvimento de organismos individuais. Ela explica “como os fenômenos vitais se encadeiam e se integram na constituição [desenvolvimento] e no funcionamento [fisiologia] dessas estruturas; mas também nos permite entender como esses organismos individuais interagem com o seu meio biótico e abiótico” (CAPONI, 2014, p. 17).

Para Mayr (2008, p. 100-101), as atividades ou processos que envolvem as instruções de um programa estão ocupados em descrever as causas próximas. Assim, a Biologia Funcional se interessa pela causação de processos fisiológicos, de desenvolvimento de comportamentos que são controlados por programas genéticos ou somáticos. A anatomia funcional, a biologia molecular, a genética e as neurociências estão inseridas nesse programa e, geralmente, o biólogo funcional está preocupado com as variáveis individuais de uma pesquisa, tendo como técnica principal o experimento que, na maioria das vezes, se assemelha muito ao trabalho de um físico ou de um químico.

Já a Biologia Evolutiva difere da funcional não só nos aspectos metodológicos, mas também nos problemas sobre os quais se debruça. Sua questão de base é “Por que”? Isso não significa que o biólogo evolucionista não esteja interessado em questões do tipo “como é que”? Em Biologia Evolutiva todo o organismo, seja indivíduo ou espécie, é um produto de uma longa história a ser inferida a partir de uma cadeia evolutiva decorrente da adaptação. “A biologia evolutiva, entretanto, seria essa outra biologia ocupada em indagar as causas distantes que, atuando sobre as diferentes linhagens de seres vivos, nos explicam porque esses apresentam caracteres que, efetivamente, agora apresentam ou alguma vez apresentaram” (CAPONI, 2014, p. 17). As causas últimas, distantes, ou remotas⁴ são “aquelas que conduzem à origem ou à modificação de programas existentes – em outras palavras, todas as causas que levam às mudanças ocorridas durante o processo da evolução” (MAYR, 2010, p. 101).

Outro ponto a considerar é que o método da Biologia Evolucionista é muito semelhante ao modo como Freud descreveu o trabalho do psicanalista em 1937:

⁴ Variantes das traduções do termo *ultimate causes*.

Qual é, então, sua tarefa? Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo. A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada, bem como as explicações com que as faz acompanhar, constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise, entre o seu próprio papel e o do paciente. Seu trabalho de construção, ou, se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo, de alguma morada que foi destruída e soterrada, ou de algum antigo edifício. Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que ainda está vivo — e talvez por outra razão também. [...] Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. Ambos, ademais, estão sujeitos a muitas das mesmas dificuldades e fontes de erro (FREUD, 1996b, 276-277).

Encontramos claramente no texto de Freud a ideia da psicanálise como reconstrução da narrativa da história de um sujeito. Jacques-Alain Miller (2009, p. 34) destaca uma oposição entre a abordagem histórica do inconsciente e uma abordagem a partir da noção de real⁵ decorrente do ensino de Jacques Lacan. “Lacan tenta pensar a psicanálise a partir do real, que a história, ao mesmo tempo, cai para o nível de fenômeno da interpretação” (MILLER, 2009, p. 34). A história implica a articulação significante S_1-S_2 , requerendo a relação com o Outro. Estamos no âmbito de um inconsciente passível de ser tocado pela interpretação. Esse inconsciente é denominado de *inconsciente transferencial*, já que ao conceder à relação com o Outro, conseqüentemente concede ao fenômeno da transferência ao analista. O inconsciente transferencial também pode ser definido através da famosa fórmula de Lacan: *o inconsciente é o discurso do Outro*. “O inconsciente é esse discurso do Outro

⁵ A noção de real em Jacques Lacan é extremamente complexa para expormos de uma forma breve. Assim, irei me abster aqui de descrever a evolução do conceito ao longo do seu ensino. Visando localizar o leitor neste texto, a noção de real da qual faço menção no ensino de Lacan, grosso modo, é a que se aproxima da ideia daquilo que faz furo no simbólico. Em outras palavras, o real é o que rechaça o sentido, a interpretação, a articulação significante e a história. Essa versão do real corresponde ao período do ensino de Lacan que abrange os seus últimos seminários. Apesar de Freud não ter jamais utilizado esse termo, podemos encontrar na sua obra o real lacaniano em diferentes formas, geralmente relacionado aos limites do tratamento: o umbigo dos sonhos, o comportamento assintótico da análise, a reação terapêutica negativa, a pulsão de morte, o rochedo da castração, o núcleo patogênico de base e no problema sobre a feminilidade.

em que o sujeito recebe, sob a forma invertida que convém a promessa, sua própria mensagem esquecida” (LACAN, 1998, p. 440)

Para manter a psicanálise no âmbito do inconsciente transferencial, Freud apela constantemente para evolucionismo, mesmo diante do problema sobre a feminilidade, ao explicá-lo a partir de causas distantes, isto é, a partir de uma herança arcaica recapitulada dos nossos ancestrais.

O método da narrativa histórica

Mayr (2010, p. 97) destaca ainda que o biólogo estuda fatos relacionados a um problema particular, sendo necessário inferir uma gama de consequências a partir da reconstrução de uma miríade de fatores, tentando construir um cenário que possa explicar os fatos observados em um caso. “Em outras palavras, ele [o biólogo evolucionista] constrói uma narrativa histórica” (MAYR, 2010, p. 97). No que diz respeito à validade científica, esse tipo de abordagem é questionada no meio, assim como a psicanálise, haja vista que o modelo ideal adotado pelas ciências é o modelo da física e das matemáticas. Trata-se de uma abordagem fundamentalmente diferente das explicações que envolvem leis causais oriundas da lógica, das matemáticas e das ciências físicas. A abordagem da narrativa histórica é geralmente considerada pelos filósofos clássicos como cientificamente inadmissível, mas para o biólogo evolucionista e filósofo da biologia a abordagem da narrativa histórica além de ser válida, talvez seja a única abordagem científica e filosoficamente válida para explicar ocorrências únicas. “A ciência [concebida pelos modelos da física e das matemáticas] não pode dizer qualquer coisa satisfatória sobre qualquer fenômeno genuinamente único” (HUME Apud MAYR, 2010, p. 98). Assim, o estabelecimento de narrativas históricas não se relaciona a nenhuma lei. A causalidade é atingida empiricamente para explicar um caso único. Neste ponto, podemos facilmente comparar a abordagem da *Biología Evolucionista* com a da psicanálise, tal qual concebida por Freud nos anos 30.

A solução freudiana-evolucionista

Freud abandonou muito cedo o projeto de explicação causal a partir da *Biología Funcional*, baseada nos modelos mecanicistas e fisicalistas de sua época. Em oito de outubro de 1895, enviou em uma de suas cartas a Fliess dois cadernos do seu “Projeto de uma psicologia para neurologistas”. Seu objetivo era prover uma psicologia que fosse uma ciência natural: “[...] represen-

tar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição” (FREUD, 1996c, p. 347). No entanto, em outra carta de oito de novembro de 1895, um mês após ter enviado os cadernos dos dois manuscritos à Fliess, Freud abandonará definitivamente a tentativa de explicar a etiologia das neuroses a partir de um mecanicismo fisiológico do sistema nervoso: “Empacotei os manuscritos psicológicos e os atirei numa gaveta, onde dormirão até 1896 [...] Senti-me sobrecarregado de trabalho, irritado, confuso e incapaz de dominar tudo aquilo” (FREUD Apud MASSON, 1986, p. 151).

O projeto foi esquecido pelo autor durante quarenta e dois anos, até que o viu nas mãos de Marie Bonaparte, sua ex-paciente, colaboradora e amiga. Ela os adquiriu com o resto das suas correspondências com Fliess do livreiro Reinhold Stahl, que havia comprado da viúva de Fliess. Segundo Garcia-Roza (1991, p. 69), “ao rever o manuscrito, depois de tanto tempo, Freud tentou de todas as maneiras reavê-lo com o intuito evidente de destruí-lo”. O “Projeto” é amplamente influenciado pelo associacionismo alemão de Herbart (1776-1841), reação ao criticismo de Kant e ao idealismo de Fichte (1762-1814). É também fortemente influenciado pelo fisicalismo de Helmholtz (1821-1894), Bois-Reymond (1818-1896) e Brücke (1819-1892), esse último foi professor de Freud na Universidade de Viena. Apesar de Freud ter abandonado a tentativa de descrever processos psíquicos através de uma fisiologia do sistema nervoso, uma forte influência dessa abordagem permanecerá nas suas teorias, verificada principalmente no ponto de vista econômico e dinâmico do aparelho psíquico. Enfim, Freud abandona o projeto biológico funcionalista, mas mantém em seus trabalhos algumas inferências teóricas sobre as causas, fundamentadas no evolucionismo.

As explicações evolucionistas de Freud recaem, pelo menos, sobre dois pontos de grande dificuldade na experiência da psicanálise, o sentimento de culpa e o problema da feminilidade. Quaisquer que sejam as explicações sobre a origem do sentimento de culpa, elas abrangem noções importantes como a de Super-eu, reação terapêutica negativa e pulsão de morte. Além disso, uma das fontes do sentimento de culpa, decorrente do desfecho do complexo de Édipo, acaba se tornando um dos pontos principais no programa de pesquisa evolucionista de Freud.

As origens do complexo de Édipo e do complexo de castração são explicadas por Freud a partir da história da evolução da espécie humana. Esse



é o ponto em que o inconsciente encontraria um fundamento biológico em Freud. Não se trata de uma explicação fisiológica do inconsciente, mas de uma explicação evolucionista para tratar os problemas sobre a hereditariedade e sobre a disposição às neuroses e psicoses. A biologia freudiana resta- rá sob a forma de uma *Biologia Evolucionista*.

Sentimento de culpa

Em *Totem e Tabu* (1913), baseado nos trabalhos de James Fazer, *A Study in Magic and Religion, Taboo and the Perils of the Soul* (1911) e *Totemism and exogamy* (1910), de Wilhelm Wundt, *Mithus und Religion* (1906), e de Robertson Smith, *The religion of the Semites* (1907), Freud apresenta um estudo histórico e antropológico sobre o totem, elemento fundador das religiões. Esse estudo serve para sustentar a ideia que há um retorno do totemismo na infância. Os mecanismos de transmissão simbólica entre as gerações (metáfora e metonímia) são explicados por Freud através do evolucionismo, utilizando principalmente a teoria da recapitulação de Ernst Haeckel, a *ontogenia* recapitula a *filogenia*, também conhecida como lei de Meckel-Serres. “Nesses últimos anos, a pesquisa psicanalítica se deu conta de que a tese segundo a qual a *ontogenia é repetição da filogenia* deve se aplicar também à vida psíquica, e isso acarretou nova ampliação do interesse da psicanálise” (FREUD, 2012b, p. 355).

Um dos interesses de Freud em *Totem e Tabu* foi explicar a obscura origem afetiva do sentimento de culpa na experiência da psicanálise, demonstrando que o complexo de Édipo nada mais é que uma recapitulação filogenética do assassinato do pai de uma horda primeva. “Por essa via de compreensão inconsciente de todos os costumes, cerimônias e estatutos deixados pela relação original com o pai primevo, também as gerações posteriores podem ter assumido esta herança afetiva” (FREUD, 2012a, p. 241).

O trabalho “Moisés e o monoteísmo” (1939) é mais uma ilustração da teoria da recapitulação simbólica. Apoiado no trabalho de Breasted, *The dawn of conscience* (1934), Freud apresenta a tese de que Moisés não teria sido um judeu de origem e sim um egípcio assassinado pelo próprio povo que libertou. Tanto o assassinato de Cristo, como o de Moisés, teriam sido um retorno do recalcado, uma recapitulação do assassinato do pai de uma horda primeva.

As perguntas de Freud recaem sobre o porquê do sentimento de culpa e sobre a sua causação. Estamos diante de questões que evocam as causas distantes, questões semelhantes àquelas colocadas pela Biologia Evolucionista. E essas questões podem ser respondidas a partir de inferências históricas e pela reconstrução do passado.

Em “Panorama sobre as neuroses de transferência”⁶, décimo segundo ensaio metapsicológico, Freud realiza uma inferência ousada e fantasiosa a partir da teoria da recapitulação, com o objetivo de explicar os fatores responsáveis pela disposição à neurose. Do mesmo modo que em “Totem e Tabu”, Freud irá recorrer ao método da narrativa histórica. Dois conceitos centrais aparecem na sua “fantasia filogenética”, os conceitos de regressão e de fixação. Em parte, a neurose se realiza por uma regressão a uma fase do desenvolvimento do indivíduo (ontogênese). Essa fase vivida na infância já seria uma recapitulação de uma fase do desenvolvimento da espécie (filogênese). Cada tipo de neurose (histeria de angústia, histeria de conversão e neurose obsessiva) teria como disposição a herança arcaica de uma fase determinada do desenvolvimento da humanidade; a disposição e a escolha da neurose seriam o resultado de uma fixação. Em termos descritivos, a regressão da libido retrocede até um ponto de fixação do desenvolvimento do eu ou da própria libido. Essa fixação se realiza sobre uma fase do desenvolvimento que fora demasiadamente marcada para o indivíduo, sobre a qual o sujeito se deteve por um tempo excessivamente longo para passar a fase seguinte. Os mecanismos de regressão e de fixação serão melhores explicados e desenvolvidos por Freud na conferência vinte e dois da sua coletânea “Conferências introdutórias à psicanálise” (1916-1917).

Na apreciação desses desenvolvimentos, do Eu e da libido, devemos enfatizar um aspecto que até o momento foi tratado com muita frequência. No fundo, esses dois desenvolvimentos constituem heranças, repetições abreviadas do desenvolvimento que toda a humanidade experimentou desde seus primórdios e o longo de um vasto período de tempo. No desenvolvimento da libido, penso, vê-se claramente essa origem filogenética (FREUD, 2014, p. 470-471).

Na parte VII do texto “O mal-estar na civilização”, Freud considera que a vida em civilização impõe ao indivíduo a renúncia da satisfação pulsional, sobretudo das pulsões destrutivas. O modo pelo qual se realiza essa renúncia

⁶ FREUD, Sigmund. A phylogenetic fantasy. Overview of the transference neuroses, 1987.

é a introjeção da agressividade. Ela é internalizada, dirigida contra o próprio Eu. “Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como *consciência*, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos” (FREUD, 2010c, p. 92). A tensão entre Eu e Super-eu é sentido como consciência de culpa ou sentimento de culpa, e se manifesta como necessidade de punição. Geralmente há uma renúncia da satisfação da pulsão, na maioria das vezes por medo de uma autoridade externa ou para não perder o seu amor. No entanto, essa renúncia não é suficiente para explicar as origens do sentimento de culpa, segundo Freud. Por exemplo, quando uma criança, num período anterior ao complexo de Édipo, reage às primeiras renúncias pulsionais com agressividade em demasia, ela poderia estar seguindo um padrão filogenético. Trata-se para Freud de uma *condição etiológica universal*. “Não podemos afastar a hipótese de que o sentimento de culpa da humanidade vem do complexo de Édipo e foi adquirido quando do assassinio do pai pelo bando de irmãos” (FREUD, 2010c, p. 102). Podemos encontrar na agressividade infantil as causas obscuras sobre a origem do sentimento de culpa. Entretanto, não cabe aqui comentar a abordagem freudiana da agressividade a partir da leitura de Lacan sobre o conceito de pulsão de morte, pois nosso objetivo é simplesmente apresentar ao leitor a biologia da qual se serve Freud para explicar certos impasses encontrados na experiência da psicanálise.

Um desses impasses recairá sobre a reação terapêutica negativa ou transferência negativa. Sabemos que durante o processo de análise, em muitos casos, a agressividade internalizada sobre o Eu do indivíduo tende a ser exteriorizada na figura do analista. Não é à toa que alguns afirmam que tal fenômeno significa que o analista ficou demasiadamente transferido ao lugar do pai para o paciente. Essa teria sido uma das críticas de Lacan à Freud em relação ao caso dos Homens dos Lobos. Nesse caso, foi por ter ficado demasiadamente no lugar do pai que Freud acabou sendo objeto de uma reação terapêutica negativa, fruto da agressividade do paciente. No entanto, Freud não teria reconhecido a sua própria dificuldade, passando a explicar as causas da reação terapêutica negativa a partir da já conhecida tese sobre a herança filogenética: “Nesse ponto o menino tem um esquema filogenético a cumprir, e chega a realizá-lo [...] As ameaças ou alusões à castração que ele experimentou haviam partido das mulheres [...] Foi mesmo do pai que ele temeu por fim a castração” (FREUD, 2010b, p. 116). Parte da reação terapêutica negativa do

Homem dos Lobos teve origem no seu encontro com a feminilidade durante o tratamento com Freud. Freud acabou ficando demasiadamente no lugar do agente da castração, tendo que posteriormente encaminhar seu paciente a uma de suas alunas e colaboradoras, Ruth Mack Brunswick.

Por um lado o evolucionismo serve para completar as lacunas teóricas encontradas por Freud para descrever a prática clínica. Por outro, as aplicações e adaptações evolucionistas na psicanálise colocavam para Freud um ponto final na questão sobre a causalidade, obturando o furo do saber diante do real da experiência.

Referências

CAMARGO, Luis Francisco. O sintoma do outro sintoma e o sintoma como acontecimento de corpo. **Arteira**. Revista de Psicanálise. Florianópolis: EBP-SC. 2014. v. 1. n.º 6. p. 23-28.

CAPONI, Gustavo. Contribución a una historia de la distinción próximo-remoto. **Revista brasileira de história da ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 16-31, jan.-jul. 2014.

FREUD, Sigmund. **A phylogenetic fantasy**. Overview of the transference neuroses. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1987.

_____. Considerações sobre desenvolvimento e regressão. Etiologia. In: _____. **Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)**. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13. p. 450-475.

_____. Construções em análise. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. XXIII. p. 271-287.

_____. História de uma neurose infantil. In: _____. **História de uma neurose infantil (O homem dos lobos), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. v. 14. p. 13-160.

_____. Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. VII. p. 255-265.

_____. O interesse da psicanálise. In: _____. **Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b. v. 11. p. 328-363.

_____. O mal estar na civilização. In: _____. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012c. v. 18. p. 13-123.

_____. Os instintos e seus destinos. In: _____. **Introdução ao narcisismo, ensaios metapsicológicos e outros textos (1914-1916)**. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12. p. 51-81.

_____. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. I. p. 333-454.

_____. Totem e Tabu. In: _____. **Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a. v. 11. p. 13-244.

GARCIA-ROZA, Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1991.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MASSON, Jeffrey Mousaieff. **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MAYR, Ernst. **Cause and effect in Biology**. *Science*, Washington, AAAS, v. 134, p. 1501-1506, 1961.

_____. **Isto é biologia**. A ciência do mundo vivo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MILLER, Jacques-Alain. **Perspectivas do seminário 23 de Lacan**. O sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Resumo Freud se apoia em algumas noções da Biologia Evolucionista para explicar dois problemas na experiência da psicanálise, a origem do sentimento de culpa e o problema sobre a feminilidade. Apesar de Lacan criticar o mito de Freud, construído por inferências históricas, o método da Biologia Evolucionista é compatível com a prática freudiana.

Palavras-chave Psicanálise, Biologia Evolucionista, sentimento de culpa, causas distantes, causas próximas.

Abstract Freud supports himself in some concepts of evolutionary biology to explain two issues in the experience of psychoanalysis which are the origin of the feeling of guilt and femininity. Despite the fact that Lacan criticizes the myth of Freud that was built through historical inference, the evolutionary biology method is still compatible with the Freudian practice.

Keywords Psychoanalysis, evolutionary biology, feeling of guilt, proximate cause, ultimate cause.





o que escapa





OBSESSÕES OU AFINIDADES? - AS PAIXÕES AUTÍSTICAS

ANA MARTHA WILSON MAIA

Membro da EBP/AMP. Membro Associado do ICP-RJ. Professora dos cursos de especialização em “Psicanálise com Crianças e Intervenção Precoce” e “Psicanálise e Saúde Mental”, do Hospital São Zacharias, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

E-mail: anamarthamaia@gmail.com

Nos dias 5 e 6 de março de 2015, na Universidade de Rennes II, durante o *Colóquio Terapia da Afinidade*, universitários e praticantes de diversos países tiveram a oportunidade de escutar a experiência de um sujeito autista, dos seus pais e do seu terapeuta, com uma maneira de tratar os autismos. Ron Suskind, célebre jornalista americano, sua esposa Cornelia, Owen Suskind e Dan Griffin foram convidados para falar sobre a solução inventada por Owen para sair de seu encapsulamento: a paixão pelos desenhos da Disney.

O número de participantes superou a expectativa e foi preciso abrir um segundo anfiteatro. No público, estavam presentes cinco associações de pais de crianças autistas que apoiam a diversidade na abordagem dos autismos, tendo em vista as diferentes hipóteses sobre sua etiologia, identificação, estabelecimento do diagnóstico e métodos de tratamento.

A “Terapia da afinidade” é um termo proposto por Suskind e Griffin. Foi apresentada por Suskind em abril de 2014 e, desde então, seu livro *Life, Animated* tem sido amplamente comentado pela mídia anglo-saxã.

Sabemos que ainda não foi apresentada mensuração e proposta terapêutica que possa dar a última palavra sobre a causa dos autismos. Mas sabemos, também, que as invenções singulares dos autistas apaziguam o sofrimento dos pais e permitem caminhos de vida. São resultados do que podemos chamar de tratamentos sob medida, o que ilustraremos com o testemunho de Owen e Jonas, mostrando a importância deste tema que foi tratado em diferentes lugares, na mesma época.

Nem obsessão, nem capricho.

O que levou o Coletivo de Praticantes com Autistas a organizar esse Colóquio foi divulgar a Terapia da Afinidade na França e na Europa, uma vez que sua fundamentação se opõe aos métodos de aprendizagem que consideram

o autismo um deficit a ser superado, em que o sujeito apresenta obsessões que impedem seu convívio social, daí a proposta de rotinas para se chegar a um padrão de comportamento. Ao contrário, a ideia é justamente partir do que interessa ao autista, permitindo que desenvolva sua invenção. Ao invés de ser tomado como obsessão ou capricho, o objeto privilegiado pelo autista é considerado a indicação de um caminho, uma direção de tratamento. Como toda paixão, é singular. A paixão autística pelo objeto mostra que a escolha se faz por “um”, entre outros. Por aquele que possui uma característica que o torna precioso para o sujeito. Deste modo, a Terapia da Afinidade tem mudado o foco dos tratamentos de autistas: no lugar do saber técnico que educa, controla e dirige, o sujeito com suas paixões, com o que não se domina. Um retorno à psicodinâmica? Uma afinidade com a psicanálise.

Aos três anos, Owen iniciou um processo em que foi deixando de se comunicar com os outros através da fala. Ele adorava assistir aos filmes da Disney com o irmão, repetia muitas e muitas vezes as mesmas cenas e, em um certo dia em que assistiam *A Pequena Sereia* (*The Little Mermaid*), para surpresa dos pais, disse: “juicervose”. Sua mãe explicou que ele falara “apenas sua voz” (*just your voice*). Como a Pequena Sereia, Owen perdera a voz. Foi desta forma que ele encontrou, através dos personagens de desenhos da Disney, um modo todo seu de voltar a falar, fazendo desses personagens um duplo autístico e separando a linguagem da enunciação. “A não cessão do gozo vocal tem como consequência maneiras específicas de compor com a linguagem” (MALEVAL, 2009, p. 249). Seus pais puderam contar com o trabalho de um terapeuta, Dan Griffin, que pôde acolher a invenção da criança e a aposta dos pais.

Bem distante de Suskind, Griffin e Owen, que vivem nos EUA, e dos Praticantes e Associações de Pais da Europa que estavam no Colóquio em Rennes II, um trabalho apresentado em 21 de março de 2015 - na III Jornada do Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública (MPASP): “Clínica psicanalítica com autismos” - entre outros casos, abordou um semelhante: a paixão de um menino pelas princesas da Disney. A necessária distinção do autismo com relação às psicoses, já apontada por Rosine e Robert Lefort (2003), é o tema geral deste trabalho, que mostra como uma criança ensinou à psicóloga o caminho por onde um trabalho seria possível para ele.

Uma paixão pelas princesas da Disney

Jonas tem seis anos. Considerado um menino estranho, ele brinca sozinho, evita contato visual e, quando fala, é de forma mecanizada. Seu aprendizado não responde às expectativas da escola e ele é encaminhado para uma clínica de Reabilitação no Rio de Janeiro. No Brasil, América do Sul, distante dos EUA, Jonas tem algo em comum com Owen, embora nunca tenham se encontrado.

Após uma “avaliação global” realizada pelos especialistas da clínica, uma psicóloga estabelece o diagnóstico, através de testes de personalidade e inteligência, e o encaminha para os setores de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Psicologia. Em virtude de que nesta instituição não há casos de autismos e psicoses, por se considerar que não há nada a fazer quando o cérebro está mal formado ou não existe, é como “deficiente mental” que Jonas tem a oportunidade de iniciar um tratamento.

No entanto, Jonas recusa as intervenções. Com o objetivo de ensiná-lo a falar, a fonoaudióloga perde o controle e grita com ele, diante das recusas a seus comandos. Nas sessões de Terapia Ocupacional, ele bate na terapeuta e a equipe de psicologia decide não mais atendê-lo. Porém, uma psicóloga que está entrando para a instituição coloca o desejo de recebê-lo.

“Esforçar-se para entrar em relação com um sujeito autista, confrontar-se com esse impossível, com esse real, a partir de uma perspectiva psicanalítica, supõe apelar à invenção de uma solução particular sob medida. Com efeito, a invenção é o único ‘remédio’ do sujeito autista e deve incluir, a cada vez, o resto, ou seja, o que permanece no limite de sua relação com o Outro: seus objetos autistas, suas estereotipas, seus duplos” (LAURENT, 2014, p.78).

É nesta direção que segue a nova psicóloga¹ de Jonas, não perdendo de vista como a relação com o próprio corpo é importante para todos nós. Especialmente nos autismos, quando a relação que o sujeito estabelece com a linguagem, com seu corpo e com os outros possui uma particularidade e exige uma delicadeza dos que lidam cotidianamente com ele.

Inicialmente, Jonas ignora a psicóloga e seu olhar não cruza com o dela. Silencioso, senta-se na cadeira e balança as pernas, em um vai-e-vem, enquanto as mãos se ocupam de pequenos objetos que sempre o acompanham, incomodam muita gente e ele nunca compartilha: as bonecas de temas clássicos infantis, as princesas da Disney. Uma paixão pelo objeto, como a máqui-

¹ Vanessa Carrilho dos Anjos Brandão participa do laboratório “A criança entre a mulher e a mãe” (Cien-Rio).

na do abraço de Temple Grandin², as colheres de Sue Rubin³ e os desenhos da Disney para Owen.

Jonas coloca-se sempre ao lado da psicóloga, uma forma de estar com o outro muito frequente nos autismos. Recusa qualquer tentativa de aproximação, marcando um limite na distância com relação a seu corpo, o que sugere que os episódios de agressividade e violência física com a fonoaudióloga e a terapeuta ocupacional constituem um modo de responder quando se sente invadido. Assim, ele indica um caminho de trabalho: é preciso observar as brechas, as aberturas que ele oferece, para estender o limite da distância que ele impõe entre seu corpo e o do outro.

Aos poucos, pelas brechas, intervalos, quebras de ritmo, vão sendo introduzidos outros objetos, muito lentamente, em função de como ele responde. Livros infantis servem para contar e recontar histórias, mas também para que ele teça breves comentários e “conserte” o que é dito. Na encenação de uma espécie de Fort-Da, a caixa dos livros é escondida e em seu lugar a psicóloga faz aparecer outros objetos, como lápis de cor e papel. Dos livros para os desenhos, Jonas chega a pedir que ela desenhe a Moranguinho, que não é exatamente uma princesa, muito menos da Disney! Neste tempo de trabalho, ele tem a iniciativa de recortar os bonecos e fica encantado com suas formas coloridas, com o contorno de seus corpos.

Ao final de um ano, um grande avanço quanto à presença do outro: Jonas passa a brincar, em alguns breves momentos, com outras crianças. Sua fala ainda é mecanizada e, embora não se possa dizer que aceita, não recusa como antes a troca de olhares. Responde um “olá” ao entrar na sala da psicóloga, e aceita alguns limites, como o tempo da sessão. Mas tudo isso, na medida dele.

Alguns meses depois, Jonas apresenta avanços também no setor de terapia ocupacional. Quanto à fonoaudióloga, “largou de mão” o caso e, assim, acabou por permitir que ele permanecesse na Instituição, construindo uma maneira própria de estar ali e, conseqüentemente, no mundo.

² Conforme podemos observar no tele-filme “*Temple Grandin*”. Direção de Mick Jackson, exibido pelo canal HBO, em 2010.

³ No documentário “*Autism is a world*” (Direção de Gerardine Wurzburg, 2001), Sue conta que desejou realizar o filme para mostrar que o autismo, como o intitulou, é um mundo. E que ela queria mostrar a todos como é o seu próprio mundo. Em que as colheres têm uma função primordial, acrescentamos.

Tratamentos sob medida

Quatro meses depois do Colóquio em Rennes e da III Jornada do MPASP no Rio de Janeiro, outro acontecimento entra nesta série, abordando o que se pode chamar de “tratamentos sob medida”.

“Autismo, um debate atual” foi o tema da II Jornada Científica da APAE-Búzios, destinada aos profissionais da Região dos Lagos do Rio de Janeiro, implicados com a clínica dos autismos. O Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ) e a Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro (EBP-Rio) foram convidados para participar⁴.

O que Jonas recusa no tratamento que a instituição propõe? Que função têm as princesas para ele, a ponto destes objetos o acompanharem a todo lugar? Se possível, como estabelecer um laço sutil (TENDLARZ, 2013) de trabalho, de modo que ele pudesse aceitar a presença do outro e suas intervenções? E como sustentar nas reuniões de equipe a aposta, o desejo de dar prosseguimento ao tratamento, tendo em vista o “abandono do caso” pela equipe e a pressão exercida por uma técnica que insistia que se tratava de um caso de “impossibilidade terapêutica”? A vinheta sobre este menino apaixonado pelas princesas da Disney trouxe para uma conversa realizada na Jornada questões que se desdobram em questões sobre a clínica e o trabalho com autismos em intuições.

A presença de ao menos um “analisante esclarecido” (UDENIO, 2011) ressalta a importância do vazio central de saber, quando se trata de uma conversa interdisciplinar sobre algum impasse que o trabalho em instituições traz para os profissionais concernidos. Um vazio pulsante, como dissemos (MAIA, 2012).

E, ao final, uma boa surpresa: embora se tratassem de abordagens diferentes, os trabalhos apresentados pelos profissionais não-psicanalistas de orientação lacaniana, digamos assim, mostraram por que estavam ali, abertos a este encontro. Desenvolvem suas práticas por meio de métodos, permitindo adaptações na utilização, por exemplo, de materiais padronizados. O título de um já anunciava isso: “Para além da imagem”, enquanto o outro apresentado na mesma mesa expôs a substituição de um elemento por outro, uma vez que a criança não aceitava trabalhar com o elemento padrão. Os

⁴ Organizada por Vera Ribeiro junto a Elenice Martinet, Presidente da APAE-Búzios, participaram desta Jornada Maria do Rosário Collier do Rêgo Barros e Paula Borsoi no debate sobre o filme “A céu aberto” (Mariana Otero, 2013), e Vicente Machado Gaglianone e Ana Martha Wilson Maia participaram de uma conversa, apresentando vinhetas clínicas.

trabalhos conversaram e, neste sentido, podemos dizer que se aproximam também da Terapia da Afinidade, considerando a criação de um caminho sob medida para cada autista.

Na batalha do autismo pelo respeito à diversidade, “a pedra angular desta batalha consiste em permitir que cada criança elabore, com seus pais, um caminho próprio, e prossiga nele na idade adulta” (LAURENT, 2014).

Para concluir, o bonito testemunho de um pai de sujeito autista, em 2014, rede nacional:

“A nossa abertura de hoje vai ser um pouco diferente: na última sexta-feira, dia 31, eu sofri a dor que é o pesadelo de todo pai, a inversão da ordem natural das coisas: a perda de um filho. Meu filho Rafael Austregésilo Soares, o Rafinha, esteve no mundo durante 50 anos e foi uma criança especial. Como ele era autista, permaneceu menino até o fim. Passou a vida inteira na realidade do seu próprio mundo, com corpo de adulto e coração e alma de criança”.

Em homenagem a Rafinha, falecido alguns dias antes, pela primeira vez, Jô Soares (2014) falou sobre o autismo do filho: “Tinha um ouvido absoluto, por isso tocou piano, adorava música e, como sua grande paixão era o rádio, tinha em casa uma emissora” - a Rádio AM da Zona Sul, 93,8 megahertz. “No seu aniversário ele não tirava a emissora do ar nem na hora de soprar as velas do bolo. Ele dizia ‘não pode! Tá na hora. São 6h02’, que são aqueles horários que o autista tem com precisão absoluta. E essa disposição de viver com entusiasmo e até com paixão o caminho limitado que a vida lhe ofereceu, me dá muito orgulho do meu filho.”

Exemplo vivo da importância do respeito à diferença, ao que é mais precioso, e singular, em cada um, para que um futuro seja possível. Autista ou não.

Referências

AUTISM is a world. Direção de Gerardine Wurzburg. 2001.

COLETIVO DE PRATICANTES. Terapia da Afinidade para os autistas? **Lacan Cotidiano**, n. 489, 13 mar. 2015. Blog de la Asociación Mundial de Psicoanálisis.

LAURENT, Éric. **A batalha do autismo** – da clínica à política. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LEFORT, Rosine; LEFORT, Robert. **La distinction de l'autisme**. Paris: Seuil, 2003.

MAIA, Ana Martha Wilson. Um vazio pulsante. **Cien Digital**: Revista do Cien Brasil, s.l., n.11, 2012.

_____; BRANDÃO, Vanessa Carrilho dos Anjos. Entre autismos e deficiências, um ser falante. In: **JORNADA DO MOVIMENTO PSICANÁLISE AUTISMO E SAÚDE PÚBLICA (MPASP)**: “Clínica psicanalítica com autismos”, 3., Rio de Janeiro, 2015. Trabalho apresentado na Mesa-redonda VI, “Diagnóstico diferencial: autismos, psicoses e deficiências”.

_____. Uma paixão pelas princesas da Disney. **Jornada Científica da APAE-Búzios**, 2., Búzios, 2015. Comunicação oral.

MALEVAL, Jean-Claude. **L'autiste et sa voix**. Paris: Seuil, 2009.

SUSKIND, Ron et al. A Pathway, Not a Prison. Entrevista por Hanna Rosin. **Slate**, 1º abr. 2014. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/life/family/2014/04/life_animated_talking_about_affinities_autism_and_disney_with_ron_suskind.html>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SOARES, Jô. **Jô abre o programa de forma diferente e faz uma homenagem ao filho Rafael**. Globo.tv, 3 nov. 2014. 1 vídeo online. (3min 49s). Disponível em: <<http://globo.tv/globo.com/rede-globo/programa-do-jo/v/jo-abre-o-programa-de-forma-diferente-e-faz-uma-homenagem-ao-filho-rafael/3740735/>>. Acesso em: 4 set. 2015.

TEMPLE Grandin. Direção de Mick Jackson. Exibido pelo canal HBO, em 2010.

TENDLARZ, Silvia; ALVAREZ, Patrick. **¿Qué es el autismo?** Infancia y Psicoanálisis. Buenos Aires: Colección Diva, 2013.

UDENIO, Beatriz. A modo de orientación. **Boletim Preparatório da V Jornada Internacional do CIEN**, n. 4, abr. 2011.

Resumo Este artigo discute a importância das paixões autísticas e o “tratamento sob medida”. Apresenta uma articulação entre a Terapia da Afinidade e a psicanálise de orientação lacaniana, através de trabalhos recentemente apresentados em eventos.

Palavras-chave Paixões autísticas, tratamento sob medida, psicanálise de orientação lacaniana.

Abstract The article discusses the importance of autistic passions and “singular treatment”. It presents a reconciliation of Affinity Therapy and Lacanian psychoanalysis, through recently presented papers at events.

Keywords Autistic passions, “singular treatment”, Lacanian psychoanalysis.



TER UM CORPO: A ANÁLISE DO *PARLÊTRE* OU DO PORQUÊ JÁ NÃO SE TRATA MAIS APENAS DO SUJEITO

CESAR SKAF

Psicanalista – Delegação Paraná. Membro da EBP/AMP. Médico Psiquiatra. Mestre em Psiquiatria (Faculdade de Medicina da USP). Curitiba – Brasil.

E-mail: cskaf@uol.com.br

1 – O corpo nos é estranho

Há coisas no homem (*Mensch*) que lhe são soltas e avulsas, nos ensina Miller (2013). Assim leu Lacan em Joyce: o homem tem um corpo, ele não o é (LACAN, 2007, p. 146). Tomada pela via de uma primeira extração do lacanismo, o que uma análise consegue discernir sobre o corpo é, antes de tudo, o que ele tem de Imaginário. De fato, a teoria do espelho, que atravessa toda a obra de Lacan, ensina que do corpo tocamos pouca coisa além da sua forma. Tocamos antes de tudo a sua imagem. Claro, a imagem do corpo não é uma imagem qualquer, ela é a imagem *princeps*. Ela é nosso modelo de imagem do mundo. Do corpo se constrói uma *imago*, se lermos Lacan em suas entrelinhas. Dizer *imago* é referir-se a algo que já não se restringe ao puro registro Imaginário (LACAN, 2003a). Por certo, esses são postulados que se referem às primeiras elaborações do ensino de Lacan, mas pode-se dizer que, de certa forma, vigoram até o final de sua obra, como condição para sustentarmos sua doutrina sobre a angústia.

O que a perspectiva borromeana agrega ou retifica disso? A partir de Joyce, Lacan percebe que o corpo funciona sozinho. Peça solta, avulsa. O corpo funciona sem ser. Não há ser no corpo. Até o tempo das formulações de seu *Mais, ainda* (LACAN, 1985), para Lacan, o ser era um corpo. Miller nos lembra disso (2013): antes de Joyce o corpo era a via régia do ser.

Essa retificação borromeana não é sem consequências para uma compreensão do que seja uma Psicanálise. Passar a ter um corpo e não o ser, de certa forma, desabona a análise do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Qual é a doxa de Lacan no seu primeiro ensino? Que o corpo afetado pelo inconsciente é o mesmo que o sujeito do significante. Corpo e significante estão amarrados no primeiro ensino de Lacan por algo que ele denominou

Sujeito. Mas, para a clínica borromeana aprendida a partir de Joyce, clínica na qual o corpo nos é estranho, não há tão bem dizer ao restringir-se à noção de Sujeito. Porque o que conecta o corpo ao simbólico não é mais o inconsciente. Passa a ser, antes e centralmente, um grande mistério. Lacan inventa seu nome: *parlêtre*. O *parlêtre* é um ser que não se tem em um corpo. Miller (2013) diz que ele não se reconhece a partir do corpo que ele seria e, portanto, trata-se de um ser não aristotélico.

No entanto, talvez seja uma incorreção opor Sujeito ao *parlêtre*, como concepções que se antagonizam. Afinal, como seguir chamando de Psicanálise uma prática que não se ocupasse também dos semblantes de identidade que constituem um Sujeito?

Fato é que a clínica contemporânea obriga o praticante a conhecer os limites das identificações. É dizer, saber que há confins do Simbólico onde “a palavra se demite” (LACAN, 1998). E que a problemática do gozo não se resolve de todo pela via das identificações.

Pode-se pensar que há signos que constituem inscrições primordiais no corpo do *parlêtre*. Alguns deles são signos sem significação, que restam isolados e talvez insabíveis. São letras. Traços refratários ao sentido, que talvez jamais sejam significados. Lacan chamou esses signos de *gozo*. E no seu ultimíssimo ensino, Lacan afasta-se do *Unbewusst* do inconsciente freudiano, que se situa do lado do não sabido, para tanger a *une-bévue*: o equívoco, o erro, o descuido, o deslize, a mancada. Significantes para denominar o insabível, o inefável. Diante disso, resta ao *parlêtre* inventar um saber-fazer-aí com o equívoco da sua sempre a mesma mancada (LACAN, 1976-1977).

Contudo, o *parlêtre*, ele também, reconhece-se a partir da fala, ou seja, a partir do Simbólico. O que ele não tem é unidade. Ele é profusão. Restou suficientemente estabelecido pelas elaborações em torno do tema da constituição do Sujeito que este, desde sempre, conheceu o que seja da ordem dos fragmentos, da divisão, da barra. De modo que o Sujeito, em todo Lacan, resulta de uma bricolagem de imagens e de palavras.

O que ganha, agora sim, uma nova concepção no curso do seu ensino é o momento em que Lacan engendra um termo novo para designar a topologia da linguagem, que abarque essas sensações que constituem o gozo singular e opaco do *Há-um* (LACAN, 2012, p. 132-142). A esta profusão pulsante de linguagem e de gozo, Lacan dá seu nome: *lalíngua*. É do que se trata no *parlêtre*: um corpo capturado pela lalíngua. Na materialidade de sua ex-istência, eis a língua incompleta, marcada pelo gozo e pelo desejo. Assim, esse *corpo*

falante é o encontro traumático entre a Carne e o Logos. Aí se localiza a nossa dualidade renovada, porque não cartesiana.

Para se entrar na existência e ganhar lugar como Sujeito no campo do significante, perde-se o ser da vida natural, já que a palavra, como ela faz com todas as coisas, desvitaliza o corpo enquanto corpo real.

Vimos como Lacan aprendeu com Joyce: como ele tinha um corpo, mas ele não o era, ele pôde deixá-lo cair. E, para nós, a consequência foi que o Simbólico se soltou. O Imaginário e o Real também. É por esta via que se pode compreender a afirmação de Miller, tão instigante, quando ele diz que a fala não passa de tagarelice (MILLER, 2013, p. 65).

Com o Simbólico solto, qual a consequência para seu maior satélite, o pensamento? O pensamento passa a ser *debilidade*. A clínica borromeana, mais além de postular como as coisas se amarram, exige do praticante a assunção do que nelas não se amarra.

Eis o *sinthoma*. Ele é solto do inconsciente. Um *sinthoma* quer dizer que o sintoma pode se soltar do inconsciente. E, se quisermos, como consequência última, o *sinthoma* desabona o analista do inconsciente. A ascensão do objeto *a* ao zênite da civilização fez o mesmo com o mundo. De modo que eis aí o que Há, hoje, para o psicanalista.

Senão, vejamos um caso clínico. Ele tem ensinado ao analista a possibilidade de pensar algo do que seja uma resposta para a seguinte pergunta: *como esta análise em questão vem sendo possível?*

Barba é um cara moderno. Tem 28 anos, estuda, trabalha e goza. Não nessa ordem. Procura o analista em um momento muito turbulento de sua vida. Acabava de se separar de uma união homossexual estável, estabelecida em cartório, que durara oito anos. A parceria se baseava em vários acertos sintomáticos e seus imbróglis. Entre eles constavam alguns acordos fantasmáticos que colocavam o *parlêtre* numa posição fixa na cena sexual que, em seu entendimento, o feminizava. A dupla acordava em uma vida sexual aberta, onde cada qual recebia do outro o aval de buscar outras companhias como bem lhes aprouvesse. Do mesmo modo, interessavam-se por encontros sexuais onde contassem, além dos dois, com o concurso de mais uma, às vezes duas companhias.

A primeira sessão deu-se um dia depois da separação ter sido definida. Muito angustiado, *Barba* chorava muito e não sabia como poderia retomar sua vida. Ele temia que talvez ela tivesse acabado. Nos anos passados acostumara-se a depender do seu marido, como ele o chamava, para as coisas

mais prosaicas. Como pagar uma conta em banco, ir ao supermercado ou trazer o pão para o lanche da tarde. Saía tardiamente da casa de sua mãe para imediatamente ir morar com o companheiro. Sentia a falta dele “como o drogado que se vê sem sua droga, e agora com muita fissura”. Nunca fora feliz com ele, entendia que não o amara nas bases de um amor romântico e que gozava mal com ele. Mas o arranjo funcionava em outras bases, contava com o companheiro para outras coisas. Pensava que ficariam casados para sempre, e custava-lhe muito o veredito da realidade de que a união terminaria irremediavelmente.

Durante esses anos, comparecia com seu corpo, quase todos os dias, por vezes mais de uma vez ao dia, para cenas sexuais fortuitas e escusas, que se davam sem nenhuma mediação da palavra, sempre apenas diante do fantasma encenado mudo, em lugares públicos como a rua, banheiros ou saunas. Não se culpava, mas tampouco se satisfazia amiúde. Eventualmente sim, ocorria, mas o gozo lhe arrebatava à revelia, sem que lhe restasse o menor saber sobre como ou o quê lhe agradara em determinado encontro.

De pronto sua modalidade de encontro com seu inconsciente declarou-se nas sessões. Tinha praticamente uma incapacidade, naquele primeiro momento de sua análise, para a associação livre. Sem nenhum interesse sobre seu passado, sobre lembranças e muito menos para eventuais repercussões edípicas que ressoassem no seu presente.

O analista acolheu sua chegada como uma grande emergência subjetiva e lhe disse: “há construções que precisam começar do zero! Traga seu corpo aqui todos os dias”. Essa urgência ressoou para o analista sem nenhuma retórica, carregando em si uma convicção que detinha todo o seu efeito de verdade.

2 - Os efeitos da interpretação são incalculáveis

O que um psicanalista do parlêtre pode saber? “Não é pelo fato de o sentido de sua interpretação ter surtido efeitos que os analistas estão com a verdade, pois, mesmo que ela seja precisa, seus efeitos são incalculáveis” (LACAN, 2003c, p. 555). Interpretar o *parlêtre*, diz Miller (2013), requer estar advertido do que seja jogar uma garrafa ao mar. Logo, o saber do psicanalista é insabido.

Vejamos no caso:

Sem demorar, *Barba* entendeu que neste momento tinha o encontro com o analista como o lugar único da sua vida para existir. Não tinha aonde ir

que não fosse à sessão, e mais ninguém com quem falar (por inexistência de qualquer pessoa na sua história). Estava apavorado, precisava vir, mas não tinha do que falar.

O analista esboçou a direção da cura em seu controle. As sessões eram muito curtas, durando frequentemente poucos minutos. O manejo do tempo lógico e a compreensão precisa e lapidar do que seja a *asserção da certeza antecipada* é pedra angular para uma análise possível do *parlêtre*. E, neste caso, esse ponto mostrou-se decisivo para que esta análise venha sendo possível.

As sessões tratavam de saber como o analisante ia encontrar um lugar para alojar seu corpo (buscar novo endereço), se tinha conseguido ir ao supermercado e se tinha comido naquele dia. Às vezes o *parlêtre* queria saber se devia “transar”, mas o analista lhe disse que sobre isso não fazia a menor ideia. As interpretações sempre visaram o cômico, o leve e, acima de tudo, a síntese do sentido.

Todo mundo é louco! Anuncia Lacan, quando percebe que a linguagem, no que ela tem de sentido, não passa de uma elucubração de saber sobre *lalíngua* (LACAN, 1985, p. 189). O que remete, então, toda significação à ordem do *delírio*. Quem sabe, a diferença que pudesse ser pensada em relação às grandes estruturas clínicas é a de que, em uma neurose, talvez o vizinho e ele se desabafem Um com o Outro, como naquele jogo da verdade onde se gira uma garrafa, que aponta para quem vai fazer a confissão da vez. Por aí se percebe como o sentido pode consistir em um *delírio* socialmente compartilhado, o que tenderia a produzir algum laço social. Já em uma psicose o psicótico não costuma conversar com seu vizinho, vez que seu delírio não gera empatia. Uma das razões pelas quais a possibilidade de laço social se enfraquece.

3 - A interpretação não atesta saber algum

Como um psicanalista do parlêtre deve agir? “Ela [*a interpretação*] não atesta saber algum, visto que, tomando-o em sua definição clássica, o saber se verifica por uma possível previsão” (LACAN, 2003c, p. 555). Portanto, a interpretação não é um saber sabido. Com isso, o real de Lacan, lá onde a interpretação opera, é exterior ao saber.

Assim, o real de Lacan deixa de ser o real de Freud. O real de Lacan funda-se na fórmula: *não há relação sexual*. Por isso ele é exterior ao simbólico. Ele

é sem lei. Sem relação. Ele não se liga a nada. Nem mesmo ao inconsciente freudiano. Tampouco ao real da ciência, pelo qual os planetas conhecem o seu lugar no firmamento. Diferente deles, o *parlêtre* não sabe o seu lugar na gravidade sexual. Talvez o real de Lacan seja como o da natureza, mas apenas se entendermos que “A natureza é um *pot-pourri* de fora da natureza” (LACAN, 2007, p. 13).

Outro ponto, pensado como possibilitador da análise aqui em questão, foi a extração, às últimas consequências, da afirmação de que o analista do *parlêtre* age sob um desejo que, mais do que nunca, não é puro. Porém é muito decidido. Ele precisa estar advertido de que o Sujeito Suposto Saber guarda em si um equívoco, uma exorbitância (LACAN, 2003b). O desejo do analista do *parlêtre* não pode ser puro, na medida em que sua interpretação e o seu ato devem saber dissipá-lo (o SSS) com a mesma delicadeza com que Freud preconizou manejar toda e qualquer ilusão.

4 - Se não há relação, qual a conjunção possível entre saber e gozo?

O que é permitido ao psicanalista do parlêtre esperar? “O que eles [os analistas] têm de saber é que existe um saber que não calcula, mas que nem por isso deixa de trabalhar em prol do gozo” (LACAN, 2003c, p. 556).

O analista reparou que *Barba* deixou sua barba crescer no correr das semanas. Pensou: qual relação com seu escabelo? Então o analista colocou a sua barba de molho. Pontuando sobre a barba nas interpretações, algo que não tinha entrado na cena da palavra, mas apenas na *mostração* ao analista (como tudo aquilo que, do *parlêtre*, na clínica do real, se endereça ao mundo sem lograr entrar no desfileiro da palavra). E o *parlêtre* deu a cara à tapa. A tapa(e)ação (*duperie*).

Fâneros. Pêlos. O desejo sobre os pêlos de um homem. O horror aos seus desde a puberdade. Foi assim que se abriu em análise o que ele denominou do “campo semântico do masculino” e suas reverberações. Foi só então que o analista pôde saber que, possivelmente, se tratasse neste caso de uma neurose, dada a modalidade do endereçamento ao Outro que ali se desenhou, depois de constatada uma inscrição do Pai simbólico. É dizer, do Pai morto (LACAN, 1999, p. 152). Até então, todo o trabalho analítico se centrara menos na clínica estrutural do que naquela que maneja o singular do caso único.

Três anos e meio de análise depois, o *parlêtre* tem uma vida que lhe parece mais satisfatória. Trabalha e estuda melhor. Já independente, mora sozinho.

Entendeu que o fim do seu relacionamento foi a maior sorte que lhe aconteceu na vida. Não acredita no amor e nem na fidelidade, principalmente nos dele: nem no seu amor, nem na sua fidelidade. Concluiu que transar com alguém sem dizer nenhuma palavra, sem perguntar o nome, não lhe convém. Acha muito enfadonho. Quer conversar com seus parceiros e saber de suas vidas. Quer saber suas intenções para com ele. Quer saber o que ele venha a significar na vida deles. Alinhou-se ao impasse do grande Outro barrado pelas vias da questão do desejo: “*Che vuoi?*”. Às vezes comparece à sessão como Sujeito. Mas sempre, sempre, traz seu corpo.

Descobriu um exercício que lhe causa graça. Quando de um encontro que mexa mais forte com as cordas do seu objeto *a*, quer saber o que eles são: amigos? Namorados? Concluiu que o que não tem nome ainda não existe. E tem um chiste: se o cara diz “ah... Estamos ficando...”, ele responde: “hum, sei... Mas sabe qual o problema? Ficar, eu já fico com o meu analista. Eu estou sem vaga pra ficar. Mas eu queria muito brincar, fazer de conta de namorar...”. Ele aprendeu a se fazer de tolo (*dupe*) diante desse real do amor.

É verdade. O analista do *parlêtre* já não maneja apenas as histórias antigas dos grandes amores de transferência. Há que saber fazer com o amor que fica. Inconsciente e gozo não ficam juntos todo o tempo mesmo.

Referências

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 20. Mais, ainda** [1972-1973]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a «Verneinug» de Freud [1956 (1954)]. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 370-382.

_____. **O Seminário, Livro 5. As formações do inconsciente** [1957 - 1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. Os complexos familiares na formação do indivíduo [1984 (1938)]. In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a. p. 29-90.

_____. O engano do sujeito suposto saber [1968 (1967)]. In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003b. p. 329-340.

_____. Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos [1975 (1973)]. In: _____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003c. p. 550-556.

_____. **O Seminário, Livro 23. O sinthoma** [1975 - 1976]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.



____. **O Seminário, Livro 19. ... ou pior** [1971 - 1972]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

____. Le Seminaire 24. **L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre** [1976 -1977]. Inédito.

MILLER, Jacques-Alain. **Piezas sueltas** [2004-2005]. Buenos Aires: Paidós, 2013..

Resumo Este trabalho percorre o desenvolvimento das formulações sobre o *parlêtre* na obra de Jacques Lacan e o problematiza em relação ao conceito de Sujeito. Pondera sobre como se analisaria esse *parlêtre*: as bases para a interpretação e o manejo da transferência. Contrapõe as possibilidades pensadas por Lacan diante do Real: debilidade, delírio e tapeação (*duperie*). E apresenta um caso clínico que articula esse desenvolvimento.

Palavras-chave *Parlêtre*, Sujeito, Interpretação, Transferência, Real, Tapeação, *Duperie*.

Abstract This paper is about the development of conceptions about the *parlêtre* in Jacques Lacan's work, and it problematizes it in relation to the concept of the Subject. It considers how one would analyse this *parlêtre*: the basis for the interpretation and the handling of transference. It opposes the possibilities thought by Lacan against the Real: the impairment of the mind, the delirium and the sham (*duperie*). And it presents a clinical case that articulates this development.

Keywords *Parlêtre*, subject, interpretation, transference, real, sham, *duperie*.



A ANGÚSTIA COMO OPERADOR DOS LAÇOS SOCIAIS NO IMPÉRIO DAS IMAGENS

FERNANDA AZEVEDO TURBAT

Psicóloga - Associada ao Clin-a (Instituto do Campo Freudiano pela EBP-SP)

E-mail: fernandaturbat@gmail.com

“No começo estava o verbo, o traço unário” (LACAN, 2004, p. 31), enuncia Lacan para introduzir a função do significante no seminário mais elucidativo sobre a angústia, articulando a mesma com o sinal do desejo quando formaliza a função do objeto *a*.

É pela via do Outro que os sujeitos que dialogam devem se arranjar como podem com esta condição, que tem justamente entre eles e o real o campo do significante, pois é através do aparelho do traço unário que eles são constituídos como sujeitos.

Nesse seminário, Lacan começa a fazer toda uma construção de dois eixos principais de seu ensino: o que engana e o que não engana, saber e verdade.

O Outro é aquele que me vê. Aquilo que me constitui como sujeito no nível do significante. Este último, como formalizador do discurso, dá borda ao sujeito com sua pequena história. Mas a história tem sempre algo de encenação, diz Lacan e, portanto, de ficção.

Aos analistas, Lacan diz que o Outro interessa ao desejo na medida em que o que lhe falta é o que ele não sabe. “Não há outro caminho a achar do que o que falta como objeto de meu desejo. (...) Não há maneira de aceder o desejo, nem sustentação possível do desejo se não fazendo par, se enodando com \mathcal{S} .” (LACAN, 2004, p. 33).

Se, de uma parte, Lacan coloca o sujeito do lado do significante, do lado do Outro que engana, de outra parte, não ignora o resto da operação da divisão subjetiva, o objeto *a*, o gozo enfim, que é do lado do indizível. Portanto, pergunta se o “mundo (do sujeito) não é simplesmente os restos acumulados do que vinha da cena quando ela estava em turnê?” (LACAN, 2004, p. 45) Tanto para Freud, nas suas observações dos casos da histeria, quanto para Lacan, principalmente após a formalização desse seminário, a verdade não pode ser enunciada na sua totalidade, sendo necessário passar pela via do significante



para acessá-la. A verdade só pode então aparecer através das (des)amarras do dizer, irrompendo, muitas vezes, deflagrada pela angústia.

Miller (2011) afirma que, se há uma via mais além da verdade mentirosa, ela seria a via do real que se demonstra.

Essa seria, para Lacan, a verdade do sujeito. Opondo assim verdade e engano, introduz-se, de forma crucial para a psicanálise lacaniana, a formalização do objeto *a*.

Presenciamos na clínica contemporânea diferentes formas da angústia, um mal-estar tão comum de nossa época; o medo do outro, o pânico, o *burn-out*, o estresse são os nomes correntes do que formalizou Lacan no Seminário 10: *A angústia*.

Como sinal, a angústia demarca a certeza antecipada para o sujeito, certeza súbita de sua condição de objeto. É esta a verdade sinalizada pela angústia: a verdade do sujeito, objetificada em um pedaço do corpo, em um resto.

Se o objeto *a* é aquilo de mais verdadeiro do sujeito, o que não mente, é também aquilo que se destaca na fala, entre os intervalos do dizer. Através da angústia, o real e o sujeito se mostram.

O que se mostra é o objeto, e cai assim por terra a tentativa de se sustentar nas respostas, nas instituições, na arte, na política e no Pai. Todos esses ideais, *i(a)*, narcísicos, muitas vezes não dão conta de regular o gozo, muito menos de uma amarração firme para o sujeito desbussolado.

As cenas de mostração e as imagens que imperam são tentativas, a partir do imaginário, de dizer de um real impossível, indecifrável pela palavra. É cada vez mais comum, na nossa era, o sujeito que se revela através do objeto, apontando na cena um gozo relacionado ao olhar, ao júbilo.

Sobre esta questão, Brousse (2014, p. 13) pontua que o sujeito contemporâneo deve lidar com uma ruptura entre o que Lacan chama de Ideal do Eu – *I(A)* – e o objeto *a*, e também uma ruptura entre o Ideal do Eu e a imagem narcísica ou eu ideal – *i(a)*. Temos aí uma decadência do Ideal do Eu. O discurso contemporâneo, o Outro que pode ser pelo menos em parte virtual, teria a tendência de privilegiar a forma de emergência do objeto *a* através do olhar?

O gozo, afirma Brousse (2014, p. 8), tem a ver com o funcionamento do organismo, com as zonas erógenas para Freud, e nada tem de articulável se não pela linguagem que permite articulá-lo com a imagem, que em si mesma não implica numa experiência de gozo, a não ser aquela que Lacan enfatiza

precisamente no *Seminário 10*, chamada por ele de experiência jubilatória. Trata-se de um prazer relacionado ao olhar.

Fazer-se presente no olhar do Outro é uma forma de recuperar o objeto que fica solto, sem amarração. Uma questão que o sujeito contemporâneo se coloca é: O Outro onipresente, que vê tudo, no império das imagens, pode vê-lo, exclusivamente, e, a partir daí, criar laços?

Como levar em conta o que há de mais singular de um sujeito no mundo das imagens proliferadas e do imperativo do *mais-de-gozar*? Sobretudo quando tocados a partir da questão narcisista, tão típica do nosso tempo. Uma resposta é possível, vemos isso na clínica – uma parte através da imagem, do imaginário e do corpo que se precipita, parte em forma de apelo ao Outro da linguagem.

O que fica como pano de fundo é um Eu ideal, narcísico. O ideal funciona como imagem do corpo, certo, mas uma imagem cortada do Outro da palavra. “Existe uma espécie de extensão do império das imagens que não são tão reguladas pelo mundo do discurso como eram anteriormente” (BROUSSE, 2014, p. 13). É nesse dentro e fora da articulação com o Outro do sujeito contemporâneo, a que se refere Brousse, que nos deparamos na nossa prática.

O império das imagens, segundo Brousse (2014, p. 17) é também o império dos objetos *a*, porém objetos *a* na sua vertente fora do vaso, ou seja, despossuídos de um valor que lhes confere um valor de beleza (fálico). Eles são puro real.

Tal é a solidão dos sujeitos contemporâneos, que não conseguem estabelecer laços: não passam pelo significante do desejo, portanto, não fazendo o deslocamento do mundo narcísico ao laço social.

Laurent (apud BARROS, 2007, p. 4) traz esta questão quando nos diz que o objeto *a*, antes de ser um perigo, é um fundamento do laço social, e nos envia para o que queremos articular aqui.

No *Seminário 10*, Lacan considera o corte uma operação que deixa um resto, o objeto *a*, de cuja presença a angústia é o sinal (LACAN, 2004, p. 189). Trata-se de uma perda corporal, uma perda na economia de gozo, não redutível à palavra, uma vez que o gozo é heterogêneo ao significante.

Em uma introdução à leitura do *Seminário 6, O desejo e sua interpretação*, Miller (2014, p. 64) afirma que a relação de objeto não se situa no nível da pulsão, o que quer dizer que, naquele momento da elaboração de Lacan, a pulsão tem um estatuto de demanda, e assim é tão imperativa quanto in-



consciente. Como demanda, portanto, ela não se liga aos objetos, mas aos significantes.

A relação com o objeto situa-se no nível do desejo, e não da pulsão, e por intermédio do fantasma. Dito de outra forma, continua Miller (2004, p. 64), com a pulsão tal qual lemos no *Seminário 6*, não saímos do significante. É somente com o desejo que temos uma relação com o objeto.

Miller (2004, p. 65) afirma, portanto, que ao longo do *Seminário 6* Lacan já começa, mesmo que timidamente, a dar ao objeto um estatuto de real, do objeto como real.

A angústia, como uma das formas de emergência do objeto *a*, opera como uma possibilidade de o sujeito estabelecer laço, levando em conta o real. Possibilita dar um tratamento ao sintoma para além da dimensão do Outro e da via imaginária, mas pela via do objeto extraído do próprio corpo. Aliás, corpo que só existe se a função de corte operar, ainda que, feita pelo significante, esta se diferencie da operação de identificação, também efetuada pelo significante.

Como traço, diz Miller (2008-2009), o significante promove uma identificação ao sujeito. O corte promove a separação da qual resta algo - um resto corporal inassimilável pelo simbólico - leia-se objeto *a*.

O corpo, que no *Seminário 10* é produto do corte do significante, a partir do *Seminário 19* (LACAN, 1971-1972) passa a ser o lugar de inscrição do gozo. O significante Um, imprimindo-se no corpo, rompe com a homeostase, o que comprova mais uma vez que, para Lacan, não há correspondência entre o sujeito e o Outro, o que existe é uma alteridade radical. A relação do sujeito com seu mundo, seus outros e o Outro, o laço social, faz-se em torno de uma irregularidade constitutiva, uma dessimetria fundamental.

Essa é a causalidade que fundamenta os laços, o pedaço perdido do ser. Um sujeito se enlaça ao Outro, quando tem a chance de localizar, por ali, um pedacinho qualquer, que lhe pareça em condições de suportar seu segredo, ou seja, que possa fazer para cada um as vezes do seu objeto secreto e perdido, “a secreção”, que, separada do sujeito, caiu no mundo. (BARROS, 2007, p.2)

Basta sabermos se a extração do objeto do corpo marca a via do laço, a via do amor - e, neste caso, o amor como extensão da falta, falta do Outro e suas vertentes. As significações, o sujeito suposto saber e o amor de transferência, o amor, enfim, tem a dimensão de um tratamento do elemento perdido e é aquilo que domestica as pulsões, o gozo, delimitando-o.

O parceiro do amor seria aquele que permite fazer da sexualidade uma vestimenta do mais de gozar. É o que Lacan afirmava em seu seminário *Mais, ainda*: “o que provoca o amor é o que permite revestir o mais de gozar de uma pessoa, é o encontro, no parceiro, dos sintomas e dos afetos, de tudo o que marca para cada um o traço de seu exílio da relação sexual” (MILLER, apud MACEDO, 2012, p. 5).

Na transferência, experimenta-se o encontro com o Outro faltante e, ao tomar a fala como sua, é possível produzir um “recorte – corte de gozo, introduzindo uma ponta de real” (MILLER, 2008-2009).

Uma psicanálise resgata o sujeito pela palavra, tendo como operador o desejo do analista, que não perde a direção da demanda de saber do sujeito pela sua vertente pulsional, ou seja, articulando a sua fonte e objeto. Através da palavra, o sujeito se enlaça com o próprio desejo, abrindo a possibilidade de deixar algo de sua produção no mundo.

Referências

BARROS, F. O. de. O objeto *a* é o fundamento do laço social. **Almanaque on-line**. Revista Eletrônica do IPSM-MG, Belo Horizonte, jul. 2007. Instituto de Saúde Mental de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/textos/O%20objeto%20a%20como%20fundamento%20-.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

BROUSSE, M.-H. *Corpos Lacanianos: novidades contemporâneas sobre o estádio do espelho*. **Opção Lacaniana online nova série**, s.l., ano 5, n. 15, p. 8-17, nov. 2014. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_15/Corpos_lacanianos.pdf> Acesso em: 21 ago. 2015.

LACAN, Jacques. **Le Séminaire, livre 10: l'Angoisse**. Paris: Seuil, 2004.

_____. **Le Séminaire, livre 19: ...ou pire**. Paris: Seuil, 2011.

MACEDO, L. F. **Jovens em análise**: as marcas no corpo e a teoria do parceiro-sintoma, 2012. Disponível em: <http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Lucio-la_Freitas_de_Macedo_Jovens_em_analise1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

MILLER, J.-A. *Choses de finesses en psychanalyse*. In: COURS DE L'ORIENTATION LACANIENNE, Paris, 2008-2009, séance du 17 décembre 2008. Inédito. Não paginado.

_____. *L'être et l'Un*. In: COURS DE L'ORIENTATION LACANIENNE, Paris, séance du 2 mars 2011. Inédito. Não paginado.



_____. Une introduction à la lecture du Séminaire VI, Le désir et son interprétation. In: **Trauma**: Les traumatismes dans la cure analytique. La cause du désir. Revue de psychanalyse. Revue de l'École de la Cause Freudienne, Paris, n. 86, p. 62-72, 2014. Ed. Navarin.

Resumo O objeto *a* é um conceito fundamental no ensino de Lacan, que evidencia a dimensão da falta fundamental e constitutiva do sujeito e do qual a angústia é um sinal. Este objeto privilegiado, diferente dos outros, é a verdade do sujeito objetificada em um pedaço de corpo. Este resto perdido do ser, extraído e separado do sujeito, cai no mundo e é o que lhe possibilita enlaçar-se ao Outro. O deslocamento da dimensão narcísica aos laços sociais contemporâneos é a nossa tentativa de articulação no presente artigo.

Palavras-chave Objeto *a*, angústia, laço social, Império das imagens, corpo.

Abstract The object *a*, is a fundamental concept in Lacan, which shows how fundamental and constitutive lack is in the subjectivities, and anguish (*angoisse*) is a sign of it. This privileged object, different from others, object *a*, is the truthful subject, objectified in a portion of a body. This lost part of self, extracted and separated from the body, therefore, places something of its own self in the world. The displacement of the narcissistic world to the contemporary social ties is the theme that we attempt to articulate in the present work.

Keywords Object *a*, anguish (*angoisse*), contemporary ties, Image empire, body



NOTAS SOBRE O SABER E O REAL

LUIZ FELIPE MONTEIRO

Especialista em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana (EBMSP/IPB)

Associado do Instituto de Psicanálise da Bahia

E-mail: luizfelipemonteiro@gmail.com

A expressão “ficção científica” é, desde a visada psicanalítica, uma interpretação por excelência do discurso científico. Os filmes classificados nessa categoria costumam despertar no espectador o fascínio e o horror de um mundo e de um corpo imersos nos objetos técnicos da ciência. A ambivalência estrutural dos enredos cinematográficos com esse tema ressoa na implicação que a psicanálise tem com o discurso científico; afinal, nesses filmes, o mote narrativo é sempre o furo do saber e da técnica. *Gravidade* (2013), de Alfonso Cuarón, é um ótimo exemplo de como uma falha tecnocientífica causa em um ser falante um encontro contingente com o real do seu sintoma.

O nascimento da psicanálise também segue as linhas desse encontro: um impasse de formalização da ciência sobre a histérica e sobre a loucura. Lacan, por sua vez, interessa-se, desde o princípio até o fim do seu ensino, em investigar as implicações e disjunções entre a ciência e a psicanálise.

Particularmente entre os anos 1973 e 1974, ele parece estar especialmente interessado no assunto. Esses são os anos do *Seminário 21 – Os não-tolos erram* e da *Nota Italiana*, momentos em que o tema da ciência aparece vinculado a uma interrogação sobre o saber no real. Em *Uma introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos de 1973*, Lacan comenta: “se o inconsciente atesta um real que lhe é próprio, aí se encontra inversamente nossa probabilidade de elucidar o modo como a linguagem veicula, no número, o real com que a ciência se elabora” (LACAN, 2003, p. 556).

Essa afirmativa declara a distinção entre um real próprio ao inconsciente e um real da ciência, veiculado por meio do número, e a própria impossibilidade de elucidar um real através de outro. Contudo, apesar da disjunção, Lacan não deixar de implicar os discursos científico e analítico. Nesse ponto, a *Nota Italiana* é determinante para compreender o limite tenso entre ciência e psicanálise e as especificidades de cada saber.



Existe saber no real. Ainda que, este, não seja o analista que tem de alojá-lo, mas sim o cientista. O analista aloja um outro saber, num outro lugar, mas que deve levar em conta o saber no real. O cientista produz o saber a partir do semblante de se fazer sujeito dele. Condição necessária, mas não suficiente. (LACAN, 2003, p. 312)

Miquel Bassols (2014), em seu texto de orientação para o Congresso da AMP 2014 – *Um real para século XXI* –, comenta precisamente essa citação e reitera a distinção: o real da ciência não é o real da psicanálise lacaniana.

A referência ao filme *Gravidade* não se faz sem a conexão com Isaac Newton. Ele é o cientista tomado por Lacan no *Seminário 21* para interrogar do que se trata o saber no real do discurso científico. O real da ciência newtoniana é a natureza, e o cientista o persegue como quem descobre algo ainda não revelado. Assim, supõe no real uma ordem garantida por Deus e quantificada pelo número. O aforismo de Galileu “A natureza está escrita em linguagem matemática” é a própria expressão da ficção científica.

O que faz Newton quando formula em termos matemáticos a lei da gravidade? Ele produz uma eficiente simbolização do fenômeno natural – um modelo. Isto é, uma elaboração discursiva em cima de números e relações matemáticas que tem como efeito evidenciar uma regularidade operativa – os planetas, necessariamente, “obedecem” à lei gravitacional. A lei física supõe ao real da natureza a ordem da necessidade – um “não cessa de se escrever”.

A metáfora que se usa para o que se chama acesso ao real, é o modelo. Lord Kelvin, por exemplo, considerava que a ciência era alguma coisa em que funcionava um modelo, permitindo prever quais seriam os resultados do funcionamento do real (LACAN, 1976/1977, Aula de 16 de novembro de 1976).

Esse modelo é um semblante, e o cientista faz-se sujeito desse saber. Essa afirmação de Lacan em *Nota Italiana* é, para Bassols (2014), o mesmo que “identificar-se com o seu significado, com o Outro que determina o sentido do saber, com o Outro do Outro que diria esse sentido, caso existisse”. Ou seja, fazer-se sujeito dos seus próprios semblantes é colocar na boca de Deus as palavras que conferem ordem à natureza. Se Deus falasse, ele diria: “o mundo funciona tal como Newton postulou...”.

Porém, nem o próprio Newton é tão científico quanto essa suposição delirante. Apesar da eficácia simbólica e operativa da ciência, o seu discurso

possui seus impasses que, por sua vez, implicam o discurso analítico. Penso ser este ponto a chamar a atenção de Lacan no *Seminário 21*:

Por exemplo, marquei o acento, enfim, no saber em tanto que o discurso da ciência pode situá-lo no real, o que é singular e creio ter articulado aqui o impasse, de certo modo, o impasse que assaltou Newton na medida em que não fez nenhuma hipótese, nenhuma hipótese em tanto que ele articulava a coisa cientificamente (LACAN, 1973/1974, Aula de 11 de Junho de 1974).

Newton era incapaz de dizer onde se situava esse saber da ordem gravitacional. Se o espírito religioso imputava a Deus esse saber da natureza, Newton se reservou ao silêncio sobre a causa e, assim, recusou-se a supor saber sobre este ponto. Isso não é sem consequência para a psicanálise. Neste ponto, Lacan recorre a uma frase de Santa Ana: “Deus não crê em Deus”.

“Dizer ‘Deus não crê em Deus’ é exatamente o mesmo que dizer há inconsciente” (LACAN, 1973/1974, Aula de 11 de Junho de 1974). Ou seja, se não há a garantia do Outro ordenador da natureza, ou mesmo quando a suposta ordem natural fracassa (haja vista os impasses surgidos da física quântica e dos avanços da biotecnologia), estamos diante de um impasse no discurso científico.

Esta é a condição para a emergência da psicanálise. Desde o princípio o discurso analítico não só é causado, como também interroga as fissuras do saber científico. Desde as afasias, aos sonhos e às histéricas, a psicanálise interroga o discurso científico precisamente por incluir não só a dimensão do desejo e sua interpretação, como também do impossível fora do saber e do sentido. O inconsciente dá provas da especificidade psicanalítica e os deslizamentos feitos por Lacan a este termo demonstram como, ao longo do seu ensino, o saber também ganhou novos arranjos, aproximando-se das fronteiras da escrita *non-sense*.

O saber de que aqui nos ocupamos é o saber no qual consiste o inconsciente [...] Em suma, nunca me dediquei a outra coisa que a esse saber chamado inconsciente [...] Inconsciente não é um conhecimento. É um saber, e um saber que defino pela conexão de significantes. Primeiro ponto. Segundo ponto: é um saber desarmônico que de nenhum modo se presta ao matrimônio feliz. (LACAN, 1973/1974, Aula de 11 de Junho de 1974)

Os dois pontos de Lacan também são dois pontos de referência no seu ensino. Em um primeiro momento, saber é a articulação entre significantes



conformando um efeito sujeito, pensado, por sua vez, em termos de “sujeito suposto saber”. Aqui, o saber depende do discurso do Outro; portanto, é um saber extraído da associação livre e da fala. Nessa suposição de saber ao Outro reside a transferência como motor da experiência analítica, um registro no qual o saber é legível e passível de decifração. A referência à escrita sugerida por Freud no rébus do sonho está a serviço do sentido e constitui o exemplo, por excelência, dessa perspectiva.

Em outro tempo do seu ensino, Lacan estabelece um gradual rebaixamento do sujeito e isso tem consequências na compreensão do inconsciente. “Saber sem sujeito” é o termo proposto por Jacques Alain Miller (1987) para tratar dos signos de gozo. Esse saber divorciado do sujeito e do sentido, por extensão, é uma cifra de gozo, um “absoluto significante” que não faz cadeia; tal como os hieróglifos do deserto. Trata-se de um saber sem Outro, mudo e, portanto, não referenciado pelo discurso nem pela fala. Um saber que se aproxima do registro da escrita ilegível. Conforme Lacan no *Seminário 19*, “esse saber, este não é suposto: ele é saber, saber caduco, migalha de saber, submigalha de saber” (LACAN, 2013, p. 77); e ainda, no *Seminário 21*: “essa dimensão de saber toca nas bordas do real, que há de ser captado, julgado com o que eu chamaria as bordas do real, é por que dou fé a que somente a escritura suporta como tal a esse real [...]; a articulação escrita: somente nisso algo pode dar testemunho do real” (LACAN, 1973/1974, Aula de 21 de Maio de 1974).

A distinção entre sujeito suposto saber e saber sem sujeito equivale-se à distinção realizada por Miller (2013), no curso “O Lugar e o Laço”, entre uma escritura legível e uma escritura pura desligada de sentido. Isto é importante, pois com essa duplicidade da escrita torna-se possível uma distinção entre sentido e saber.

Lacan situa seu nó no nível desta escrita pura. Por aí posso voltar a deslizar-lhes o famoso ‘real sem lei’, que não só é um real fora de sentido, mas também um real fora do saber. Por certo estamos capacitados para distinguir o sentido e o saber, para situar o saber como algo capaz de prescindir dos efeitos de sentido que pode suscitar [...] Isto por certo equivale a levar muito longe no reino do Um. Com o Um temos a possibilidade de escapar do sentido, precisamente porque não fazemos enlaces (MILLER, 2013, p. 146).

Se a escrita pura testemunha o real ao chegar às raias do Um, ela encontra seu limite precisamente por aquilo que não cessa de não se escrever. Neste ponto situa-se o nome do real para a psicanálise lacaniana: o impossível da relação sexual.

Se o real é o que digo que seja, ou seja, o que somente se abre por meio do escrever, isto efetivamente justifica que eu sustente que o furo, o furo que fará, que faz para sempre a impossibilidade de escrever a relação sexual como tal, é a isso que estamos reduzidos enquanto a essa relação sexual [...] o real é o que determina pelo fato de que de nenhuma maneira pode escrever-se nele a relação sexual (LACAN, Aula de 12 de Fevereiro de 1974).

Portanto, no real da psicanálise não há saber. No seu lugar há o furo como o impossível de escrever-se. Essa é a condição que fundamenta a disjunção entre o real e o semblante, o real e o sentido, o real e o saber.

Apesar de essa disjunção ser a prerrogativa do discurso psicanalítico e o que o distingue do discurso científico, que acredita retirar do real da natureza o saber escrito em linguagem matemática, a exclusão mútua entre o real e o semblante não é total nem simples.

“A noção de exclusão tolera a relação de extimidade” (MILLER, 2013, p. 48). Neste ponto do curso “O Real na Experiência Psicanalítica”, Miller remete ao Lacan do Seminário *O Momento de Concluir*, quando este estabelece uma oposição entre o simbólico incluído no real $R(*S)$, qualificado como da ordem da mentira; e o real incluído no simbólico $S(*R)$, cernido na experiência de angústia – aquilo que não engana. Entre ambos, está o *sinthoma* como termo *éxtimo* à oposição entre a mentira e a angústia. Trata-se, contudo, do sintoma fundamental, tal como qualificado por Miller em seu curso: “o sintoma fundamental não se atravessa, é o modo de gozar do sujeito” (MILLER, 2013, p. 20).

Miller destaca o que chama de “equivoco fundamental” do *sinthoma* e também da transferência: por um lado, são formações decifráveis; por outro, “exibem os caracteres do real”, obstáculos ao sentido, ao semblante e ao saber. Testemunham, portanto, o obstáculo fundamental da não relação sexual.

Desde essa perspectiva, o *sinthoma* é uma resposta ao real da não relação sexual. Através da contingência sintomática, verifica-se o furo do saber no cerne da sexualidade, sempre traumática para o ser falante.

Quando se trata da sexualidade e do gozo, se manifesta a ausência do saber no real, se evidencia certo “não está escrito”. Por isso, o que funciona como



real de referência não é um “não cessa de se escrever”, senão um “não cessa de não se escrever”, isto é, exatamente, a relação sexual como impossível [...]. A experiência analítica confirma, testemunha um real, como se em nosso campo a contingência regular que encontramos em todos os casos corroborara o impossível. De alguma maneira é uma demonstração do impossível pela contingência. (MILLER; LAURENT, 2013, p. 257-258)

A contingência da encarnação do significante no corpo e a do encontro com o parceiro sintomático alocam, por um lado ou pelo outro, o singular do sintoma de cada um. O sintoma fundamental e a transferência, no que têm de real, estão posicionados por sua qualidade contingente no ponto êxtimo entre a mentira e a angústia. Lugar reservado ao analista orientado ao real e passível de ser verificado no passe, cujos relatos comprovam como, em psicanálise, o impossível da não relação sexual é demonstrável via a contingência do sintoma singular.

Trata-se de um terreno onde a luz heróica do saber científico não opera, e então vemo-nos em uma escuridão que esconde suas surpresas. No Um e no *sinthoma*, não estamos cobertos pela luz reconfortante do saber. Esse breu remete à metáfora evocada por Lacan a respeito do analista:

felizmente, há analista. O analista. Terminarei com uma metáfora, o analista é um fogo fátuo. [...] a única vantagem que encontro neste fogo fátuo é que ele não faz *fiat lux*. O fogo fátuo não ilumina nada, sai inclusive ordinariamente de certa pestilência. Essa é a sua força. (LACAN, 1974/1975, Aula de 23 de Abril de 1974)

O fogo fátuo é obra da contingência, quando os restos em decomposição se arranjam de certo modo a causar uma luz evanescente que arde e logo se dissipa. Diferente do imperativo iluminista do “faça-se luz”, está mais para a surpresa de um clarão no meio da noite. Encontro que não passa imune a quem tem a coragem de querer ver.

Referências

BASSOLS, Miquel. **Em psicanálise não há saber no real**. Paris, 2014. Texto de orientação para o IX Congresso da AMP. Não paginado. Disponível em: <www.congressamp2014.com/pt/template.php?file=Textos/Dans-la-psychanalyse-il-ny-a-pas_Miquel-Bassols.html>. Acesso em: 3 abr. 2014.

GRAVIDADE. Direção: Alfonso Cuarón. Produção: Esperanto Filmoj/Heyday Films. Intérpretes: Sandra Bullock; George Clooney e outros. Roteiro: Alfonso Cuarón e Jonas Cuarón. Reino Unido/EUA: Warner Brothers, 2013. 1 DVD (90 min.), widescreen anamórfico, color.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 21**: os não-tolos erram (1973/1974). Inédito.

____. **O Seminário, livro 24**: L'insu que sait de l'une bévue s'aile a mourre (1976/1977). Inédito.

____. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

____. **O Seminário, livro 19**: ...ou pior (1971/1972). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, Jacques Alain. **Los Signos del goce**. Buenos Aires: Paidós, 1987.

____. **La experiencia de lo real em la cura psicoanalítica**. Buenos Aires: Paidós, 2013.

____; LAURENT, Eric. **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós, 2013.

____. **El ultimíssimo Lacan**. Buenos Aires: Paidós, 2013.

____. **El lugar y el lazo**. Buenos Aires: Paidós, 2013.

Resumo A partir da distinção entre o real da ciência e o real da psicanálise, o presente artigo realiza um percurso de investigação acerca do tema “saber e real”. O *Seminário 21 – Os não-tolos erram* e a *Nota Italiana* são as referências em Lacan para esta pesquisa. Argumenta-se que a condição de possibilidade do surgimento da psicanálise é o impasse no saber científico e que a especificidade da psicanálise está na sustentação de um furo no saber, próprio ao estatuto do real como impossível.

Palavras-chave Saber, real, ciência.

Abstract From the distinction between real science and the real of psychoanalysis, this article presents a research course on the topic “knowledge and the real.” The *Seminar 21 – Le Non Dupes Errent* and the *Italian Note* are references in Lacan for this research. It is argued that the condition of possibility of the emergence of psychoanalysis is the impasse in scientific knowledge, and the specificity of psychoanalysis is in support of a gap in their own knowledge - status of the real as impossible.

Keywords Knowledge, the real, science.



UM LAÇO CORPORAL

SILVIA SALMAN

Psicanalista, AME da EOL/AMP, AE (2009-2012).

E-mail: silviasalman@fibertel.com.ar

Com esse título, proponho explorar um tema e uma pergunta que insistem em mim, faz tempo, na hora de me referir à questão do laço: como enlaçar um real? Com esse mesmo título, escrevi um texto para os *Papers 1* do último Congresso da AMP em Paris. E, também com esse título, realizei uma conferência há dois anos. Então, esta é uma nova ocasião para retornar, mais uma vez, à elaboração conceitual que está longe de se concluir e que tem no seu horizonte as próximas Jornadas da EOL e o próximo Congresso da AMP.

O conceito de laço é amplo. E, nessa amplitude e no uso que muitas vezes responde a certo *automaton*, penso que esse conceito encerra uma enorme dificuldade no que tange a prática da psicanálise. Existem ao menos quatro questões que me interrogo e que tentarei circunscrever.

1 – A não relação

A primeira, e nela me oriento a partir da dificuldade com a qual Miller começa seu curso *El lugar y el lazo* (2013b), é a que se refere ao efeito da não relação. Lacan ressalta, nos últimos anos do seu ensino, esse efeito de não relação capturado especialmente da formulação “*não há relação sexual*”, promovida nessa época. Ora, sobre o pano de fundo dessa não relação, que afeta todo ser falante, tem-se construído um mundo de relações. De fato, “a ausência de relação sexual não impede o enlace, senão que lhe dá suas condições” (LACAN, 2006, p. 19).

E o que seria um efeito de relação sobre esse pano de fundo da não relação?

A relação por excelência, podemos dizer, implica o laço do Um com o dois, quer dizer, um laço de parceria, de sentido (sexual). A articulação significativa é, em Lacan, o modelo da relação mesma. A partir dessa consideração, podemos concluir que o efeito inverso, o de não relação, implica a disjunção do Um e o dois, ou seja, o que está fora do sentido (sexual), portanto, aquilo que é da ordem do real.

Então, a primeira dificuldade: o laço na experiência analítica não é a via régia para cernir um real, porque o laço é, melhor dizendo, o que vem se instalar no lugar desse real que entendemos como ausência de relação.

Porém, existem outros modos de abordar esse real que está no horizonte da nossa prática, que não se apoiem nos laços? Mas, em quais convém apoiar-se?

Como se pode observar, a pergunta a respeito de como enlaçar um real coloca em jogo essa problemática. Se uma das propriedades destacadas por Lacan (2006, p. 121) a respeito deste real, como tal, é o de não se enlaçar a nada, então seria a potência da operação analítica que permitiria este enlace em certos momentos cruciais da experiência?

2 – O peso clínico da pulsão: duas dimensões do laço

É a partir do conceito de pulsão e de laço que compartilho outra dificuldade, ao abordar as modalidades do laço.

Se existe algo que caracteriza a pulsão é seu autoerotismo, ou seja, o laço com o próprio Um. A definição de Freud “a boca que se beija a si mesma” é a imagem mais contundente que a psicanálise nos oferece desse laço, pelo qual o autoerotismo da pulsão é o correlato fundamental do “não há relação sexual”. Mas a pulsão, não por ser autoerótica, deixa de lado o Outro no momento de ir buscar o objeto para sua satisfação. Deste modo, é o objeto mesmo o fundamento e a razão do laço com o Outro a partir do traçado de um trajeto.

Esse circuito pulsional já é um modo de habitar o espaço da não relação nesses vaivéns que a pulsão percorre, e é por essa razão que ela pode ser concebida como uma satisfação substitutiva. Por isso é um dos lugares, por excelência, onde podemos nos apoiar para abordar esse real que nos interessa alcançar.

Na experiência analítica, esse percurso da pulsão manifesta-se especialmente na dimensão clínica do fantasma, que determina também a dimensão do laço nesse nível, ou seja, o laço fantasmático. Aqui, o parceiro fundamental do sujeito é o objeto, e é ele que determina a modalidade do laço com os outros, impondo ao Outro a forma que mais lhe convém para obter sua satisfação. Também ao Outro da transferência. Esse é um dos fundamentos clínicos do laço transferencial.

Mas, por outro lado, em *As Pulsões e seus destinos*, Freud (2010, p. 118) afirmará: “[...] um laço particularmente íntimo da pulsão com o objeto se

acusar como fixação daquela”. A fixação aqui se define pelo laço íntimo da pulsão com o objeto, que, mesmo sendo o mais variável – posto que não está enlaçado originalmente com ela –, é ao mesmo tempo o mais fixo.

É esse o laço que gostaria de colocar em destaque, ou seja, sobre a fixação mais do que a respeito do objeto. Em todo caso, distingo a variabilidade do objeto, do gozo fixo. Uma sutileza, mas crucial para o que gostaria de colocar aqui em debate.

O circuito pulsional e o aparato do fantasma articulam a substância gozante, mas não toda: há uma parte do gozo que permanece fixa e idêntica a si mesma, nem elaborada pelo objeto, nem elaborada pelo significante; e a respeito da qual o circuito pulsional e o fantasma são telas.

Nessa dimensão, de que laço se trata? O objeto, enquanto real, não foi suficiente para capturar o gozo e Lacan precisou finalmente introduzir o sintoma para alojar esse real. Na verdade, estamos aqui na perspectiva do laço *sinthomático*, que participa desse funcionamento no real e que reserva ao analista um lugar na transferência que não se confunde nem com aquele do objeto, ao qual me referi momentos antes, nem com aquele do saber que pode encarnar-se no sujeito suposto saber. É um laço sobre o qual ainda resta muito a esclarecer e que me parece crucial para ler o leque clínico, que vai desde os casos que chamamos “da época” até os casos nos quais podemos precisar os finais de análise.

Gostaria de destacar, a respeito dessas duas dimensões do laço, “que o analista circula entre essas duas escutas, porque aí há duas dimensões que só estão conectadas por um hiato” (MILLER, 2011b).

3 - Desprendimentos

Outra problemática dos laços na análise é a do desprendimento. A experiência analítica, podemos dizer, é uma experiência de sucessivos desprendimentos. Ou também de separações e lutos. Tudo depende do dramatismo que queremos dar a essa operação fundamental da análise e de seu final. Para o tema que nos ocupa, talvez possamos chamá-los “desenlaces”.

O percurso de uma análise ensina-nos que, para enlaçar um real, será necessário passar por diferentes des-enlaces. Haverá de passar por toda nossa língua própria, atravessando identificações, desmontando circuitos, desfazendo sentidos... definitivamente, afrouxando os laços fixos para dar lugar,

se possível, a um novo laço, inédito. Com o quê? Com esse Um de si mesmo que é cada um e que depois de uma análise adquire outro valor.

4 – Laço corporal

Com esse Um, desembocamos no laço que gostaria de colocar em destaque, e que me atrevo a chamar de “laço corporal”; podemos colocá-lo em série com o que Lacan (2012, p. 41), no *Seminário 19*, denomina “repetição corporal”, e também com um termo que, há tempo, tenho explorado de diferentes maneiras a partir da leitura que Jacques-Alain Miller nos apresenta sobre o inconsciente real, e que prefiro chamar – Tateando um pouco – “inconsciente corporal”. Esse modo de nos referirmos ao corporal coloca em destaque o Um e o corpo, e o que cada um tem em sua materialidade.

Como definir o Um? Em princípio, é dizer que se trata de um elemento ou, se quiserem, de um dado elementar “que merece ser chamado de original, já que não se chega a ir mais além dele” (MILLER, 2011a). Efetivamente, a potência desse Um deve-se ao que não faz laço com outro, é o Um sozinho que contém esse gozo singularíssimo e incomparável. É esse Um o que se coloca ao trabalho numa análise, saibamos ou não de que se trata para cada um. Essa é a matéria prima da experiência analítica, o “Um dizer” ao qual se refere Lacan enlaçando, desse modo, a substância gozante com a substância significante.

Quando retornamos a essa fórmula que Miller soube colocar em destaque no último Congresso da AMP, “o choque da *lalíngua* com o corpo”, o que se pode dizer, ao menos essa é minha leitura, é que significante e gozo, ambas substâncias, conjugam-se de maneira contingente nesse Um, que é o dado original em torno do qual se constrói a vida de um sujeito.

Finalmente, quando recebemos alguém em análise, o que recebemos é o relato, sempre tortuoso e singular, de “como essa conjunção veio a se operar para ele” (MILLER, 2011a), e que, definitivamente, revela-se na escolha dos parceiros e nos laços que mantém com eles e, por conseguinte, também com o analista.

Com o laço corporal recuperamos outro modo de relação. *A relação que Lacan perdeu no nível sexual*, a não relação, à qual nos referimos no começo, reaparece no nível corporal. “Há uma relação corporal que Lacan capta por diferentes ângulos, que é a relação que o *parlêtre* mantém com seu corpo” (MILLER, 2013a, p. 417). Aí reside o fundamento dos laços.



A Escola e seus laços

Finalmente, o problema do laço também atinge a Escola.

A Escola de Lacan é um conjunto de “dispersos inclassificáveis” que, no entanto, fazem laços entre si através do Um que cada um é e do modo como cada um a habita. Laços fantasmáticos, laços *sinthomáticos*, laços de amor, laços de ódio, mas, fundamentalmente, laços de transferência.

O grande desafio daqueles que formam parte da Escola é continuar a fazer laço pelas vias mais harmônicas com o discurso analítico do qual nos sustentamos.

Tradução do espanhol para o português: Blanca Musachi

Referências

FREUD, Sigmund. Pulsiones y destinos de pulsión. In: _____. **Obras Completas de Sigmund Freud**. Buenos Aires: Amorrortu, 2010. v. XIV, p. 105-134.

_____. **El Seminario 19**: ... o peor. Buenos Aires: Paidós, 2012.

_____. **El Seminario 23**: El sinthome. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MILLER, Jacques-Alain. **El ser y el Uno**: Lição de 16 de março de 2011. 2011a. Inédito. Não paginado.

_____. **El ser y el Uno**: Lição de 4 de maio de 2011. 2011b. Inédito. Não paginado.

_____. **Piezas sueltas**. Buenos Aires: Paidós, 2013a.

_____. **El lugar y el lazo**. Buenos Aires: Paidós, 2013b.

Resumo O presente texto pretende demonstrar que o laço responde ao efeito da não relação, sendo também o que se instala no lugar do real, que, por sua vez, não enlaça nada. Pela pulsão, podemos apoiar-nos para abordar esse real que nos interessa alcançar, e, pelo laço fantasmático, aceder ao que determina as modalidades das parcerias do sujeito, inclusive a parceria transferencial. Entretanto, uma parte do gozo não pode ser elaborada nem pelo circuito pulsional e nem pelo aparato do fantasma, porque ambos funcionam somente como telas. Lacan precisou finalmente introduzir o sintoma para alojar esse real e colocar em destaque o Um e o corpo. Desta forma, pode-se falar em “laço corporal” e “inconsciente corporal” como formas de se conjugar, de maneira contingente, significativa e gozo. Nisso reside a relação que o parlêtre mantém com seu corpo e os fundamentos dos laços.

Palavras-chave Laço, real, pulsão, fantasma, laço corporal, inconsciente corporal.



Abstract This text intends to demonstrate that a bond answers to the effect of a non-relationship, and also it is what's installed in place of the real and on its own, it doesn't bond to anything. The drive assists us on approaching this real which we want to attain, and by the ghostly bond, agree to what determines the modalities of the partners of the subject, including the transferential partnership. However, part of the enjoyment can be elaborated neither by the drive circuit nor by the ghostly apparatus as both work only as a background. Lacan finally had to insert the symptom to allocate this real and highlight the One and the body. In this way, the "bodily bond" and the "unconscious body" can be discussed, as ways to conjugate "significant" and "enjoyment" in a contingent form. In this place resides the relationship which the parlêtre maintains with its body and the fundamentals of the body.

Keywords Bond, the real, drive, fantasy, bodily bond, unconscious body.





O DESTINO DA IMAGEM NO DUPLO DO AUTISTA

SUZANA FALEIRO BARROSO

Psicóloga, psicanalista praticante em Belo Horizonte, membro da EBP/AMP. Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Professora da Faculdade de Psicologia da PUC-Minas.
E-mail: suzanafaleirobarroso@gmail.com

A questão do duplo não é assunto exclusivo da psicanálise, mas também do cinema, da arte e da literatura. A literatura é rica em personagens e seus duplos, apresentando-nos modalidades diferentes do duplo, mostrando o quanto esse fenômeno é plural e complexo. Por exemplo, o duplo de Guy de Maupassant no conto “Horla” (1887) é completamente distinto do duplo de José Saramago no livro *O homem duplicado* (2010). O que há de comum aos dois é o encontro com o duplo como desencadeador de uma angústia mais ou menos perturbadora e tratada por diferentes recursos; no primeiro, o delírio, e, no segundo, a obsessão. O que o duplo coloca no âmbito do eu é uma questão sobre a alteridade e/ou a identidade do sujeito, como também a consistência do corpo. Na clínica, deparamo-nos com uma modalização significativa da relação do *falasser* com seu duplo, cujo estatuto e função são diferenciados conforme os diferentes tipos clínicos e as diferentes amarrações possíveis do real, do simbólico e do imaginário.

No conto de Maupassant, acompanhamos o sofrimento do narrador quando é des-possuído de si mesmo e de sua identidade devido à invasão de um outro que passa a habitá-lo. É um fenômeno de despersonalização experimentado no final da vida do escritor, quando a sua imagem especular torna-se o duplo estranho e invasivo. Ele não se via mais no espelho, ou então percebia no cômodo alguma coisa, um fantasma, que lhe virava as costas e que ele sabia que não deixava de ter certa relação com ele mesmo. Nessa situação, temos uma perturbação da imagem especular, uma patologia da imagem. Ali onde deveria estar o lugar vazio do objeto perdido devido à castração, e onde não há imagem, alguma coisa faz sua aparição, uma presença que dissolve o eu. Nesses casos, o duplo faz o sujeito aparecer como objeto por revelar a sua não-autonomia.

Na psicanálise, a experiência do duplo foi testemunhada e formalizada por Freud em “O estranho” (1919), quando vive um episódio gerador de um sen-

timento de profunda estranheza durante uma viagem de trem. Devido a um solavanco do trem, de repente a porta da toaleta em anexo se abre e ele, que se encontrava sozinho no seu compartimento no carro-leito, vê um senhor de idade, de roupão e boné de viagem, entrar em seu vagão. Freud presumiu então que, ao deixar a toaleta, aquele senhor houvesse tomado a direção errada e entrado em seu compartimento por engano. “Compreendi imediatamente, para espanto meu, que o intruso não era senão o meu próprio reflexo no espelho da porta aberta. Recordo-me ainda que antipatizei totalmente com a sua aparência” (FREUD, 1976, p. 309). Nesse momento, ali onde deveria encontrar a dimensão familiar típica de toda imagem especular, aquela imagem que se constitui no espelho do Outro e onde o sujeito pode sentir o júbilo de se ver, ele encontra algo estranho, intruso e enigmático. O que, então, emergiu no âmbito do espelho, perturbando o sujeito e levando-o ao mal estar de sua *esquize* fundamental? Para Freud (1976), tratava-se de uma forma de perturbação do ego, ou seja, “um retorno a determinadas fases na evolução do sentimento de auto-consideração, uma regressão a um período em que o ego não se distinguira ainda nitidamente do mundo externo e de outras pessoas” (FREUD, 1976, p. 295).

Em *O seminário, livro 10: a angústia*, Lacan correlaciona o duplo e a angústia. De fato, a perturbação que ocorre no eu não é nada mais nada menos do que a presentificação do nosso próprio olhar no espelho, o que desconfigura a imagem especular dando início ao sentimento de estranheza, que é a porta aberta para a angústia. É o retorno do real no imaginário. Com Lacan entendemos, portanto, que uma perturbação do imaginário de tamanhas consequências se dá quando algo do real se intromete na imagem e a torna irreconhecível. O duplo que desperta o sentimento de estranheza ou angústia não é o duplo especular, que, ao contrário, apazigua o sujeito ao fornecer-lhe uma *gestalt* do eu. O duplo especular conjuga o despedaçamento do corpo pulsional com uma forma ideal, isto é, conjuga o imaginário com o real, mais precisamente, a imagem com o olhar; o que confere ao dispositivo dos espelhos um enquadramento para o gozo da pulsão escópica. O duplo que angustia é, pois, um fracasso da imagem especular. É importante dizer que esse fenômeno não tem nada a ver com a imagem narcísica, não se refere à instância do eu e sim à instância do supereu, isto é, à presentificação do olhar como mais de gozar do supereu. O que está em jogo advém, sobretudo, do campo escópico e não propriamente do plano especular.



A função do duplo no autismo

No autismo, o duplo não angustia, não perturba o eu, não interpela o eu em sua identidade, nem em sua alteridade; tampouco desconfigura a imagem especular, que não existe. A positividade do duplo no autismo está em viabilizar a constituição de uma dinâmica subjetiva do autista e, ao mesmo tempo, fazer parte de sua defesa contra a angústia, funcionando como um modo de anular o encontro com o Outro em sua dimensão de alteridade.

Através da clínica do caso Marie Françoise em *O nascimento do Outro* (1983), os Leforts articularam pela primeira vez a ideia de um duplo real do autista, não especular, visto que o autista se encontra no lugar do objeto *a* como não especularizável, sem imagem constituída no espelho do Outro, um puro real.

Modalizando a função do duplo, verificamos que na paranoia ele pode viabilizar a suplência do simbólico ao nível do ideal do eu, dando consistência ao eu ideal. Na esquizofrenia, trata-se de uma suplência do imaginário para unir o corpo despedaçado. No autismo, encontramos o duplo real para amar-rar o imaginário e promover uma consistência real do eu. É o que se pode ver no caso Stanley, publicado por Margaret Mahler (1989). Ele apresentava comportamentos alternados entre uma excitação e agitação motora frenética, como um brinquedo a que se deu corda, e um estado inerte de completa indiferença. Nesse estado letárgico, quando tocava o braço da analista ou escutava a palavra bebê correlacionada à imagem de um livro, voltava ao comportamento excitado como uma máquina que se liga repentinamente. A animação libidinal de Stanley não provém da ligação ao corpo da linguagem, mas do duplo no qual se tornou sua analista.

O autista serve-se do duplo para sair do seu isolamento em direção ao meio social, sem, no entanto, deixar sua posição autista, pois, conectado ao duplo, sente-se protegido das trocas com o Outro. É o lugar concedido ao adulto ou mesmo à outra criança que se encontra por perto, uma espécie de outro à mão. Uma das imagens mais comuns do duplo do autista é aquela da criança que toma a mão do adulto como uma extensão de si próprio para alcançar algum objeto que seja do seu interesse. O autista pode amar seu duplo como a si mesmo, pois, por meio deste, ordena sua realidade, promove uma conexão libidinal ao corpo do outro, o que lhe confere um corpo. Trata-se do corpo que se situa como corpo do duplo, um corpo que se tem ao lado do corpo do Outro. O duplo real do autista não segue a lógica da imagem especular que se

ancora nas leis do significante, na articulação estrutural de uma duplicidade típica de tudo que se define como especular. A lógica do duplo ancora-se no significante sozinho, o significante no real. A relação predominante com o signo e não com o significante, como meio de assegurar a estabilidade da realidade, deixa o autista à mercê de uma imagem que não representa a coisa, mas é colada nela.

O duplo constitui um ponto paradoxal do tratamento do gozo pelo autista. Se, de um lado, tem função estruturante da subjetividade autística, embora com toda precariedade da dependência que implica; por outro lado, a perda do duplo quase sempre leva a um *laisser-tomber* o corpo. Sem o duplo, o gozo retorna no real do corpo do sujeito autista à maneira do que se passa com o esquizofrênico. Por isso, o problema do duplo real requer sempre um cálculo na clínica quanto ao manejo do analista, que, ao ser incluído pelo autista como seu parceiro, com frequência, é posto aí como um duplo, suporte de uma imagem.

O espelho real do autista e o regime do Um sozinho: o sujeito sem o recurso de uma imagem estabelecida

No autismo, diz Éric Laurent, o sujeito permanece “sem a ajuda de nenhuma imagem estabelecida” (2014, p. 97). A não formação dessa imagem, $i(a)$, implica uma falha no balizamento das fronteiras entre o corpo da criança e o corpo do Outro. O problema na constituição da imagem, para o autista, é que o resto que sobra da tradução do corpo em imagem e que dá à imagem seu valor libidinal não opera no autismo. O não investimento libidinal na imagem causa o desinteresse do sujeito por sua imagem no espelho.

As condições necessárias à formação da imagem especular implicam uma superfície que possa refletir a imagem, ou seja, uma superfície que suporte a projeção e a representação. A função do conjunto dos dispositivos do espelho introduz a dimensão de um lugar outro, espaço virtual em oposição ao espaço real, espelho plano em oposição ao espelho côncavo, ou antinomia entre $i(a)$ e $i'(a)$. A estrutura do espelho requer a duplicidade, abolida pelo autista devido à sua submissão ao império do Um sozinho, cuja lógica é, portanto, avessa à estrutura especular. Uma superfície unilateral, sem duplicidade, não se especulariza. A superfície de uma só face é correlata do funcionamento do signo fora da lógica oposicional do significante, isto é, apenas enquanto significação absoluta, mecânica ou imperativa.



Como oferecer à criança autista as condições favoráveis à duplicidade especular? Seria preciso constituir uma espacialidade indicativa de outro lugar, ou seja, alojamento da alteridade. Introduzir a dimensão da outra coisa no regime do Um sozinho. A introdução da duplicidade leva à demarcação de um espaço especular. “No ser vivente, o enlaçamento do simbólico a outro plano, redobramento do espaço na imagem — sob o modo de uma inversão — é o que gera o nó do especular” (VITA, 2008, p.24). Esse nó não se amarrou no caso do menino Bruno, que será relatado a seguir. Por estar tomado no registro do Um sozinho, sem o recurso de uma imagem estabelecida, Bruno se serve da tela do computador, que lhe oferece suporte para a imagem do duplo, obtendo desse modo uma dinâmica subjetiva e um modo de tratamento do gozo; o que constituiu um ponto de partida para o começo de sua produção enunciativa.

O caso Bruno: a voz retida, o objeto autístico e o duplo

Bruno começou o tratamento aos 11 anos. Até então, ele fazia sessões de fonoaudiologia e terapia ocupacional, desde que teve o diagnóstico de síndrome de Asperger, aos três anos. Recebi seu caso como supervisora de estágio em Psicologia Clínica num ambulatório universitário. Algumas palavras da mãe são significativas quanto ao lugar da criança na sua fantasia. Ao ser informada pelo médico que, segundo o exame de ultrassom, ela teria um menino, sentiu-se profundamente decepcionada. “De início fiquei chateada, mas também passou; quando o médico me disse que era síndrome de Asperger não fiquei tão atordoada como quando o médico falou que era menino”. Ela e o marido planejaram a vinda de uma filha, acrescentando que “sempre soube que seria uma menina”.

No quinto mês de vida, Bruno deixou de fazer contato visual com a mãe, foi “modificando seu jeito de ser”, o que coincidiu com o afastamento da mãe, que se dedicou aos cuidados de um sobrinho e depois de uma sobrinha, nascida pouco tempo depois de Bruno. A mãe de Bruno viu necessidade de levá-lo para o tratamento psicológico ao assustar-se com seu interesse pelo tema da morte. Ele brincava de fazer velórios. Fazia o caixão, as flores de ornamentação da cerimônia com papéis, tudo em miniaturas, de modo a simular o velório de personalidades famosas, como a Hebe, Ayrton Senna, entre outros.

Nas primeiras sessões de Bruno, a voz dissociada da linguagem mostrou-se como um objeto da retenção do sujeito fazendo parte de sua defesa quanto ao

lugar de sujeito enunciador. Em alternância a seu mutismo, às vezes cantava músicas de personagens da TV, tipo Xuxa; vinhetas da mídia. Desenhava a evolução de logotipos de emissoras de televisão, Globo e SBT, de objetos do mundo esportivo, de personagens dos quadrinhos. Raras vezes engajou sua voz nas suas palavras. Bruno fazia uma voz completamente artificial. Ele suportava pouquíssimo tempo de duração dos atendimentos. Num encontro com a mãe de Bruno, que consideramos decisivo para seu tratamento, ela nos disse que ele era um pesquisador e que gostava de passar todo o tempo no computador. Desde então, disponibilizamos o computador para Bruno nas sessões, apostando que o uso desse objeto poderia ampliar as suas conexões. E qual não foi nossa surpresa, advinda do acesso que tivemos ao excêntrico universo de imagens de interesse de Bruno, do seu conhecimento de outra língua, a inglesa, utilizada por ele na busca de sites no *youtube*.

A partir do manejo transferencial, tornando suportável a presença do outro, atenuando o “trauma do endereçamento” (LAURENT, 2014, p. 54), as sessões deram lugar ao trabalho de Bruno. As intervenções não se deram pela via do Outro e sim pela via do Um, a saber, a modulação da voz, com o intuito de esvaziá-la de qualquer enunciação. Bruno pôde ceder um pouco de sua defesa autística e até mesmo fazer algum endereçamento à psicóloga, localizando-se minimamente no seu contexto familiar através de seus pequenos relatos. Esse trabalho vai proporcionar ao sujeito uma dinâmica libidinal que começa a incluir elementos do seu corpo simbólico além do recurso exclusivo ao duplo.

Uma das primeiras pesquisas de Bruno ao se servir do computador foi sobre o filme “As meninas super-poderosas”. Ao fazê-lo e perceber a falta da caixa de som no computador, ele disse: “ não tem som”. Essa contingência do encontro de Bruno com a falta de som, que foi sustentada pela psicóloga, promoveu uma nova resposta do sujeito. Bruno pôe-se a fazer dublagens dos personagens do filme, dos diálogos, e a fazer a sonoplastia relativa às cenas visitadas. Desse modo, o computador, operando como facilitador da relação com o corpo no autismo, vai acabar dando suporte ao lugar do *falasser*, aquele que fala e tem um corpo.

As repetidas dublagens das cenas do filme “Meninas super-poderosas” evocam, nesse caso, a dimensão do duplo real. Sem um operador simbólico da falta capaz de permitir a interrogação e a significantização do desejo do Outro, sem a marca do traço unário que faz consistir a imagem do corpo e do que ele é para o Outro, sem um discurso estabelecido, Bruno se faz *dublê* e



pode começar a falar de si para o Outro. No entanto, ele se endereça mais ao computador do que à psicóloga que o escuta, visto que a defesa autística na qual o duplo tem seu papel, de fato, se prestava a anular a presença do Outro desencadeante de uma angústia insuportável.

Consideramos importante a iniciativa de Bruno de ser um *dublê* ao se deparar com a falta de caixa de som no computador utilizado para suas pesquisas durante as sessões. O objeto autístico, o duplo real e o engajamento da voz como *dublê* constitui a defesa autística de Bruno. Na falta do acesso a uma imagem que pudesse captar e enquadrar o gozo fora do corpo, à maneira do nó do especular, é o objeto autístico - o computador e suas imagens - que vai enquadrando o gozo e permitindo uma animação libidinal do sujeito. O encontro de um furo, a voz ausente do Outro, não ficou sem consequências. Bruno consentiu em romper seu mutismo e produzir alguma enunciação, ao situar seu corpo entre os vivos de sua família. É o que aconteceu a partir das suas repetidas visitas aos sites de cemitérios e enterros de celebridades. Diante do enterro da Elis Regina, cantarolava: “alô, alô Marciano, aqui quem fala é da terra”.

Pesquisando os cemitérios, Bruno vai falar de seus parentes mortos e de onde estavam enterrados. A vida também se revelou como tema de seu interesse, ao pesquisar cenas de parto e nascimento de bebês. Endereçou-se à psicóloga perguntado se ela era mãe, se tinha filhos e contando que nasceu de cesariana. Chamou nossa atenção que, nesses raros momentos nos quais falava algo de si, sua voz assumia também um tom próprio e menos artificial. Mediante as pesquisas sobre os mortos e os vivos, verificamos uma tentativa do menino de localizar e amarrar os elementos dispersos do corpo, e conectá-lo ao campo do Outro. Os mortos de sua família e seu nascimento implicam a localização de seu corpo não somente pela via do duplo, como também pela via do simbólico familiar, ainda que esses elementos não estejam suficientemente amarrados.

Referências

FREUD, Sigmund. O estranho. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3 ed. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LAURENT, Eric. **A batalha do autismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LEFORT, Rosine; LEFORT, Robert. **O nascimento do Outro**. Salvador: Fator, 1983.

MAHLER, Margaret. **As psicoses infantis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

MALEVAL, Jean-Claude. **L'autiste, son double et ses objets**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

MAUPASSANT, Guy. **125 Contos de Guy de Maupassant**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

VITA, Liliana. **Interrogar el autismo: hacer espacio del lenguaje**. Buenos Aires: Ediciones del Cifrado, 2008.

Resumo Este artigo define a função do duplo para o autista como parte de sua estratégia defensiva do encontro com o Outro. O duplo real constitui-se fora da lógica da imagem especular e implica o Um sozinho. O duplo pode conferir um corpo ao autista que se encontra desamparado de uma imagem estabelecida. É o que é demonstrado através do caso clínico relatado.

Palavras-chave Autismo, duplo real, objeto autístico, corpo.

Abstract The article defines the double function for autistics as part of their defensive strategy to go in an encounter with the Other. The real double constitutes itself out of the logic of the picture speculated, and implies the One alone. The double may give a body to the autistic which is devoid of an established image. It is what is demonstrated through the reported case.

Keywords Autism, real double, autistic object, body.



p

peças soltas

S





READY-MADE: AS HETEROTOPIAS NAS PRODUÇÕES DE SUBJETIVIDADES

AIRAN GONÇALVES DOS SANTOS

Psicólogo, Mestrando em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
E-mail: airansantos@rocketmail.com

BRUNA RODRIGUES MAZIERO

Terapeuta Ocupacional, Docente do Curso de Terapia Ocupacional do Centro Uni-
versitário Franciscano- UNIFRA
E-mail: brunarmaziero@gmail.com

Introdução

Escrevemos este artigo a partir das discussões realizadas sobre o texto *As Crianças do ready-made*, de Alfredo Jerusalinsky (2000), pelas quais fomos levados a pensar como a estrutura de linguagem, que antecede o ser humano, determina o seu lugar no discurso. Já nascemos inscritos na linguagem, pela razão primeira de que a linguagem, assim como sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito em um momento de seu desenvolvimento mental (LACAN, 1995). Portanto, todo sintoma patológico é uma linguagem a ser decifrada. Reforça-se isto ao fundamentar que o ser humano é um ser de linguagem antes mesmo de saber falar. No ventre da mãe, no feto, a função simbólica já está sendo operada. O pior, para um ser humano, é o que fica privado de sentido: o que não passou pela linguagem. (FREUD, 1996; DOLTO, 1999)

Instala-se o desconhecimento da intimidade e, ao querer forçá-la, será encontrado um outro, como em uma tensão ciumenta com esse intruso que, por seu desejo, constitui seus objetos ao mesmo tempo em que os esconde de si, no mesmo movimento pelo qual ele se esconde de si mesmo. O olhar do outro devolve a imagem do que eu sou. (LACAN, 1998)

Dessa forma, fica a falta de algo que incessantemente precisa ser preenchido e, ao mesmo tempo, aparenta ter sido encontrado como objeto para a satisfação imediata. Esse objeto preenche-nos, e sinaliza ainda mais a falta, pois não faz parte de nossa própria produção, é sim algo pronto, como os *ready-made*. Lançamo-nos a discutir o que se faz como falta, concomitante

à necessidade constante de se fazer dos objetos prontos a identificação, no próprio corpo, da realização desse outro que nos vigia e nos impõe seus desejos.

Produção de subjetividades

Com frequência, ao pararmos em frente a uma vitrine de loja de brinquedos, ou ao entrarmos em uma, deparamo-nos com um estranho que percorre esses locais. Vimos crianças bem vestidas e bem alimentadas deitadas no chão, esperneando pela última *boneca da moda* ou pelo carrinho mais *potente*, que serão apenas mais um entre a quantia incontável de brinquedos que enchem seus quartos e que, de forma alguma, limitarão o desejo de comprar o próximo. (JERUSALINSKY, 2000)

Como produto de pais imediatistas, só resta à criança a posição da repetição do imediato, pois o estranho sempre retorna (FREUD, 1976). Carentes de simbolização, as crianças são frutos daquilo que podemos chamar de “poupança de pensamento”, tentam encontrar no brinquedo o objeto pronto, que colocará um ponto final no infinito caminho da busca pela realização do desejo (JERUSALINSKY, 2000; LACAN, 1995). Porém, antes de prosseguirmos, propomos uma espiada anterior à concepção dessas crianças.

Trazemos, para isso, um artigo de Lévi-Strauss (1930) da revista *Documents*, organizada por Georges Bataille, sobre Picasso e o cubismo, onde o autor escreve sobre como a pintura cubista resgata temas comuns e como o pintor soube dar vida aos objetos mais simples. As colagens, como tema específico, serão incorporadas por Lévi-Strauss (1989) à fase posterior, na apresentação da noção de bricolagem. Para ele, o *bricoleur* utiliza matérias-primas e instrumentos que tem à mão, não realizando seu objetivo a partir de um projeto, estando muito próximo do pensamento mítico.

Os mecanismos da bricolagem são associados às formas de manifestação do inconsciente, e pensar o produto do acaso como a manifestação inconsciente é muito mais amplo que qualquer dimensão individual. O inconsciente dá acesso às estruturas, está sempre vazio; ou, mais exatamente, ele é tão estranho às imagens quanto o estômago aos alimentos que o atravessam. O órgão de uma função específica limita-se a impor leis estruturais, que esgotam a realidade a elementos inarticulados que provêm de outra parte: pulsões, emoções, representações, recordações. Podemos dizer que o “*subconsciente*” é o léxico individual onde cada um de nós acumula o vocabulário de sua his-



tória pessoal, mas que esse vocabulário só adquire significação, para nós próprios e para os outros, à medida que o inconsciente o organiza segundo suas leis, e faz dele, assim, um discurso” (LÉVI-STRAUSS, 1970, p.223). O inconsciente é um executor.

Vejamos, no caso da concepção *in vitro*, o executor do sujeito contemporâneo: prazo de validade de cinco anos, e agite antes de usar. É assim que podemos ver, num futuro bem próximo, uma ampola que contém a “criança *ready-made*”, como as obras de Duchamp. Você pode comprá-la em qualquer farmácia, está pronta, com prazo de validade estabelecido, sem ajustes e manutenção (CABANNE, 1987). É necessário, apenas, alimentá-la e trocar suas fraldas, não educá-la. Você pode até escolher as características psicológicas de seu filho; já descobriram o *gene do inconsciente*, ou não? Quem sabe, até lá?

A busca pela satisfação imediata coloca-nos em um patamar de realização dos nossos desejos como um órgão de função específica, não importando a real situação e nem critérios e limites estabelecidos para levarmos a fantasia à saciedade imediata. O reflexo direto disso são as nossas relações com os objetos, pois é delegado um papel muito importante àquele objeto que vai receber todo nosso investimento (LACAN, 1995). Assim como a criança do *ready-made*, perdemos o interesse de construir as “coisas” que nos rodeiam – subjetividades produzidas; a busca é por algo pronto, que está ali. Afinal, alguém já imaginou, fantasiou, bricolou e construiu em nosso nome (LACAN, 2002). O consumismo de uma sociedade é uma evolução do homem, que busca produzir a cura para seu sintoma, algo pronto sem imaginar, simbolizar ou até mesmo transformar em seu psiquismo, porque vivemos, como já diriam os físicos, no “lugar do tempo” precioso demais para dar relevância às “coisas” do passado (MARX e ENGELS, 2002).

O objeto de consumo transpassou não apenas a satisfação material, mas também transcendeu para uma dimensão de um “fetichismo consumista”, uma busca que não encontra fim. Este termo foi criado a fim de expressar a ideia de que o objeto assume um papel de grande valia e significação, passando a uma alienação, simultânea ao estranhamento, do sujeito em relação ao objeto que fabrica (MARX E ENGELS, 2002). Toda maneira de o homem encontrar o objeto é uma continuação da tendência que trata de um objeto perdido e a busca de uma satisfação passada e ultrapassada, na qual este novo objeto é procurado, é encontrado e perdido em outra parte, onde não se procura (LACAN, 1995).

Hoje em dia, é muito fácil encomendar uma criança. É como ir ao açougue encomendar bifés, mas seria este um “bife com olhos”, que se pede *à la carte* nas clínicas de fertilização: escolho a cor do cabelo e dos olhos (JERUSALINSKI, 2000). É muito fácil, é só ter a quantia certa e você leva na barriga ou na proveta o seu feijãozinho, aquele mesmo que plantávamos em algodão quando crianças. É uma maneira de se reconhecer através do outro, brincar de Deus e achar que aquilo é uma magia só sua. Na eloquência do nosso pensamento, não estamos crucificando a atitude de pais que recorrem a métodos de fertilização, mas sim fazemos uma crítica ao investimento psíquico que sobrecarrega esses infantes, que são consumidos pela essência de “ser homem” (LACAN 1995).

A realização do desejo logo ultrapassa as fronteiras do imaginário, está a postos para suprir nossas necessidades em uma clínica de fertilização *cada vez mais perto de você!* Ou em um lar adotivo, afinal, por que nos daríamos o trabalho de fazer um filho, se podemos adotar um ou talvez mandar fazer? Quem sabe nos classificados?

O ser humano não aceita sua impossibilidade, não aceita seus limites. Talvez esse seja o mal de ser homem, devorar sua essência, buscar algo que não necessite romper com o estabelecido e sua cultura. Para isso, cria-se e recria-se a si mesmo. Então, o que é ser humano? Talvez seja “este, o lobo do próprio eu”; são muitas perguntas com poucas respostas (HOBBS, 1974). Quando discutimos sobre o desejo e seu imediatismo, embasamo-nos na arte *ready-made* de Marcel Duchamp, e no entendimento desta. Pensamos, também, na busca de casais pela fertilização *in vitro*, bem como na corrida pela beleza, que se forma nas clínicas de cirurgia plástica: crianças & rostos & seios que compramos em catálogos.

Sobre a arte *ready-made*, o artista francês Duchamp expressa muito bem a natureza do humano, designando um tipo de objeto por ele inventado, o qual consiste em artigos de uso cotidiano, produzidos em massa, selecionados sem critérios estéticos. Ele simplesmente os considerava prontos e os exibia como obras de arte. Assim, objetos utilitários ganhariam a condição de obra de arte ao ganhar uma assinatura e um espaço em exposições (PAZ, 1990).

Embebido pela cultura dadaísta, Duchamp adota uma postura que considera a vida uma triste piada, um absurdo indecifrável que mal compensa investigar. Sua atitude artística ironiza a vida humana, os princípios de subversão mobilizados pelos *ready-mades* são de um *objet trouvé* (fr. “objeto encontrado”), que não é escolhido em função de suas qualidades estéticas,



de sua beleza e singularidade. Assim, não implica em um juízo de gosto: o *ready-made* é eleito um objeto entre vários iguais a ele. Nada diferencia ou particulariza a escolha, que é feita de modo totalmente casual (PAZ, 1990). A genialidade de Duchamp pode ser relacionada à nossa condição de sujeitos; sua arte retrata o que atualmente restaria para nos defendermos desde nosso lugar de sujeitos, ou seja, simplesmente assinarmos embaixo de algum fragmento da repetição (JERUSALINSKI, 2000; LACAN, 1995).

Assim, ficamos alienados da busca de algo que não encontramos no outro, e nos realizamos com algo material: o “fetichismo consumista”. Será que o objeto é o único meio de consumo humano? (MARX e ENGELS, 2002). Com a inseminação, a busca pela beleza, essa necessidade de modificarmos nosso ego corporal com cirurgia plástica, mas não só nosso ego como também o desejo do ser desejante e incessante, destruiremos, aos poucos, esse material filogenético freudiano? O fato é que o sujeito se faz objeto para o outro, no real (LACAN, 1999; FREUD, 1996).

A inseminação artificial nada mais é do que “isso”? Essa coisa que rouba o que nos é herdado, nossa capacidade de simbolizar o ser que está por vir, ou seja, essa fantasia, o desejo de podermos criar, através do imaginário, um ser desejante como sujeito do seu único saber. A fertilização *in vitro* dá ao sujeito o direito de ser desejante? E este, o outro enclausurado numa proleta, pode ser o sonho dos pais, um sonho no real? Sonho, este, que não pode trazer defeito, pois tornou-se um objeto de idealização perversa das figuras parentais. (LACAN, 1995; FREUD, 1996)

Não deixaremos de tratar o ser humano como objeto, porém seremos mais humanistas, mais defensores dos direitos humanos. O importante é abordar aquele ser que está sendo concebido sob âmbito “diferente”, e reconhecer a criança, desde a mais tenra idade, como um sujeito de si mesma. Não seremos nós os escultores do desejo de alguém, mas sim o meio pelo qual ele pode alcançar ou chegar até seu desejo, pois a criança dispõe de uma plena inteligência das coisas (DOLTO, 1985).

Da mesma forma, vamos retirá-las do *status* social de *infantes*, dos que não têm direito à palavra. No ventre da mãe, a função simbólica já está sendo operada e o ser humano é um ser de linguagem antes mesmo de saber falar. A concepção é um encontro a três e não apenas a dois. Tratamos, aqui, de não procurar preencher o que nos falta, ao buscar o outro como objeto, e sim tratá-lo como igual. (DOLTO, 2000; LIAUDET, 2000)

Não seremos preenchidos com aquele bife que compramos da clínica de fertilização, pois o feto está em constante comunicação inconsciente com a mãe e esta não o estruturará como linguagem, estará ele ali pronto, bastando agitar e usar. Perderemos, assim, o interesse de fazer a obra de arte, ela já está pronta no cotidiano. A vida é uma obra de arte que não precisamos imaginar, pois tudo está ali, aqui e acolá, ao nosso alcance.

As dezenas de brinquedos que entopem, diariamente, os quartos de nossas crianças dormem o mesmo sono dos objetos mortos trazidos ao cotidiano por Duchamp. Eles estão ali para testemunhar alguma coisa imprecisa, que ninguém atina definir, tampouco a criança, envolta nesse emaranhado de desejos e imediatismos (JERUSALINSKY, 2000). A cada semana deseja-se algo *new in-corpo-action*, que saiu de uma nova fábrica.

Conclusões

Arqueados sobre *Heterotopias*¹ de ilusão, usamos objetos reais para debruçarmo-nos sobre as fantasias existentes em um desejo, acima de tudo, realizado. Estamos alicerçados no narcisismo social de produção de subjetividades e sujeitos, com uma completude idealizada em objetos e colagens de ser o sujeito, e embarcados em discursos homogênicos de padrões estabelecidos socialmente, por meio de aspectos de finitude, sob a pele de crianças, objetos, plásticas e idealização de corpos “visivelmente” realizados.

Por fim, encontramos até aqui um sinal do *objet trouvé* que perdemos no quarto parágrafo, está aqui o achado da insaciável sede de desejo do sujeito pelo objeto pronto, de suas produções de subjetividades. Mas, desculpe-mos, não é o que pensávamos, enganamo-nos, o que temos nas mãos de nossas crianças e espalhados por nossa sala é o urinol de Duchamp, colagem e não bricolagem, assinado, aquela primeira escultura pronta e rejeitada pelo “júri”, ironicamente semelhante aos brinquedos (RICHTER, 1993; TOMKINS; 2004). Ou, ainda, poderão ser estes brinquedos as crianças que saem das clínicas de fertilização com um código de barras, minuciosamente escolhido por seus pais como uma colagem aos seus desejos, que sabem e continuam as incessantes perguntas de seus pais. Quem sabe ainda permanecem, nesse

1 Termo utilizado por Foucault (1987) que designa espaço e lugares em condições não hegemônicas. “As *heterotopias* inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas” (FOUCAULT, 1999, p. XIII).



estudo, os incessantes questionamentos iniciais, e ainda lançamos mais um: conseguiremos realizar o desejo algum dia? Ou quem sabe a genética mecanicista ou o próprio imediatismo humano já nos tenha respondido.

Referências

CABANNE, Pierre. **Marcel Duchamp**: engenheiro do tempo perdido. São Paulo: Perspectiva, 1987.

DOLTO, Françoise. **O bebê é uma pessoa**. Trad. Bernard Martino. Paris: Balland, 1985.

DOLTO, Françoise. Aujourd'hui. In: COLÓQUIO DA UNESCO. Jan. 1999, Paris. **Atas...** Paris: Gallimard, 1999, p. 14-17.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, Sigmund. O estranho (1919) In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVII.

_____. Moisés e o monoteísmo (1939). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXVIII.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

JERUSALINSKI, Alfredo. **As crianças do ready made**. Psicanálise e ato criativo. Caderno da APOA, Porto Alegre, n. 78, ano IX, abr. 2000.

LACAN, Jaques. Kant com Sade. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 776-803.

_____. **O Seminário, livro 4**: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **O Seminário, livro 5**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Os Complexos Familiares na formação do indivíduo**: ensaio de análise de uma função em psicologia. Trad. Marco Antonio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silva Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Picasso et le cubisme. **Documents**, Paris, p. 139-140, 1929-1930.

_____. **Antropologia estrutural**. Trad. Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____. **O pensamento selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus. 1989.

LIAUDET, Jean-Claude. **Dolto explicada aos pais**. Cascais, Portugal: Pergaminho, 2000.

MARX, Karl & ENGELS; Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PAZ, Octavio. **Marcel Duchamp** – Castelo da Pureza. São Paulo: Perspectiva, 1990.

RICHTER, Hans. **Dada: arte e antiarte**. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TOMKINS, Calvin. **Marcel Duchamp**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Resumo O artigo tem como texto base “As crianças do ready made”, de Alfredo Jerusalinsky, que se refere à incessante busca do sujeito pela satisfação imediata, a forma de investimento e relação estabelecida com os objetos e a arte *ready-made*. A temática problematizada não vislumbra a oposição, mas uma discussão acerca das formas de investimento nos objetos prontos e as tentativas de finalizar a infinita realização do desejo.

Palavras-chave Satisfação imediata, desejo, *ready-made*.

Abstract The article is based on the text “The Children of Ready -Made”, by Alfredo Jerusalinsky, which refers to the relentless subject’s pursuit to immediate gratification, the form of investment and established relationship with the objects and ready-made art. The problematized thematic does not seek the opposition, but a discussion of forms of investment in ready-made objects, and attempts to end the infinite fulfillment of desire.

Keywords Immediate, satisfaction, desire, ready-made.



REDE DE SIGNIFICANTES E AMARRAÇÕES: DESAFIOS NA TRANSFERÊNCIA NA AUSÊNCIA DE UM SIGNIFICANTE PRIMORDIAL

BRUNA CAMILLO BONASSI

E-mail: bruna.bonassi@gmail.com

A transferência na neurose

A transferência, conceito tomado por Lacan como fundamental para a psicanálise, assim como o inconsciente, a repetição e a pulsão, é amplamente trabalhada nas obras de Freud ao longo de sua vida. Constitui-se na relação do analista com o analisando, implicando a posição simbólica em que o analista é colocado como sujeito suposto saber através da repetição (do analisando) de uma relação inconsciente com as suas imagens parentais. O fator econômico, que remete às formas de investimento da libido, também é fundamental. A forma como cada sujeito vai deslocar sua libido na transferência é diferente, portanto única. Freud pontua que “O instrumento principal para reprimir a compulsão do paciente à repetição e transformá-la em um motivo para recordar reside no manejo da transferência” (FREUD, 2006b, p. 169).

O estabelecimento da neurose de transferência, juntamente com a implicação do sujeito, é fundamental para a passagem do analisando para o divã. A transferência que será direcionada pelo e para o analista é estabelecida e manejada diferencialmente a cada caso, um por um, visto que as formas de se manifestar são diversas e dependerão da relação que o sujeito teve, enquanto criança, com seus pais ou cuidadores. O analista não deve desacreditar no amor de transferência ou tomá-lo como um evento do passado: o sentimento é real e atua no dia a dia do sujeito em análise.

Para Freud, é perfeitamente normal o analisando colocar o analista numa dessas séries psíquicas que ele já formulou, e repetir, no *setting* terapêutico, o que se repete em toda a sua vida nas suas relações cotidianas.

Devido à transferência, é possível ocorrer um aumento da resistência ao tratamento, que pode ser causado pela modificação no aparelho psíquico decorrente da dissolução ou elucidação das resistências operantes. Perpassar resistência através do manejo da transferência torna-se fundamental na

teoria Freudiana para cessar a repetição e passar à recordação de eventos importantes, repetidos constantemente.

Quando o aumento da resistência ocorre, é possível cessar a recordação e aumentar o *acting out*, ou seja, a repetição do paciente em ato, que pode levá-lo a tomar decisões que não são recomendadas no decorrer do processo terapêutico. Freud alerta o leitor e estudioso para esta questão ao colocar que recomendava a seus pacientes não tomar decisões muito importantes durante o processo terapêutico, embora saliente que, em certos casos, esse *acting out* não pode ser evitado e só após uma grande decisão o paciente pode se entregar ao processo terapêutico, colocando que é “apenas através de sua própria experiência e infortúnios que uma pessoa se torna sagaz” (FREUD, 2006b, p. 169).

A transferência como a atualização da realidade sexual do inconsciente

Lacan avança no texto freudiano e coloca um de seus aforismas: a transferência é a atualização da realidade sexual do inconsciente. Em seu ensino, mostra as dificuldades da transferência no *setting* clínico. Para ele, a transferência é “[...] o meio pelo qual se interrompe a comunicação do inconsciente, pelo qual o inconsciente torna a se fechar. Longe de ser a passagem de poderes ao inconsciente, a transferência é, ao contrário, seu fechamento” (LACAN, 2008, p. 129). A transferência, de ordem imaginária, representaria uma estagnação da dialética simbólica, um fechamento do inconsciente, inconsciente este tomado em uma estrutura temporal, como uma janela que se abre e fecha dentro de um tempo.

Para pensar essa frase, a meu ver, também temos de pensar a dupla transferência-repetição. O conceito de transferência, não diferenciado em Freud do conceito de repetição, é separado por Lacan, mas não sem diálogo. A repetição estaria do lado de abertura do inconsciente, pontua Jacques Alain Miller, e acrescenta “[...] a presença e a eficácia do inconsciente são asseguradas pelos fatos da repetição e, neste sentido, ela aparece do lado da abertura do inconsciente, enquanto a transferência aparece do lado de seu fechamento” (MILLER, 2005, p. 165). São duas faces da mesma moeda.

Entretanto, algo falta nessa repetição de abertura do inconsciente, a repetição é algo além da repetição automática (*automatôn*) dos significantes, que tem a função de evitar o confronto com o real sexual. Lacan apresenta isso que escapa à repetição *automatôn*, como uma repetição *tykhé*, que aparece

como um encontro (sempre) faltoso com o real (LACAN, 2008). Neste ponto, retomo a frase-problema desta seção, “a transferência como a atualização da realidade sexual do inconsciente”. Miller pontua: “A transferência é a colocação em ato da realidade sexual, de tal forma que aparece como *tykhé* da repetição” (MILLER, 2005, p. 168). Desta forma, é possível falar da transferência como a atualização – uma colocação em ato ao mesmo tempo em que traz ao presente - da realidade sexual do inconsciente, promovendo um fechamento do inconsciente frente ao real, frente à própria transferência (MELLO, 2012). A transferência tem agora uma relação com o real para além da ilusão, de uma estagnação imaginária a uma permanência do real, em que aparece um objeto perdido. Cito aqui duas frases de Miller que auxiliam neste ponto: “A repetição implica o contínuo decepcionar-se com o encontro com o objeto *a*, ao passo que a transferência o presentifica. [...] A repetição falha o objeto justamente por visá-lo e a transferência o presentifica” (MILLER, 2005, p. 168).

Lacan propõe, em seu *Seminário 11*, que o conceito da transferência “[...] é determinado pela função que tem numa práxis. Este conceito dirige o modo de tratar os pacientes” (LACAN, 2008, p. 124). Se a transferência está posta do lado do fechamento do inconsciente, como pensá-la na psicose, se aí o inconsciente está a céu aberto?

A psicose, já em Lacan e voltando a Freud

O primeiro ponto que trago para a discussão da psicose é a *diferença entre a forma de diagnóstico* da psiquiatria clássica e da psicanálise: a hipótese diagnóstica psicanalítica é elaborada através da transferência, é um diagnóstico nosográfico estrutural, diferentemente do diagnóstico descritivo fenomenológico. Em outras palavras, não há a possibilidade de se deslizar na estrutura. Uma estrutura psicótica continuará sendo psicótica mesmo na ausência de delírios, alucinações ou outras manifestações específicas.

É difícil falar da psicose sem trazer a estrutura neurótica em jogo; assim, vou começar por ela. Há na neurose uma metáfora primordial que elucida um significante mestre: é o ponto de estofo, de *capiton*. O ponto de estofo é o ponto que segura todos os outros no trabalho de um estofador. Um ponto a que todos os outros são referidos para serem amarrados. O mesmo ocorre com a metáfora paterna, o Nome-do-Pai, a lei. Ao se defrontar com uma situação à qual é necessária uma resposta, o sujeito neurótico tem a possibilidade de se remeter a um significante primordial, a crer que alguém tem

a resposta para esta pergunta/pedido/demanda, crer que existe um sujeito suposto saber. Na neurose há ao menos um que pode lidar com a demanda do outro. (CALLIGARIS, 1989).

O mesmo escapa na psicose. Os significantes em uma estrutura psicótica não são amarrados por um ponto central que encadeie todos os outros. Nela, todos os significantes têm o mesmo valor: tudo é possível. Os significantes deslizam com amarração precária ou sem amarração. A relação transferencial na clínica é horizontal, não há a possibilidade de um suposto saber, visto que todas as significações são significações em si mesmas, não remetem a uma significação primordial - uma lei (paterna).

O saber da psicose não é parcial como na neurose, mas sim total, caindo no sujeito toda a responsabilidade de criar algum tipo de defesa contra a demanda incessante do Outro. Como não há sujeito suposto saber, a responsabilidade cai sobre o sujeito, e somente ele. Este saber, na maior parte das vezes, não pode ser transmitido, o que segrega a pessoa do laço social, razão de grande sofrimento.

A crise é desencadeada no momento em que o sujeito não tem mais para onde recorrer, sua amarração falha, falha para consigo. É necessário, então, organizar uma metáfora em forma de delírio, uma nova significação.

Um caso que pode ajudar a pensar a psicose é o caso do presidente Schreber, publicado por Freud no verão de 1911, por meio do qual se pode falar da especificidade da paranoia e de sua possibilidade de amarração.

Lacan coloca em seu terceiro seminário que

Nem todos os tamboretos têm quatro pés. Há os que ficam em pé com três. Contudo, não há como pensar que venha faltar mais um só senão a coisa vai mal. Pois bem, saibam que os pontos de apoio significantes que sustentam o mundinho dos homenzinhos solitários da multidão moderna são em número muito reduzido. É possível que de saída não haja no tamborete pés suficientes, mas que ele fique firme assim mesmo até certo momento, quando o sujeito, numa certa encruzilhada de sua história biográfica, é confrontado com esse defeito que existe desde sempre. Para designá-lo, contentamo-nos até o presente com o termo *Verwerfung*¹ (LACAN, 1985, p. 231).

É no momento em que não se pode dar resposta, quando o sujeito é confrontado com esse “defeito” que sempre existiu, que a estrutura da psicose se faz presente. Schreber parece encontrar esse ponto fundamental de desen-

¹ Forclusão.

cadeamento em sua história ao deparar-se com a enorme carga psíquica que demandava seu novo trabalho como *Senatspräsident* no *Oberlandesgericht*² de Dresden. A ausência e falecimento de sua esposa também são apontados por Freud (2006b, p. 23; p. 54) como importantes para o desencadeamento da crise.

Quanto à origem da paranoia, Freud pontua que não é determinada pela natureza dos complexos (edípicos), mas pelo mecanismo de repressão diferenciado que gera a forma específica do sintoma: “A característica mais notável da formação de sintomas na paranoia é o processo que merece o nome de *projeção*. Uma percepção interna é suprimida e, ao invés, seu conteúdo, após sofrer certo tipo de deformação, ingressa na consciência sob a forma de percepção externa” (FREUD, 1969, p. 73). Porém, a projeção não é exclusiva da paranoia, também se deflagra em casos de neuroses. Além da projeção, Freud postula que existe a retirada de libido do mundo exterior (também ocorrente nos casos de neurose, porém de diferente forma e intensidade) e, diferentemente da neurose, ela vincula-se à própria pessoa: “Na paranoia [...] a evidência clínica vai demonstrar que a libido, após ter sido retirada do objeto, é utilizada de modo especial. [...] a libido liberada vincula-se ao ego e é utilizada para o engrandecimento deste.” (Idem, p. 79). É a chamada hipertrofia egoica do psicótico.

Talvez a vinculação da libido ao próprio sujeito contribua, quando possível, para a solução do conflito desencadeador e o rearranjo da estrutura psíquica para o convívio comum na sociedade. Esta solução é construída de diversas formas, visto que a paranoia possui “[...] um mecanismo diverso para o retorno do reprimido (isto é, para a formação de sintomas)”. (Freud, 1969, p. 83). O delírio é a própria forma de (re)fazer o corpo, de criar uma borda para si e aprender a viver novamente no mundo, que havia sido destituído de investimento de libido. Schreber constrói novamente seu mundo após tê-lo destruído:

[...] não mais esplendido, é verdade, mas pelo menos de maneira a poder viver nele mais uma vez. Constrói-o com o trabalho de seus delírios. A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de reestabelecimento, um processo de reconstrução. (FREUD, 2006b, p.78).

² Juiz-presidente da Corte de Apelação (tradução livre).

Freud ainda aponta que Schreber “[...] havia desenvolvido uma engenhosa estrutura delirante [...], sua personalidade fora reconstruída e agora se mostrava, exceto por alguns distúrbios isolados, capaz de satisfazer as exigências da vida cotidiana.” (FREUD, 2006b, p. 25). Talvez tenha sido possível para Schreber, embora por um breve momento em sua vida, uma nova tentativa de amarração, que o manteve no laço social por mais alguns anos. Sua última crise, da qual não pôde recuperar-se, deflagra a importância das figuras femininas (mãe e esposa) na sua vida, após cujo falecimento e paralisia, respectivamente, Schreber cai enfermo e morre, 4 anos depois, no Asilo em Leipzig-Dösen.

A transferência na psicose

É em que a análise do delírio nos revela a relação fundamental do sujeito no registro no qual se organizam e se desenvolvem todas as manifestações do inconsciente. Talvez mesmo ela venha nos dar conta, se não do mecanismo último da psicose, pelo menos da relação subjetiva com a ordem simbólica que ela comporta. Talvez possamos ver claramente como, no curso da evolução da psicose, desde o momento de origem até sua última etapa, na medida em que há uma etapa terminal na psicose, o sujeito se situa em relação ao conjunto da ordem simbólica, ordem original, meio distinto do meio real e da dimensão imaginária, com a qual o homem sempre lida, e que é constitutivo da realidade humana. (LACAN, 1985, p. 141)

Lacan pontua, no trecho acima, como é importante na clínica das psicoses a escuta do delírio psicótico como forma de verificar como o sujeito se situa na ordem simbólica e as amarrações que poderiam ser feitas. A desconstrução deste delírio, no entanto, pode ser de grande risco para o trabalho do psicanalista; é necessário um cuidado no manejo da psicose para que o ato analítico não seja tomado como um gozo invasivo provindo deste grande Outro não barrado. Como apontam Santos e Calligaris:

[...] torna-se óbvia a ideia de que, considerando a estrutura psicótica, qualquer tentativa de fazer emergir esse sujeito dividido apontará para a falha em sua estrutura, evocando o retorno daquilo que foi foracluído e tendo como resposta algo do real, aquilo que seriam os fenômenos elementares. (SANTOS, 2010, p. 89).



Este pedido de passeio num saber, por um paciente fora de crise, vai acabar necessariamente numa crise se o analista o recebe como um pedido terapêutico, porque o analista vai produzir uma injunção. (CALLIGARIS, 1989, p. 77).

Esta transferência diferencia-se então daquela da neurose: na neurose, busca-se abrir o inconsciente, rompendo a repetição *automatôn* e podendo fazer surgir, a partir da *tykhé* e da atualização da realidade sexual do inconsciente, promovida pela transferência, uma nova forma de lidar com o sintoma. Na psicose, é na repetição *automatôn* que se agarra a aposta clínica, é no fortalecimento dessa história de vida e dessas repetições, em defesa da invasão do outro no real, que o analista traçará, juntamente com o analisante, pontos de estofo. Talvez se possa pensar em construir um teto, um fechamento, nesse inconsciente a céu aberto.

Referências

CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.

FREUD, S. Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise). In: _____. **O Caso Schreber** – artigos sobre técnica e Outros Trabalhos. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. v. XII. p. 175-188.

_____. Recordar, Repetir e Elaborar. In: _____. **O Caso Schreber** – artigos sobre a técnica e outros trabalhos. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. XII. p. 161-171.

LACAN, J. Dois significantes primordiais e a falta de um. In: _____. **O seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 140-231.

_____. **O seminário, livro 11**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MELLO, M. A. A. D. Inconsciente e transferência: perspectivas na clínica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 1, n.1, p. 95-103, jan.-mar. 2012.

MILLER, J. A. **Silet**: os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTOS, H. L. D. Algumas considerações acerca da transferência na psicose. **Ecos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 82-92, 2010.

Resumo Falar de psicanálise não se faz sem maiores desafios. Apesar disso, por sorte, tentamos. Neste trabalho busco (re)fazer um percurso sobre conceitos de transferência em Freud e Lacan, utilizando como guia as modificações e diferenças que surgem na clínica das neuroses e das psicoses no decorrer da obra desses autores. Também discuto as diferenças entre as repetições denominadas por Lacan como *automatôn* e *tykhé* e seus aparecimentos na clínica..

Palavras-chave Transferência, repetição, neurose, psicose.

Abstract Certainly to talk about psychoanalysis is something which does not come without major challenges. Nevertheless, luckily, we try. In this paper I try to (re)make a path on the concept of transference in Freud and Lacan, using as a guide the changes and differences that arise in the clinic of the neuroses and psychoses during the work of these authors. I also discuss the differences between the repetitions called by Lacan as *automaton* and *tykhé* and their appearance in the clinic.

Keywords Transfer, repetition, neurosis, psychosis



NO LABIRINTO DA NEUROSE OBSESSIVA: NAS TRAMAS SOMBRIAS DO TEMPO E DA ESCRAVIDÃO¹

DANIEL FELIX

Aluno do *Curso de psicanálise da orientação lacaniana* (2013-2015) da EBP-SC.

E-mail: danielfelixcampos@yahoo.fr

Este pequeno ensaio propõe, a partir da compreensão das estratégias da neurose obsessiva, pensar a complexa questão da relação do sujeito obsessivo com o tempo, que não por acaso o paralisa. Entretanto, para entendê-la, faz-se um convite a visitar o que se nomeia aqui de o labirinto da neurose obsessiva.

Vale lembrar que Lacan ensina:

[...] é somente após ter esboçado, um certo número de vezes, saídas imaginárias para fora da prisão do mestre, e isso, segundo certas escansões, segundo certo *timing*, é somente então, que o obsedado pode realizar o conceito de suas obsessões, quer dizer, o que elas significam. Em cada caso de obsessão, há necessariamente um certo número de escansões temporais, e mesmo signos numéricos. [...] o sujeito que pensa o pensamento do outro, vê no outro a imagem e o esboço dos seus próprios movimentos. Ora, cada vez que o outro é exatamente o mesmo que o sujeito, não há não outro mestre exceto o mestre absoluto, a morte. Mas é preciso ao escravo um certo tempo para ver isso. Porque ele está bem contente de ser escravo, como todo o mundo. (LACAN, 1986, pp. 326-327)

Esse fragmento de Lacan põe em cena o aprisionamento e os trajetos percorridos pelo sujeito obsessivo, que, nessa travessia, de modo inexorável, se depara com a questão da temporalidade. Ao mesmo tempo, o obsessivo serve-se do tempo para elaborar seu próprio estratagema; no entanto, o subterfúgio enganoso que cria é a procrastinação obsessiva. É esse adiamento utilizado face à emergência de seu desejo. Pois, neste labirinto, é preciso adiar, esconder ou camuflar o desejo. E assim, esse ato insistente de postergar constitui uma das razões pelas quais o obsessivo raramente alcança o momento de concluir.

¹ Artigo escrito em 20 de novembro de 2014 sob a orientação de Louise Lhullier e Luis Francisco E. Camargo. Meu mais delicado agradecimento.

Pode-se ilustrar a relação proposta a partir da célebre tela de Goya, presente na série denominada pinturas negras² – *Saturno devorando a un hijo*. Então, se em Goya, frente a Saturno devorador, o sujeito é possuído e devorado, no labirinto obsessivo ele se deixa ser engolido. O tempo e a morte assombrom a cena. Desse modo, o efeito desta aproximação faz o sujeito obsessivo revelar a sua pantomima: fazer-se de morto-vivo e, sobre esse mesmo palco labiríntico, atormentar-se, se perder e se mortificar.

Há nesse cenário a mortificação constante e os grandes nós de impasses diante do tempo. Nós que paralisam e enlaçam o obsessivo. E, ao se deixar detido pelo tempo, este o observa como se não tivesse importância, não se move nem se arrisca, estaca! Vale citar Gazzola, ao se perguntar a seguinte questão: “em que consiste o problema do tempo para o obsessivo?”. Ele pondera:

[...] ele não tem passado, pois a respeito do passado só faz lamentar o tempo perdido, lamentar o que não fez. [...], pois que seu desejo não era verdadeiramente o seu, era aquele de um Outro, [...] ele não tem presente, pois no presente ele deixa o tempo passar, sem se mexer. Não tem futuro também, pois o futuro imediato é sempre adiado, empurrado para mais longe no efeito da procrastinação do obsessivo. Ora, alguém que é sem passado, sem presente e sem futuro é um morto! Podemos argumentar que um morto pelo menos tem passado, mas ele não está em condições de dar-se conta dele. Afinal, guardar uma temporalidade fixa é também uma boa forma de fingir de morto. (GAZZOLA, 2002, p. 152)

De fato, parece caber ao obsessivo ocupar na travessia do labirinto o papel do morto-vivo ou o de fingir-se de morto. Sem dúvida, residem nesse lugar a mortificação obsessiva e a exaustiva relação com o tempo. Contudo, mais do que mencionar o cenário e as travessias do obsessivo, ressalta-se aqui a importância desse papel, lugar que ele ocupa com muita particularidade, em meio às ruminações intermináveis, às vezes mesquinhas, ridículas, outras vezes angustiantes: é o lugar de escravo. Assim, o obsessivo desempenha *rôle*³ de escravo. E compreende-se, também, que não se trata somente de seu papel nesse labirinto (ou em sua estrutura); seu pensamento é permanentemente superinvestido em detrimento do ato, conforme retoma Gazzola

² Pinturas negras: série de quatorze quadros produzida entre 1819 e 1823 em que Goya utilizou a técnica de óleo *al secco*.

³ Recorre-se aqui ao termo francês – *rôle* – (papel do personagem em uma peça de teatro), a fim de reforçar o conceito de teatralidade proposto pelo ensaio.



(2002, p. 148), “e o sujeito fica tomado por um gozo intelectual que não deixa de lembrar a referência de Lacan ao contentamento do escravo”.

Logo, parece valer a pena pensar um pouco mais esse contentamento do escravo. O escravo, a espera e o gozo. Então, pergunta-se de imediato: “Afim, o que espera o obsessivo?”. Ele espera a morte do senhor. Para, somente então, poder ocupar o lugar do senhor e poder gozar. Porém, essa espera é tranquila, e ele a aguarda pacientemente, sempre muito zeloso, generoso e resignado, ao seu modo. Compreende-se que a conduta primordial desse sujeito seja: a de não correr riscos, retirar-se de conflitos e decisões, e se mostrar impecavelmente disciplinado, concentrado e bem-comportado em suas tarefas e obrigações diárias, sem revoltas. Enquanto isso, ele segue detido no labirinto, preso pelos nós das repetições, e entre elas, a mais patética, a de fingir-se de morto. E, porventura, convém aqui observar mais atentamente a posição de escravo.

Sabe-se que, acerca da condição de escravidão humana, tema amplamente estudado desde a Grécia Antiga, Aristóteles (2007, p. 78) a define como: “o homem que, por natureza, não pertence a si mesmo, mas a um outro, é escravo por natureza, é uma posse[...] e a ele cabe agir sob as ordens de seu senhor”. Nessa perspectiva, pode-se imediatamente pensar nos escravos presentes na clássica literatura e mitologia grega (HARVEY, 1998). Por exemplo, na *Odisséia* de Homero, Ulisses tem sempre a presença do fiel escravo e amigo Êumaio. E mais, os escravos⁴ aparecem não somente nas epopeias gregas, como também no teatro, nas comédias de Aristófanes. No entanto, o escravo obsessivo não parece ser apenas um ridículo bufão ou um amigo fiel e imprescindível, embora viva acorrentado como Prometeu. Se, na mitologia, o gigante é amarrado por Zeus no Monte Cáucaso até ser libertado por Hércules, muito diferentemente, o escravo obsessivo se prende e se tortura em seu labirinto. E, entre as correntes que o subjagam nessa condição, de imediato, destaca-se aqui uma: a questão do desejo impossível de ser satisfeito. Impossível sim, e deduz-se que, quando esse sujeito se depara com o objeto pequeno a, ele se afasta e bate em retirada da cena.

Em suma, o sujeito desaparece porque ele somente se constitui longe do objeto pequeno a. E a possibilidade de “atingir” o objeto tão desejado põe

⁴ Poder-se-ia mencionar, nesta referência à literatura e à mitologia grega, outros exemplos, entre eles o de Ganimedes, e ainda, pensar nas diferenças entre a escravidão na mitologia grega e a escravidão na neurose obsessiva. Todavia, essa temática seria pertinente para outro artigo.

o sujeito em risco como a se deparar com a morte. Cenário que assombra e ameaça constantemente esse sujeito. Então, o encontro com esse objeto lhe é devastador. É desse lugar que se tece também o seu acorrentamento, ao preservar o desejo impossível de ser satisfeito e o “gozo que nunca consegue ser perfeito” (MELMAN, 2004, p. 123). Assim sendo, permanece o escravo morto-vivo preso em seu sombrio labirinto. Sem Teseu.

Por fim, diante do breve cenário apresentado, valeria, e muito, lembrar o que Lacan (1999, p. 424) pondera acerca desta temática, no *Seminário 5*: “o obsessivo é um Tântalo”. Não por acaso, pelos delitos cometidos, esse rei tem um castigo imposto por Zeus e Hades, conforme narra a mitologia grega⁵, que o impossibilita permanentemente de saciar o seu desejo. De todo modo, por meio de uma leitura comparada, lê-se que para Tântalo e para o sujeito obsessivo se revela a mesma sentença (ou o mesmo suplício): não poder se apropriar do que deseja! E, enquanto isso, o obsessivo ou o morto-vivo goza e se faz Minotauro e presa⁶ de si mesmo a se devastar, a se assombrar ou ainda a “comer o seu próprio fígado”.

Referências

ABRAHAM, Karl. **Teoria Psicanalítica da Libido**: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Ícone, 2007.

FENICHEL, Otto. **Teoria Psicanalítica das neuroses**. São Paulo: Atheneu, 2005.

FREUD, Sigmund. **Observações sobre um caso de neurose obsessiva [o homem dos ratos], uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. IX.

⁵ Segundo Harvey (2002, p. 476), Tântalo recebeu duas punições: na primeira, imposta por Zeus, ele estava detido e havia uma imensa pedra suspensa sobre a sua cabeça, o que o impedia de mover-se e ameaçava esmagá-lo, de modo que ele não podia se aproximar e saborear um banquete posto à sua frente; já na segunda, decretada por Hades, ele também permanecia preso, e encontrava-se sedento diante de um poço cuja água sempre baixava quando tentava bebê-la.

⁶ O conceito de presa também aparece no pensamento de Aristóteles ao ponderar que: “[...] além da escravidão natural, existe aquela que chamamos escravidão estabelecida pela lei; esta lei é uma espécie de convenção [...] segundo a qual a presa tomada na guerra é tomada pelo vencedor”. (ARISTÓTELES, 2007, p. 69).

___ **O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos [o pequeno Hans] e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. VIII.

GAZZOLA, Luiz Renato. **Estratégias na neurose obsessiva.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **Os escritos técnicos de Freud: O seminário, livro 1.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

___ **As formações do inconsciente: O seminário, livro 5.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MELMAN, Charles. **A neurose obsessiva.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega.** Brasília: UNB, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SCHMIDT, Joel. **Dictionnaire de la Mythologie Grecque et Romaine.** Paris: Larousse, 1968.

VERNANT, Jean-Pierre; NAQUET, Pierre Vidal. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

Resumo Este artigo concentra-se na compreensão da neurose obsessiva, mas, particularmente, em torno das seguintes questões: tempo, escravidão, e as impossibilidades e os impasses impostos diante do desejo. Para tanto, aproximo-me dos escritos de Jacques Lacan e de Luis Renato Gazzola, com incursões e conexões entre psicanálise, mitologia e literatura clássica grega. Desejos, aprisionamentos e rastros são desvelados.

Palavras-chave Neurose obsessiva, tempo, morte, desejo, escravidão, aprisionamentos.

Abstract This article concentrates in the understanding of obsessive neurosis, more specifically concerning the following topics: time, slavery, the impossibilities and impasses imposed towards desire. Thus, I approach Jacques Lacan's and Luis Renato Gazzola's writings visiting and making connections between psychoanalysis, mythology, and classic Greek literature. Desire, imprisonments, and tracks are unveiled.

Keywords Obsessive neurosis, time, death, desire, slavery, imprisonments.



UMA LEITURA DE “RECORDAR, REPETIR E ELABORAR”

GRESIELA NUNES DA ROSA

Psicanalista, correspondente da EBP-SC

E-mail: gresielanr@gmail.com

Em 1914, Freud publica um pequeno texto¹. Pequeno porque não contém mais que dez páginas. No entanto, é certamente um texto grandioso porque comporta, ao mesmo tempo, o passado da psicanálise, o tempo que antecede o tratamento psicanalítico propriamente dito; conceitos centrais, importantes tanto para a teoria como para a técnica psicanalítica; e também o futuro, pois aponta para um lugar em que Freud desembocará alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1920, em outro texto de grande importância para a psicanálise que é o “Além do Princípio do Prazer”. Neste texto, “Recordar, repetir e elaborar”, Freud usa pela primeira vez a expressão “compulsão à repetição”, expressão que ele desenvolverá no texto de 1920.

Aqui, seguirei na linha do texto freudiano que intitula este trabalho, dando ênfase ao conceito de resistência e articulando-o com elementos da formação do sintoma e do tratamento analítico.

Freud começa esse escrito relembando as alterações na técnica psicanalítica desde os seus primórdios. Fala de uma primeira fase, que denomina como “catarse de Breuer”, que consistia em localizar o momento em que o sintoma se formava. Utilizando a hipnose, convidava-se o paciente a localizar o momento da formação do sintoma, o acontecimento traumático que formou o sintoma. Sob hipnose, o paciente recordava a lembrança (que estava esquecida, fora da consciência). Essa lembrança, ao chegar à consciência, aparecia na forma de uma descarga de energia, e o sintoma do paciente era então removido. O tratamento consistia então em recordar e ab-reagir, isto é, descarregar a emoção e, assim, liberar o afeto reprimido, produzindo um efeito de catarse.

No filme *Freud além da alma* (1962), Breuer trata de Cecile. Vimos a cena em que a moça trata de seu sintoma de não conseguir beber água. Na hip-

¹ FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII, p. 159-171.

nose, ela lembra de ter visto o cachorrinho, com sua repugnante língua, bebendo água em sua caneca, que fora dada a ele pela repugnante empregada. Ao acordar da hipnose, Cecile volta a beber água. Simples assim, cada um de seus sintomas ia sendo removido.

Tudo seria muito simples e fácil se logo Freud não se deparasse com uma pedra em seu caminho. Qual seria a pedra? Em primeiro lugar, ele confessa que é um mau hipnotizador, que não executa bem o ofício. E em segundo e mais importante, Freud se depara com um fenômeno muito interessante que é a resistência.

Utilizemos outra cena do filme citado acima para exemplificar esse fenômeno. Cecile tinha como sintoma o fato de não conseguir enxergar, e não havia nenhum motivo fisiológico para isso. Sob hipnose, ela conta que estava num quarto de hotel dormindo e que médicos vieram lhe bater à porta para lhe dar a notícia da morte de seu pai e levá-la ao hospital para vê-lo e reconhecê-lo. Ela conta da chegada ao hospital, das enfermeiras sentadas que a olhavam, de uma música de fundo, o encontro com o pai morto e que, ao vê-lo, perdeu a visão. Com a lembrança e a catarse realizadas, o sintoma deveria desaparecer. Porém, nesse caso, isso não aconteceu. Ao acordar da hipnose, a paciente continuava cega.

O que houve? Por que a técnica não funcionou? Na própria cena, Freud se dá conta de alguns elementos estranhos na história contada pela paciente em hipnose e resolve questioná-la, pressioná-la a dizer a verdade. Freud vai apontando as falhas em seu discurso, desarmando as resistências e, enfim, a paciente confessa/lembra que não se tratava de médicos e sim de policiais, não se tratava de enfermeiras e sim de prostitutas, não se tratava de um hospital e sim de seu pai falecido na cama de um bordel. Ao lembrar-se dessa “verdadeira história”, a paciente enfim, envergonhada, retoma a visão.

Mas por que a paciente não se lembrou logo da verdadeira cena? Por que resistiu a ela? E por que ficou tão envergonhada ao lembrar?

A análise das resistências passou então a ser o foco fundamental na técnica psicanalítica.

O fenômeno ligado à resistência e que já aparecia como protagonista para a psicanálise é a repressão. A repressão está na base da formação do sintoma, na medida em que é a força que atua diante do acontecimento traumático desencadeador do sintoma. Mas como o fenômeno da resistência está ligado ao fenômeno da repressão? O que as primeiras pesquisas freudianas concluíram é que, quando algo, um acontecimento, parece excessivamente pertur-

bador para a vida psíquica de alguém, esse acontecimento é reprimido, isto é, fica esquecido, fora da consciência. Porém, esse algo perturbador tende a querer mostrar-se. Mostra-se nas formas que Freud denominou “formações do inconsciente”, que são os sonhos, os atos falhos, os chistes e os sintomas. Não se mostram diretamente porque a mesma força que agiu para causar a repressão também impede a lembrança de vir à tona. O nome dessa força que a impede de vir à tona é resistência.

Então, mais importante do que a lembrança, a recordação em si, é entender essa força que tanto reprime como resiste.

Freud abandona a hipnose, e então podemos falar da psicanálise propriamente dita. Ele adota a técnica da associação livre, porém, num primeiro momento, ela ainda está bastante vinculada à ideia de chegar, de encontrar o momento traumático desencadeador do sintoma, e também desvendar a censura, isto é, a resistência.

E por que se tornou tão importante desvendar a resistência? Porque ela é o que diz o que para um sujeito tem o valor de traumático e, nesse sentido, de causa do sintoma. Voltemos à segunda cena do filme, descrita acima. Por que a paciente resistiu à verdadeira lembrança? Porque a ideia de seu pai estar morto e morrer numa cama de bordel pareceu-lhe insuportável. E por que a paciente perdeu a visão? Porque ter visto o pai morto numa cama de bordel pareceu-lhe insuportável. Assim, constatamos que a força, ou melhor, o conteúdo, a ideia que opera tanto na repressão como na resistência é a mesma.

Em *Efectos terapéuticos rápidos*, Miller (2005) traz um conceito de trauma. Ele diz que um traumatismo acontece quando um fato entra em contradição com um dito, um dito essencial na vida de um sujeito. O fato é o acontecimento propriamente dito. O dito é a verdade, a identificação na qual um sujeito está ancorado. A resistência mostra então em que verdade o sujeito está ancorado. Podemos dizer então que o dito é uma resistência neurótica ao fato.

Assim, podemos dizer que o “recordar ideal” do que foi esquecido, que ocorreria com o auxílio da hipnose, corresponderia a um estado no qual a resistência fora deixada de lado, não permitindo desvendar as verdades em que um sujeito está identificado.

Mas como esse “ideal” não se deixa apreender, Freud passou a dar importância para este novo elemento, a resistência. E ela deve ser então contornada com o auxílio do analista, através da interpretação.

Em um momento mais avançado ainda na técnica freudiana, ele abandona também o foco no momento traumático, deixando a fala do paciente mais



livre. "Contenta-se em estudar tudo o que se ache presente, de momento, na superfície da mente do paciente" (FREUD, 1914, p. 165).

Nesse novo momento clínico, Freud segue utilizando a interpretação para identificar a resistência do paciente. Ele revela as resistências desconhecidas pelo paciente. Trata-se de ir preenchendo as lacunas na memória com as lembranças possibilitadas pela superação da resistência. Freud percebeu que, no lugar do que fora esquecido, muitas vezes aparecem as "lembranças encobridoras", como no exemplo anterior do filme. Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, essas falsas lembranças trazem marcas que possibilitam chegar até as esquecidas. Têm a mesma relação do conteúdo manifesto do sonho com o conteúdo latente. E o mesmo se pode dizer a respeito da mentira.

Além da insolubilidade do sintoma, outra consequência da impossibilidade de recordar é a atuação, que nomeamos como *acting out*. O paciente acaba repetindo em ação, em movimento, aquilo que ficou esquecido. O elemento traumático não aparece na forma de lembrança, mas em ação. Porém, "repe-te-o, sem, naturalmente, saber que está repetindo" (FREUD, 1914, p. 165).

No texto freudiano "Recordar, repetir e elaborar", como já dito anteriormente, aparece a importante expressão "compulsão à repetição", que será elevada ao status de conceito no texto de 1920, "Além do princípio do prazer". Podemos dizer que quanto maior a resistência, maior a compulsão à repetição. Quanto mais difícil for simbolizar em palavras, mais aparecerá a repetição no concreto dos atos. No texto de 1920, Freud utiliza uma brincadeira infantil para explicar a compulsão à repetição, que ele denominou "*Fort-Da*". A criança joga repetidas vezes o carretel de linha até um ponto em que ele fica ausente de seu campo de visão, e depois puxa-o de modo a vê-lo, festejando o aparecimento. Essa brincadeira marca a possibilidade do início da simbolização da presença/ausência.

E o que o paciente repete? Ele repete suas inibições, atitudes inúteis, traços patológicos, sintomas. A repetição traz o passado para o presente em forma de ato e não em palavras. E como está no presente, deve ser tratada como uma força atual.

A transferência, importante fenômeno da clínica psicanalítica, é um aspecto dessa repetição. O próprio nome, transferência, já sugere a ideia de repetição. A transferência nada mais é do que uma repetição do passado.

No começo de uma análise, sob a transferência levemente positiva, tudo prospera. As lembranças aparecem e logo tomam o espaço dos sintomas pa-

tológicos. Mas, no decorrer da análise, sob uma transferência mais intensa e mesmo hostil, essas recordações podem acabar dando lugar às atuações.

Segundo Freud, (1914, p. 167) “o paciente retira do arsenal do passado as armas com que se defende contra o progresso do tratamento – armas que lhe temos de arrancar, uma a uma”. Assim, o esforço do analista consiste em fazer com que as recordações apareçam na forma de palavras ao invés da atuação. A análise marca a existência dessa repetição, que muitas vezes não é perceptível pelo paciente. É ao que se dirige a manobra transferencial, fazer o paciente recordar ao invés de repetir.

Se bem sucedido, o tratamento analítico alcança substituir a neurose comum pela neurose de transferência, da qual se pode ser curado pelo próprio processo analítico, (porque) a transferência cria uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetivada. (FREUD, 1914, p. 167)

O primeiro passo é o analista, através da interpretação, dar a reconhecer a resistência e possibilitar que o paciente se familiarize com ela. Mas esse não é todo o trabalho analítico. Dar nome à resistência pode não resultar em sua cessão imediata. Deve-se dar tempo ao paciente para que ele conheça melhor essa resistência com a qual acabou de se familiarizar para elaborá-la, e enfim superá-la. Esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito em análise, e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão (Idem, p. 171).

Curar apenas o sintoma, como se fez nos primórdios da psicanálise e se faz em algumas técnicas terapêuticas, deixa intacta a resistência, e por isso novos sintomas aparecem como repetição. A cura não pode ser outra senão a da própria resistência, que poderíamos também nomear como identificação, ou modos de gozo.

À medida que um paciente fala, conta suas histórias, aparecem as lacunas, furos, que parecem nunca passíveis de serem preenchidos pelas palavras. Lacan diz que em torno desse furo (a que podemos dar o nome de objeto *a*) se produzem as repetições. Esse furo é o motor da cadeia de repetições e rememorações. O trabalho do analista consiste em romper essa cadeia, permitindo o aparecimento do furo. Aí há a possibilidade da elaboração, do aparecimento do novo.



Referências

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII. p. 159-171.

_____. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII. p. 13-85.

FREUD além da alma. Direção: John Huston. Produção: Universal Pictures. Intérpretes: Montgomery Clift, Susannah York, Larry Parks e outros. Roteiro: Wolfgang Reinhardt e Charles A. Kaufman. EUA: Universal Pictures, 1962. 1 DVD (162 min.), Preto e branco.

MILLER, Jacques-Alain. **Efectos terapéuticos rápidos**: conversaciones clínicas com Jacques-Alain Miller em Barcelona. Buenos Aires: Paidós, 2005.

Resumo Trata-se de uma leitura do texto freudiano "Recordar, repetir e elaborar", em que se dá ênfase ao conceito de resistência, articulando-o com elementos da formação do sintoma e do tratamento analítico.

Palavras-chave Resistência, formação do sintoma, tratamento analítico.

Abstract This is a reading of Freud's text "Remembering, repeating and working-through" which emphasizes the concept of resistance, combining it with elements of the formation of symptoms and the psychoanalytic treatment.

Keywords Resistance, formation of symptoms, psychoanalytic treatment.



A DEBILIDADE GENERALIZADA NOS TEMPOS EM QUE VIVEMOS¹

MARIA TERESA WENDHAUSEN

Psicanalista, membro da EBP/AMP.

E-mail: mariatwend@gmail.com

Eu não sei se minha mãe estava certa ou se era o tenente Dan. Eu não sei se cada um tem seu destino ou só fica flutuando, por acaso, na brisa? Talvez sejam os dois, os dois aconteçam ao mesmo tempo. (Forrest Gump)

Tendo por tema de pesquisa a psicose ordinária, venho me ocupando do enunciado de Miller, “O Outro que não existe”, pois é a partir dele que, segundo Marie Hélène Brousse (2009), o autor trata das modificações na clínica dos sintomas, decorrentes das mudanças no discurso do mestre. Para Brousse, este discurso muda no curso da história.

Miller desenvolve, com Eric Laurent, em 1996, um seminário justamente com este título, “O Outro que não existe e seus comitês de ética”. Na lição II, “A conversação dos débeis”, anuncia que vão abordar as patologias contemporâneas da identificação e que se perguntaram o que acontece com a identificação quando o Outro não existe.

Segundo Miller, no ensino de Lacan, a referência I(A) tende a desaparecer, e encontramos sua nova versão no que se chama “o significante amo”, S_1 . “Este S_1 é mais equivalente a um I(A) barrado, ao que cai do ideal quando desapareceu tudo, o ideal sem o resto, sem o sistema, sem par” (MILLER, 2005, p. 38).

Conclui-se que o S_1 é I maiúsculo em épocas de desamparo, em tempos de discussão, em tempos da sociedade deliberante. Por fim, Miller propõe que, talvez, a sociedade deliberante seja uma sociedade de debilidade, e lança a seguinte proposição:

depois da sociedade de consumo, uma sociedade de debilidade. É que neste caso não só o sujeito flutua no discurso do Outro, senão que o próprio discurso do Outro é flutuante, pulverizado, fragmentário [...] talvez poder-se-ia

¹ Trabalho apresentado na VII Jornada da EBP-SC, “Um mundo mais feminino?”, com pequenas alterações





estudar uma sorte de debilidade generalizada na época do Outro que não existe. Os comitês de ética são em definitivo a conversação dos débeis, a conversação dos desconectados do discurso do Outro. Como já não há discurso do Outro, estamos obrigados a conversar, a discutir, deliberar, falar. (MILLER, 2005, p. 39)

A meu ver, o filme *Forrest Gump* (EUA, 1994, direção de Robert Zemeckis) mostra-nos muito bem as questões desenvolvidas no seminário citado.

O filme inicia e desenvolve-se quase até seu final com Forrest contando sua história a vários interlocutores que sentam ao seu lado num banco de uma parada de ônibus.

Diz que nasceu com um problema na coluna que, segundo seu médico, era torta como um galho. Isso fez com que precisasse usar um aparelho nas pernas.

Do seu nome, *Forrest Gump* conta que está ligado a um grande herói da guerra civil, general Nathan Bedford Forrest. “Ele fazia parte de um clube, Ku Klux Klan”. Sua mãe lhe disse que eram meio parentes. O nome Forrest, dissera-lhe a mãe, era também para se lembrar que fazemos coisas que não fazem sentido.

Quanto ao seu pai, a única referência em todo o filme aparece quando a mãe, querendo que ele estude a todo custo numa escola normal, e ele não tendo sido aceito naquela que ela escolheu, devido ao fato de seu QI estar abaixo da média estabelecida como admissível, insinua ao diretor que fará qualquer coisa para que Forrest aí ingresse. O diretor pergunta, então, se há um Senhor Forrest, e ela responde que ele está de férias. Após o diretor ter ido à casa da mãe de Forrest e ter estado com ela, Forrest pergunta a ela o que é “férias”. Ela se surpreende: “Férias?”. “Onde papai foi”, diz ele. “Férias é quando você vai a um lugar e nunca mais volta”, responde a mãe.

Forrest vai para a escola. No primeiro dia de aula, conhece Jenny, que será a partir daí sua amiga: “Jenny e eu éramos como pão e manteiga”. Na escola, com Jenny, é molestado por garotos que jogam pedras nele. Jenny diz a ele que corra. Com o aparelho nas pernas, sua corrida é bem difícil, porém, ao prosseguir, as amarras do aparelho se soltam e ele se põe a correr em grande velocidade. “Corri como o vento. Depois disso, se eu fosse a algum lugar, eu ia correndo”.

Já adolescente, estando novamente com Jenny na escola, é assediado por outros adolescentes. Jenny lhe diz outra vez que corra. Enquanto corria para escapar dos adolescentes que o perseguiam, Forrest entra num campo onde

estão jogando futebol americano. A velocidade dele é notada pelo técnico da seleção de uma universidade. Ele é recrutado para jogar futebol e, assim, entra na universidade. Após cinco anos jogando futebol, ganha um diploma universitário.

Após a universidade, Forrest alista-se no exército e é enviado para a guerra do Vietnã. Lá, sua tropa sofre um ataque dos vietnamitas e, durante um confronto, Forrest consegue salvar vários de seus camaradas. No entanto, seu amigo Bubba, que conheceu no exército, falece nessa batalha. Esse amigo, de uma família que pescava e preparava camarão, tinha lhe convidado, quando a guerra acabasse, para comprar um barco para juntos pescarem camarão.

No hospital onde se recuperam os feridos de guerra, Forrest aprende a jogar tênis de mesa. De sua participação na guerra, recebe uma medalha de honra ao mérito. Quando sai da cerimônia de entrega das medalhas, há nas ruas uma grande manifestação contra a guerra do Vietnã. Entra numa fila, porque lhe dizem para entrar. É a fila dos que vão discursar na manifestação contra a guerra. Ele está fardado. Chega sua vez, pedem que conte sobre a guerra. Quando vai tomar a palavra um militar desliga o som, de modo que não o escutam.

Não volta para o Vietnã, vai jogar tênis de mesa pela equipe americana e vai para a China. Novamente, recebe uma medalha de honra ao mérito. É entrevistado na TV junto com John Lennon.

É convidado para visitar a casa branca, onde antes também estivera pela seleção de futebol americano, por fazer parte agora da equipe americana de tênis de mesa. É recebido pelo presidente Nixon, que pergunta a Gump onde ele está hospedado, e então lhe oferece um hotel muito melhor, que era o complexo de escritórios e hotel de Watergate.

Gump tem baixa do exército e vai para casa. Pelo sucesso que fez como jogador de tênis de mesa, é convidado por um fabricante de uma determinada marca de raquete a fazer propaganda de seu produto. Ganha, assim, o dinheiro que lhe possibilitará comprar o barco para pescar camarão, tal como tinha combinado com seu amigo que morreu.

Novamente, por uma ironia do destino, que é como tudo parece acontecer na vida de Forrest, há uma tempestade que destrói todos os barcos de pesca da região onde ele está pescando, só ficando o dele. Assim, o camarão, que era muito escasso, torna-se abundante e os dois enriquecem, ele e o Tenente Dan, seu comandante no Vietnã que a ele se juntou, com a empresa de camarão Bubbagump.

Morre a mãe de Gump. Jenny, que tinha muitas vezes saído e entrado na vida dele, volta e fica em sua casa. Convivem por um tempo. Ela lhe dá um tênis. Ele pede Jenny em casamento; ela não aceita, mas dormem juntos. Fazem sexo. Na manhã seguinte, ela vai embora sem nada dizer. A ausência de Jenny faz-se sentir, e ele, então, conta-nos que naquele dia, sem nenhuma razão especial, começou uma pequena corridinha. Forrest corre o mundo por anos. Nesse ínterim, vira notícia. Os repórteres o seguem. “Por que está correndo?”, perguntam, “Pela paz mundial? Pelos direitos da mulher?”. “Eles não podiam acreditar que alguém corria tanto sem nenhuma razão especial”, diz-nos Gump. Pessoas passam a segui-lo, como a um guru.

Um dia, sem mais nem menos, Forrest para, e os que o seguem esperam, então, que ele fale algo. Porém, o que diz é que está muito cansado e que vai para casa. Mais uma vez, na hora de tomar a palavra, de algum modo isso não acontece. Podemos pensar que Gump não tem um lugar desde o qual pode tomar a palavra? De alguma maneira, é parte integrante dos grandes acontecimentos entre as décadas de 50 e 70, como o escândalo de Watergate, e, de alguma forma, tem relações com as figuras mais emblemáticas deste período – Elvis Presley, John Lennon, Nixon, etc. –, sem que, contudo, isso tenha para ele o menor valor. É como nos diz: “como sempre eu estava correndo para chegar aonde eu estava indo. Nunca achei que ia para lugar nenhum”. Assim como entra, sai das coisas. É como se nada efetivamente o tocasse, como se fosse impermeável, tal qual a pena que voa ao sabor do vento no início e no final do filme. Enfim, ele flutua, flutua nos lugares que lhe são dados pelo outro: corredor, criador de camarão, jogador de futebol americano, etc. Como nos diz, por alguma razão, encaixou-se muito bem no exército: “O que você faz aqui, Gump?”, pergunta seu superior, quando aí está. “Tudo que o senhor mandar”, responde Gump. De fato, ele é guiado pelo outro, pelo que o outro lhe diz que faça.

Conversa, então, com sua última interlocutora, contando-lhe que recebeu uma carta de Jenny pedindo a ele para ir visitá-la.

Com Jenny, ela lhe anuncia que o nome do garoto que está com ela é Forrest. Ele diz: “igual ao meu nome, o pai dele é Forrest também?”. “Você é o pai dele”, responde Jenny.

Jenny está doente e Forrest a convida para que ela e o pequeno Forrest morem com ele. Jenny o pede em casamento. Casam-se, e ela morre a seguir. Ele fica com o pequeno Forrest, de quem se ocupa.

Bem, vou eleger, entre tantos pontos que considero importantes neste filme, aquele que mais me chamou a atenção. Trata-se da aparente “ingenuidade” e do “alheamento” de seu protagonista, que estão presentes nas mais diversas formas: quando se refere ao pai de Jenny, que dela abusava sexualmente, diz que era um homem carinhoso que sempre beijava e tocava suas filhas; quando Jenny vai morar com a avó, devido ao que acontece com o pai, remete ao que a mãe fala sobre Deus: que é misterioso, pois fez a polícia dizer que Jenny devia morar com a avó; quando Jenny é expulsa da universidade por posar na Playboy com o blusão da faculdade e vai para uma boate onde toca violão e canta seminua, acha que ela realizou seu sonho. A mesma posição aparece em relação aos comentários que faz de John Lennon, Kennedy, etc. Enfim, em todas essas situações aparece, a meu ver, uma posição desse sujeito frente à castração: é como se ela não existisse para ele. Sua relação com a mãe mostra-nos isso: para ele, ela era uma mulher que sabia das coisas; por diversas vezes, remete às falas de sua mãe, que guiam sua vida.

Henri Kaufmanner, no artigo “Debilidade ou loucura” (2011, p.112), no qual desenvolve a diferença destas duas posições, afirma que “na chamada debilidade mental, poderíamos dizer que ali onde o Outro falta, diferentemente da solução paranoica da produção do saber delirante, o débil não quer saber. Ele se recusa a saber de sua falta-a-ser, sustentando em S1 uma verdade que se esquivava do equívoco do significante.” Suzana Barroso (2007, p.52) permite-nos melhor entender do que aí se trata quando explica que “o sujeito débil é aquele que flutua entre dois discursos, que se fixa em um saber absoluto e assim deixa de fazer um movimento de inclusão ou entrada em um dos discursos. Ele permanece fixado à verdade de determinado significante ao qual se apega, construindo um todo ou um uniano (traço uniano)”.

Ainda no mesmo artigo, Henri propõe que, na contemporaneidade, com o declínio do sentido, ou mesmo com o declínio do delírio, haveria um aumento da prevalência da debilidade, seja nas psicoses ordinárias, seja nas novas formas sintomáticas em que a neurose se apresenta.

Aí parece situar-se o que propõe Miller em termos de uma debilidade generalizada nos tempos em que vivemos.

Voltando ao filme, poderíamos dizer que as diversas identificações de Forrest Gump são S1: corredor, criador de camarão, jogador de futebol, jogador de pingue-pongue, todas ao acaso em sua vida e todas vindas do outro. É guiado pelo outro que ele segue. Ele segue! É o que vemos quando diz à senhora que é sua interlocutora, da época em que corria: “quando sentia fome,



comia; quando cansado, dormia; e quando tinha que ir, você sabe, eu ia!”. Ia ao sabor do vento. Isso nos evoca, novamente, a pena que voa no início e no final do filme. Será que é possível pensar este como sendo um modo de “fazer-se um corpo” quando o Outro não mais existe?

Referências

BARROSO, Suzana. Angélica: a débil? **Curinga**, Belo Horizonte, n. 25, p. 49-53, 2007.

BROUSSE, M. H. A psicose ordinária à luz da teoria lacaniana do discurso. **Latusa Digital**, Rio de Janeiro, n.38, p.1-16, set. 2009. Disponível em: <http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_38_a1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2015.

KAUFMANNER, Henri. Debilidade, loucura e a escolha da psicanálise. **Curinga**, Belo Horizonte, n. 32, p. 107-114, 2011.

MILLER, Jacques-Allain. **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

FORREST Gump: o contador de histórias. Direção de Robert Zemeckis. Produção de Wendy Finerman, Steve Tisch, Steve Starkey. EUA: Paramount Pictures, 1994. 1 DVD (142 min).

Resumo Este artigo trata, a partir da pesquisa sobre a psicose ordinária e tendo como pano de fundo o filme *Forrest Gump* (EUA, 1994), das modificações da clínica dos sintomas decorrentes da mudança do discurso do mestre. Parte, para tanto, do enunciado de Jacques Alan Miller, “O Outro que não existe”.

Palavras-chave Psicose ordinária. Debilidade mental. Corpo.

Abstract This article approaches the modifications in the clinic of symptoms based on reaserches on ordinary psychosis due to the changes in the master’s discourse, and using as background, the movie *Forrest Gump* (USA, 1994), To do so, it starts with Jacques-Alain Miller’s statement “The Other who doesn’t exist”.

Keywords Ordinary psychosis, mental debility, body.





p

politica







REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL. QUE SOLUÇÃO É ESSA?

OSCAR REYMUNDO

Psicanalista, membro da EBP/AMP.

E-mail: reymundo@floripa.com.br

Constatamos todos os dias que os dispositivos que regulam as relações entre os sujeitos já não funcionam como em outros tempos. Os valores que sustentavam a estrutura social e familiar têm perdido a consistência e operabilidade de outrora, com o conseqüente debilitamento e ruptura dos laços sociais que ligam o sujeito ao Outro. Estamos em um momento da civilização global no qual o imperativo que empurra ao gozo do consumo, com sua delirante promessa de felicidade plena e duradoura, não faz senão precipitar o próprio sujeito na condição de mais um objeto de consumo. Resgato, para esta reflexão que hoje nos convoca, uma expressão de Philippe Lacadée (2011, p. 8) que caracteriza a adolescência como “a mais delicada das transições” de uma vida, caracterização que muito me auxilia para situar a vulnerabilidade própria da adolescência, com sua tendência ao imediatismo e à passagem ao ato, que faz com que, neste momento particular do capitalismo, sejam os adolescentes os seres falantes que ficam mais expostos, e tantas vezes sem recursos, perante a fragilização da lei que funcionava interditando e orientando o gozo de cada um. Um dos efeitos mais evidentes dessa exposição é a impossibilidade, para tantos jovens, de “se amparar em um relato simbólico que lhes daria certa imagem valorizada ou lhes daria o valor de si próprios” (Ibidem). É nessa ausência de relatos que o silêncio da pulsão se faz ouvir de modo tantas vezes devastador.

Neste panorama atual de empuxo ao gozo desenfreado, não é de estranhar que a admissibilidade da proposta de redução da maioridade penal fora aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados e, portanto, a Proposta de Emenda Constitucional 171 esteja tramitando para ser votada, sob os protestos de uns e os gritos de júbilo de outros que pedem e esperam que jovens, entre 16 e 18 anos, passem a ser julgados e condenados à cadeia como adultos. A justificativa para esta decisão apoia-se na necessidade de buscar uma ‘correspondência’ entre as condições do delito e

a gravidade das punições, uma vez que os partidários da redução da maioridade penal avaliam que as sanções socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente muitas vezes não guardam essa 'correspondência' entre delito e punição.

A pergunta impõe-se: perante os efeitos da queda selvagem do Outro, que solução é essa que se pretende veicular através da emenda? Ou deveríamos pensar que, antes que uma solução, a emenda está mais do lado da velha *Lei de Talião*, que exige a reciprocidade do crime e da pena? Olho por olho, dente por dente: um modo de nomear o gozo da vingança. Será que algum dos legisladores que votarão a favor da emenda está apostando mesmo que, nos tempos da implosão da autoridade tradicional e do conseqüente transbordamento de gozo, o laço social que predomina nos cárceres do Brasil pode ser um ponto de ancoragem para esse transbordamento? Que orientação há nessa emenda para tratar a dor de existir dos adolescentes que, uma vez identificados com o objeto dejetivo, não sabem por que, nem como, e nem mesmo para quem nasceram?

O projeto de redução da maioridade penal dá provas de que os adolescentes infratores, violentos e enlouquecidos têm se tornado uma alteridade incompreensível para a racionalidade do burocrata da eficiência, da estatística e dos critérios de utilidade, com os quais se pretende poder determinar a racionalidade ou a irracionalidade do comportamento de tantos adolescentes que avançam às cegas e sem perspectiva num mundo que lhes permanece opaco.

A cada dia, torna-se mais pateticamente claro que o gozo, essa parte indizível que desde cedo na vida agita os corpos e os pensamentos, não se deixa tomar por essa lógica utilitarista com a qual se quer legislar. Que legislador ou jurista não sabe, hoje, que na sua repetição o gozo recusa o valor dissuasivo da pena? Será que ainda existe algum governante, legislador, jurista, algum pai, mãe, educador, algum padre, pastor, algum especialista psi, algum psicanalista que ainda não tenha se confrontado com o impossível de governar, de socializar, de educar, de curar, de catequizar, de legislar ou de analisar? Certamente, todo mundo já se confrontou com esses impossíveis, com os próprios e com os alheios, e, certamente, muitos os interpretam com essa ponta de desprezo paternalista próprio de quem acredita falar a verdade.

Estamos em um momento da civilização no qual vemos projetar-se um mundo sem sujeito. A particularidade da clínica psicanalítica situa-se, precisamente, na produção do sujeito. É isto que o analista produz quando produz

o inconsciente: o sujeito como resposta do real. Lacan faz referência a essa operação destacando a dimensão ética que ela comporta. Ele diz: “De nossa posição de sujeito somos responsáveis” (LACAN, 1987, p. 837). E, hoje, enquanto se debate a diminuição da idade de imputabilidade, o discurso jurídico trabalha em cima de uma noção de adolescência na vertente de quem é responsável enquanto imputável e de quem não é. Na lógica jurídica, a imputabilidade de um ato reprovável supõe um indivíduo que, sendo capaz de dirigir suas ações, tem, no momento do ato, as condições que lhe permitem compreender conscientemente a criminalidade desse ato. De outro lado, a categoria de inimputável significa que o Outro social não outorga ao indivíduo crédito algum sobre sua capacidade para dirigir suas ações e, então, o supõe não responsável, desamarrando, deste modo, a ordem normativa social da ordem normativa subjetiva, e deixando, assim, o indivíduo por fora do laço social. Como determinar, então, um castigo para um sujeito a quem não se supõe responsabilidade? A dificuldade para definir um castigo coloca-nos um problema ético, uma vez que é justamente o castigo o que pode produzir algum efeito em uma posição subjetiva. A responsabilidade subjetiva implica em um sujeito do inconsciente, quer dizer, havendo determinação inconsciente, há responsabilidade. Em outras palavras, o sujeito é responsável por isso que desconhece de si, isto é, as motivações de um ato podem não ser acessíveis à consciência e podem ser alheias ao sujeito, mas não por isso o isentam de responsabilidade. Desta perspectiva, o sujeito sempre é imputável, não já moralmente, como no caso da responsabilidade jurídica, mas eticamente.

Na *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, Lacan fala da relação entre culpa e responsabilidade. Ele diz: “Toda sociedade manifesta a relação entre o crime e a lei através de castigos cuja realização [...] exige um assentimento subjetivo” (LACAN, 2007, p. 130). Mais tarde, ele esclarece que esse assentimento subjetivo é necessário para a significação mesma do castigo. Assim, o assentimento subjetivo do castigo é a responsabilidade, e não a necessidade de castigo vinda do supereu. Quer dizer que o castigo fica do lado do sujeito como assentimento subjetivo. Isso requer um trabalho que visa significar a punição, como uma alternativa ao modelo *standard* de castigo que o discurso jurídico impõe e no qual a pena está tipificada. Em outras palavras, trata-se de oferecer ao sujeito a possibilidade de passar de um fazer sem palavras ao dizer sobre seu ato, passagem que poderá ser feita através de um trabalho que lhe permita desdobrar sua própria lógica para

poder encontrar algo do mundo simbólico onde inscrever e dar sentido ao ato delitivo realizado, para assim poder responsabilizar-se desde sua posição subjetiva. Para finalizar, direi que para a psicanálise um sujeito é maior de idade quando assume a responsabilidade de querer saber sobre seu gozo mais íntimo para imprimir nele outra direção. Neste ponto, é necessário dizer que nem sempre o sujeito está em condições de produzir uma invenção própria para domesticar seu gozo. Essa invenção, que na psicanálise chamamos de sintoma, é o que permite ao sujeito tanto produzir um saber sobre seu gozo, quanto fazer algo diferente com ele, não já de modo autista, desvinculado dos outros e devastador, mas no laço social com outros. A prática psicanalítica ensina-nos que nosso ato analítico é limitado e que estamos longe de poder oferecer o tratamento para todos os males, mas também nos ensina que, no íntimo trabalho realizado nessa parceria entre o analista e o analisando, é possível encontrar uma nomeação precisa que permita um arranjo mais pacífico do sujeito com seu gozo, arranjo que permita passar da culpa à responsabilidade, única forma de estabelecer uma relação entre culpa, lei, amor e inconsciente.

Referências

LACADÉE, Philippe. **O despertar e o exílio**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

LACAN, Jacques. Introducción teórica a las funciones del psicoanálisis en criminología. In: _____. **Escritos 1**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007.

_____. La ciencia y la verdade. In: _____. **Escritos 2**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1987. p. 834-856.

Resumo Na *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, Lacan fala da relação entre culpa e responsabilidade. Ele diz: “Toda sociedade manifesta a relação entre o crime e a lei através de castigos cuja realização [...] exige um assentimento subjetivo”. Mais tarde, ele esclarece que esse assentimento subjetivo é necessário para a significação mesma do castigo. Assim, o assentimento subjetivo do castigo é a responsabilidade, e não a necessidade de castigo vinda do supereu. Isto quer dizer que o castigo fica do lado do sujeito como assentimento subjetivo.

Palavras-chave Responsabilidade, assentimento, castigo.



Abstract In the *Theoretical introduction to the functions of psychoanalysis in criminology*, Lacan discusses the relationship between blame and responsibility. He says: “Every society manifests a relationship between crime and law through punishment, which to be acted upon requires a subjective acquiescence.” Later he clarifies that this subjective acquiescence is necessary for the very meaning of punishment. Thus, the subjective acquiescence of punishment is the responsibility and not the necessity of punishment coming from the superego. Meaning that punishment resides beside the individual as a subjective acquiescence.

Keywords Responsibility, acquiescence, punishment.





SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA LEITURA DE “POR QUE A GUERRA?”, DE SIGMUND FREUD

RAFAEL CAETANO CHEROBIN

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Aluno do Curso de Formação em Psicanálise da Orientação Lacaniana (EBP-SC).

Email: rafaelcherobin@hotmail.com

Poucos temas de caráter político persistem com tanta vivacidade em meio à população como a discussão sobre a redução da maioridade penal. Contudo, acreditamos que a razão de sua proeminência atual, ao contrário do que se poderia pensar, não se deve tanto à sua importância em relação ao problema da violência ou ao fato de ser um assunto mais palpável ao leigo, mas, antes, em razão de tangenciar justamente os cânones sob os quais nossa ordem social e jurídica foi construída, isto é, por tocar no substrato que reflete a dominação de uns sobre outros na sociedade brasileira, de que o Direito é parte intrínseca.

Por conseguinte, não entraremos aqui no mérito dos diversos argumentos “pró” e “contra” a redução da maioridade penal, nem tocaremos na difícil questão de avaliar sob qual idade alguém pode ser considerado um inimpunível. Do mesmo modo, não iremos propor nenhuma posição intermediária para o problema, como a de ampliar o tempo de internação de menores nos casos mais graves e violentos. Assim procedemos porque, se estamos corretos em nossa avaliação, a redução da maioridade penal é uma resposta demasiadamente simples para um problema complexo, refletindo, antes, a esperança - ou o desespero - que recai sobre o Direito Penal num país oligárquico e ainda marcado por uma desigualdade desumana. Aliás, não deixa de ser surpreendente observar que o problema da violência seja pensado reiteradamente a partir de comparações estatísticas e jurídicas com países do centro do capitalismo global.

Feitas tais ressalvas, aquilo que realmente nos parece pertinente passa a ser a compreensão de quais razões obscuras realmente figuram em tal proposta de lei. E, na tentativa de captar tal idiosincrasia jurídica, de um modo



um tanto ousado, propomos uma breve ontologia do Direito, que tentamos extrair da leitura das cartas trocadas entre Albert Einstein e Sigmund Freud em 1932, por ocasião de uma proposta da Liga das Nações e de seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que visava promover a interlocução entre grandes pensadores sobre questões que fossem cruciais à humanidade (FREUD, 1976). Em uma dessas cartas trocadas então, Einstein propõe uma pergunta direta e objetiva: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”, ao que Freud tenta responder a partir de três constatações.

A primeira delas é a de que o Direito, ainda que seja considerado pela maioria das pessoas como uma ferramenta esperançosa à paz, é, antes de tudo, um derivado da violência, e não a sua antítese. Pois ocorre que se, por um lado, a materialização do Direito difere de uma situação de anomia, isto é, da total ausência de regras, onde valeria o poder dos mais fortes de matar ou escravizar os mais fracos, por outro lado, é também verdade que o Direito apenas representa a passagem da resolução dos conflitos pelo uso individual e difuso da violência, para um uso coletivo e centralizado da mesma, ou seja, autorizado em certas circunstâncias e concretizado por pessoas competentes que representam a comunidade, tudo conforme previsto em lei. Todavia, assim sendo, a ordem jurídica, que regula e permite a união não-violenta entre indivíduos, somente funciona porque legitima justamente a coerção da comunidade contra aqueles que se voltam contra ela, o que significa dizer, em outras palavras, que existe uma relação inexorável entre Direito e violência.

A segunda constatação é a de que uma comunidade somente pode ser duradoura se houver um grau mínimo de identificações e de vínculos emocionais entre seus membros, assim como o reconhecimento de interesses comuns. Por outro vértice, não é também difícil deduzir de tal assertiva que quanto mais as leis apenas representarem grupos particulares dentro da comunidade, que, ademais, tendem a se identificar conforme seus interesses, mais os grupos prejudicados também se inclinarão a se identificar entre si, e, possivelmente, tentarão modificar as leis, gerando antagonismos dentro da comunidade. Por conseguinte, conclui-se que o Direito será a expressão dessa correlação de forças reais entre os grupos, o que pode se tensionar a todo instante; quando o conflito entre eles não se resolve através de acordos ou por meio de mudanças na cultura, a violência inevitavelmente se desencadeará. Neste caso, aqueles que estão no poder ficarão propensos a suspender

o Direito quando necessário, até que um grupo saia vencedor ou até que se reequilibrem as forças existentes.

Finalmente, a terceira constatação relaciona-se com a noção de pulsão de morte, o que explicaria as tendências humanas à agressividade e à destruição. Quando esse componente pulsional se volta para fora, ele pode levar à guerra e à violência. Já quando se volta para dentro, dá origem à culpa superegóica e, ao contrário, pode ser um antídoto contra a guerra e a violência, na medida em que as rebaixa esteticamente e as torna insuportáveis aos pacifistas.

Retira-se das constatações freudianas, portanto, que duas coisas contribuem essencialmente para a estabilidade da comunidade e do Direito: a força coercitiva e os vínculos emocionais e identificatórios entre os membros. E, além disso, acrescenta-se que a pulsão de morte, quando voltada para dentro, através do supereu, de certa forma também contribui, na medida em que arrefece a violência - ainda que o excesso nessa reversão para dentro também possa nos fazer padecer das psiconeuroses.

Agora, voltando à temática da redução da maioria penal, gostaríamos de sublinhar três pontos que as colocações de Freud nos fizeram pensar.

O primeiro deles é a discrepância entre a leitura de realidade freudiana, ainda que carente de uma análise sociológica, e o discurso liberal dominante de nossos dias, que pinta o chamado Estado Democrático de Direito, sempre combinado ao capitalismo, como uma fórmula universal - não é por menos que já se pôde até declarar o fim da história. Ou seja, todo discurso crítico, nesse sentido, passa a ser imediatamente traduzido como populismo e anacronismo, ainda que, na contramão dessa ótica totalizante, que domina os principais meios de comunicação, torna-se também cada vez mais perceptível às pessoas que os meios convencionais de se fazer política são insuficientes atualmente, de modo que o Estado Democrático de Direito se tornou hoje tanto uma ideologia dos poderosos como uma reivindicação dos oprimidos.

O segundo ponto é que, se o direito diz respeito a uma violência autorizada pela comunidade, e se essa comunidade está cindida em grupos de poder, então o Direito é sempre a expressão de parte dela, e não dela como um todo. Assim, quando observamos os ânimos exaltados em relação ao debate sobre a redução da maioria penal, convém-nos perguntar se a proposta realmente visa ao universal, ou se, não obstante a igualdade de todos perante a lei, no mundo real, ela recairá com mais ênfase sobre alguma camada específica da sociedade. Sustentamos que os recentes dados sobre a população carcerária



do Brasil respondem à indagação, até porque nem sempre a violência estatal precisa se dirigir contra grupos organizados e rivais, mas pode ser também disseminada contra certas minorias ou contra as camadas mais marginalizadas e desprotegidas, que se tornam as inimigas a serem combatidas. Enfim, o núcleo da questão aponta para o seguinte dilema ético: se os altos índices de violência resultam de desvios individuais de jovens criminosos, que apenas por coincidência são na sua maioria pobres e negros, então a proposta de lei realmente tem um caráter universal e supraclassista; em contrapartida, se os altos índices de violência possuem uma dimensão social, que por uma série de razões afeta a vida individual, então parece que o legislador, incapaz de tocar no cerne do problema, visa seletivamente à possibilidade legal de se encarcerar um grupo socialmente excluído, a saber, a mesma juventude pobre e negra. Em suma, ou a responsabilidade é toda individual, ou é também social. E, embora uma não exclua a outra necessariamente, em nossa análise constatamos que tem prevalecido politicamente a primeira posição que, no entanto, consideramos superficial, pois através dela ficamos imobilizados e apenas podemos pedir por mais repressão. Todavia, repressão no país já existe, através das torturas, das execuções sumárias, do tratamento execrável nas penitenciárias, dentre outras práticas paralegais que, apesar da severidade, são incapazes de pôr fim à criminalidade.

Já o terceiro e último ponto deriva de uma passagem em que Freud salienta que muitas das atrocidades cometidas na história da humanidade foram consubstanciadas em motivações idealistas, enquanto a pulsão de morte teria facilitado e atribuído certa satisfação a tais atrocidades. Ora, não é difícil entender a partir daí por que devemos temer as pessoas que se dizem de bem, pois num movimento só elas são capazes de obter uma dupla satisfação, a da pulsão destrutiva dirigida para fora e a da obediência superegógica dirigida para dentro, combinando-se moralismo e violência, justiça e vingança. E, sabemos, outrossim, o quanto é difícil alguém desistir de seus modos de gozo, especialmente quando ele é validado socialmente e coberto pelo Grande Outro.

Por fim, resta acrescentar que quando, aqui, buscamos pensar criticamente o assunto, não se está tentando desonerar a responsabilidade individual ou romantizar e legitimar a tragédia da criminalidade no Brasil, nem fechar as portas para o debate ou para eventuais modificações na legislação. Entretanto, ao abordá-lo dentro de um contexto global da sociedade, não se pode deixar de ter a impressão de que a irracionalidade que tomou conta

da questão reflete uma mistura de violência de classe e de ódio biopolítico àqueles que supostamente atrasam o progresso brasileiro, mas que, na verdade, não passam de partes intrínsecas do que aqui há de progresso, sobretudo se considerarmos que desenvolvimento e subdesenvolvimento se mesclam em nosso país. Desse modo, como um sintoma, que tanto mais volta ao Real quanto menos pode ser simbolizado ou emergir à consciência, no caso, à consciência política, trata-se daquilo que não se pode dizer nem ver, do peso-morto que sobrecarrega - como diria Darci Ribeiro (1995, p. 106) - esta máquina de moer gente que é o Brasil.

Referências

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? Tradução de Jayme Salomão. In: _____. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXII. p. 235-259.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Resumo O presente artigo procura pensar a temática da redução da maioria penal, hoje em voga no Brasil, a partir do texto “Por que a guerra?”, de Sigmund Freud. As elaborações freudianas nos permitiram estabelecer uma breve ontologia do Direito, conduzindo-nos a enxergar traços de violência e vingança nas atuais propostas de lei.

Palavras-chave Redução da maioria penal, Sigmund Freud, Violência.

Abstract This paper, supported by the book “Why war?”, by Sigmund Freud, approaches the reduction of criminal age, a topic which is currently being discussed in Brazil. The Freudian elaborations have enabled us to establish a brief ontology of law, leading us to detect traces of violence and revenge on current bills.

Keywords Reduction of criminal age, Sigmund Freud, Violence.



MAIORIDADE PENAL: QUE LEI É ESSA?

WALTER MARQUEZAN AUGUSTO

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Aluno do curso de psicanálise de orientação lacaniana da EBP-SC.

Email: wmarquezan@gmail.com

Enquanto eu pensava para escrever este texto, no dia 21/05/2015, recebi a notícia de que um conhecido distante, irmão de uma colega do colégio, havia atropelado um idoso que andava de bicicleta. Era 8:30 da manhã e o jovem, de 24 anos, estava alcoolizado. Do atropelamento resultou a morte do ciclista, mas tudo o que eu conseguia pensar com essa notícia era: “[que merda!] coitado desse guri; coitada da família desse guri”. E, como disse meu amigo que me deu a notícia: “ele é um guri bom!”.

Como a vida de uma pessoa pode mudar para sempre tão rápido... Na noite anterior, o rapaz estava bebendo, provavelmente se alegrando. Na noite seguinte, ele estava no presídio da cidade, com um indiciamento por homicídio. E tudo o que eu conseguia pensar era: “coitado desse guri que vai pra cadeia...” Perguntei-me: o que eu faria no lugar dele? Quantas vezes isso já poderia ter acontecido comigo? De onde ele estava, em Rio Grande, a menos de 200 km da fronteira com o Uruguai, ele poderia ter cruzado a fronteira e seguido viagem para onde quer que fosse. Viver uma vida nova, deixar tudo para trás, esperar que tudo passasse ou nunca mais voltar para o Brasil. Qual país extraditaria um rapaz pela morte de um idoso qualquer que andava de bicicleta de manhã cedo? Eu não conhecia o idoso. Que diferença faz para mim a notícia da sua morte? Todo dia pessoas morrem. Todo dia escuto, leio, vejo notícias de pessoas morrerem das maneiras mais violentas que o humano pode produzir. Que lei é essa que diz que não se pode matar alguém? Que lei é essa que vai mandar alguém que eu conheço para a prisão? Aquele lugar horrível e que transformará aquele “guri bom” pra sempre. O que morreu já está perdido, o guri bom tinha futuro... Não estou apenas exagerando os questionamentos, o que quero colocar é que senti uma profunda perda de referências.

E a relação com o Direito também pode ser essa. Uma relação de estranhamento. Enquanto o Direito se constitui em tese, ele é capaz de tudo. En-

quanto estamos longe do alcance material da ficção da lei, não há problemas. Não é porque existem códigos, ou pela doutrina dos juristas ou pelo nosso julgamento moral, que a nossa relação com a “lei em tese” deixa de ser imaginária. Caso eu não conhecesse esse guri, se ele fosse um desconhecido, eu não hesitaria em julgá-lo e dizer que, apesar de lamentável, a sua conduta foi altamente reprovável e por isso não há perdão frente ao Direito. Ele terá direito a um processo pautado pelas garantias constitucionais, à ampla defesa e ao devido processo legal, e assim responderá por um homicídio doloso.

Mas, como consentir com uma lei que cria situações em tese? Como consentir com um Direito que se funda na soberania?¹ Esse é o pressuposto epistêmico e o questionamento da minha fala. Quero tentar demonstrar que o tema que nos traz aqui hoje, a redução da maioria penal, também é atravessado por essa questão.

No Brasil, a discussão voltou com força com a recolocação em pauta da PEC 171/1993, que propõe alteração no art. 228 da Constituição Federal, reduzindo a maioria de 18 para 16 anos². Enquanto, no Uruguai, a população disse “não”, aqui existem muitos setores que apoiam a proposta de emenda. Essa moção é capitaneada por partidos conservadores, alguns integrantes da “bancada da bala”, e outras personalidades que almejam um incremento na sua projeção, como o presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha. O principal argumento é o da impunidade que supostamente acoberta os menores de 18 e maiores de 16 anos; o principal afeto político declarado é o medo.

Certamente, muitas das razões que reforçam o discurso que incentiva a redução da maioria penal não passam sequer pela discussão da dogmática jurídica. Várias podem ser as razões, como a questão da privatização de presídios e ascensão da direita e de movimentos neofascistas dentro de um quadro de efervescência da sociedade. O ovo da serpente colocado no centro das instituições brasileiras começa a ganhar os seus contornos.

Frente à dogmática jurídica, a questão pode ser analisada primeiramente a partir de uma perspectiva constitucional. Além da dificuldade imposta pelo próprio procedimento de Emenda à Constituição (art. 60, §2º, CF), o tema da redução da maioria penal comporta uma possível inconstitucionalidade.

¹ Sobre a forma como a questão da soberania é apresentada no texto, ver Agamben (2004; 2010).

² Existem, ainda, outras propostas que estão em tramitação no congresso e que apresentam propostas diretamente relacionadas ao tema, como a PEC 33/2012, o PL 5.454/2013 da Câmara e o PL 219/2013 do Senado.

Isso porque o art. 228³, como limitador do poder punitivo do Estado, insere-se no âmbito da doutrina de “proteção integral” à criança e ao adolescente e, por isso, configuraria um limite implícito ao poder de reforma, visto que atinge o núcleo essencial da cláusula pétrea constante no art. 60, §4º, IV. É neste sentido que, recentemente, o Conselho Nacional do Ministério Público divulgou uma Nota Técnica posicionando-se expressamente contra a redução e a PEC 171/1993 (CNMP, 2015)⁴.

Frente à dogmática penal, a questão situa-se no campo da culpabilidade, especificamente como elemento de imputabilidade⁵. Embora alguns digam que a maioridade é pautada por um critério biológico, segundo o qual o menor ainda não teria atingido maturidade para a compreensão do caráter ilícito da sua conduta, é consabido que a sua definição obedece a critérios de política criminal – isso está declarado na exposição de motivos da nova parte geral do Código Penal (CP)⁶, que data de 1984, sendo que o mesmo critério já era adotado desde 1940⁷. O art. 27 do CP obedece ao mandamento constitucional e declara inimputável o menor de 18 anos, remetendo às normas da legislação especial – no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo assim, para a estrutura da teoria do delito, hoje, a menoridade é um critério artificial, porém, absoluto de inimputabilidade; e a sua definição pertence ao campo da política criminal (DELMANTO, 2007, p. 106)⁸.

³ Constituição Federal, Art. 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.”

⁴ Igualmente, o relatório da Unicef “Porque dizer não à redução da idade penal” (2009) veicula estes argumentos (ver seção “argumentos jurídicos”), entre outros.

⁵ Assis Toledo (1994, p. 313-4): “Imputabilidade é, tecnicamente, a capacidade de culpabilidade; já a responsabilidade constitui um princípio segundo o qual toda pessoa imputável (dotada de capacidade de culpabilidade) deve responder pelos seus atos”.

⁶ Ver, na exposição de motivos, o ponto 23: “Trata-se de opção apoiada em critérios de Política Criminal. Os que preconizam a redução do limite, sob a justificativa da criminalidade crescente, que a cada dia recruta maior número de menores, não consideram a circunstância de que o menor, ser ainda incompleto, é naturalmente anti-social na medida em que não é socializado ou instruído. O reajustamento do processo de formação do caráter deve ser cometido à educação, não à pena criminal.”

⁷ Sobre o histórico da menoridade penal, ver Soares (20--).

⁸ Além disso, é preciso dizer que o arcabouço conceitual do finalismo welzeliano operou uma transformação na concepção da teoria do delito que empurrou peremptoriamente a maioridade, como elemento da imputabilidade, para o campo da política criminal. Ou seja, não há possibilidade (ou, ao menos, é muito remota), hoje, na dogmática penal, de que a partir de uma alteração legislativa, possam ser feitos juízos acerca da maturidade mental do menor sobre o caráter ilícito e a exigibilidade de uma conduta típica, para tornar-lhe imputável. Sobre o tema: Assis Toledo (1994, p. 226-8;232); Bitencourt (2008, p. 331, 346).

Quando entramos no âmbito de política criminal, é imprescindível ao jurista que se posicione a partir de discussões de criminologia, sob o risco de cair na ausência de rigor teórico. Teorias como a cifra negra e o *labelling approach* são apenas índices básicos que noticiam a seletividade estrutural do sistema jurídico-penal⁹, em que se constata que o sistema punitivo opera nos resíduos e que, na realidade, a impunidade é a regra – mesmo com os dados carcerários alarmantes que temos¹⁰. Não pode, portanto, a legalidade dar conta da legitimidade. E, neste ponto, é notável a formulação “quase lacanianiana” de Eugenio Raúl Zaffaroni, ao afirmar que “O delito não existe” (ZAFFARONI, 2001, p. 246). O que ocorre é um processo de criminalização que se dá no curso do exercício das agências estatais (administrativas e judiciais); criminalização à qual os menores infratores definitivamente não escapam.

Mas, aqui, não é meu intuito fazer coro aos brados de vitimização. Quero ressaltar que não estamos no âmbito do certo e do errado. Estamos no âmbito político da escolha, da decisão. O que ocorre é que o discurso que fundamenta um tema como o da redução da maioria penal é essencialmente um discurso de eliminação da diferença; ou, para utilizar uma terminologia freudiana, é um discurso que intenta um retorno ao inanimado.

Contudo, acredito que opiniões como a de Contardo Calligaris, que são a favor da redução da maioria penal¹¹, sob o argumento de que não se pode isentar os jovens do aprendizado da responsabilidade que é viver em sociedade; (opiniões como esta) beiram a simploriedade por não procurar adicionar à discussão uma compreensão mínima da deslegitimação do sistema penal. De fato, não há como se estabelecer um critério peremptório de responsabilidade de um jovem de 18, 16 ou 14 anos. No entanto, as evidências do sistema penal e carcerário são enormes, e a pergunta passa a ser, então: queremos encarcerar mais pessoas? Agora também os menores de 18 anos? Ou, de outro modo, o que estamos fazendo para cuidar da deslegitimação do sistema penal?

Entendo que a ênfase na aplicação do Direito fulmina a cultura jurídica e nos prende no labirinto da soberania. O Direito precisa deixar de trabalhar

⁹ Sobre cifra negra e *labelling approach*, ver Hassemer e Conde (2008, p. 95,110-5).

¹⁰ Ver Carvalho (2010, p. 93;95). Como se disse, embora a impunidade seja a regra (considerando a cifra oculta), pesquisas apontam que no Brasil houve um crescimento de 317,9% na taxa de encarceramento (número de presos por cada grupo de 100 mil habitantes) entre 1992 e 2013, e que 40% dos presos são provisórios (DIP, 2015).

¹¹ Ou contra a existência de “maioridades/menoridades penais”. Opiniões colhidas em três textos publicados na Folha de São Paulo (CALLIGARIS, 2007; 2013; 2015).

com a violência física e precisa trabalhar com uma cultura jurídica. O Direito precisa parar de objetificar, é preciso “subjeter”; incluir os sujeitos dentro dos conflitos penais, para que sejam responsabilizados, e afastar o sujeito aplicador/responsabilizador. É preciso entender que, ao mesmo tempo em que se desconsidera que o problema também está no mecanismo da aplicação do Direito, se oculta o rechaço ao trabalho civilizatório.

A tarefa política impõe-se: é preciso romper com o silêncio que nos faz gozar com a soberania para que possamos dar nosso consentimento a um trabalho de cultura jurídica.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**: Homo sacer II, 1. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. 14ª tiragem (2008). São Paulo: Saraiva, 1994.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.1: Parte geral.

CALLIGARIS, Contardo. Maioridade Penal e hipocrisia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2007.

_____. Jovens delinquentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2013.

_____. Maioridade Penal? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 abr. 2015.

CARVALHO, Salo. **Antimanual de criminologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CONDE, Francisco Muñoz; HASSEMER, Winfried. **Introdução à criminologia**. Trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Nota técnica do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 171/1993 de redução da maioridade penal. 2015.

DELMANTO, Celso et al. **Código penal comentado**. 7.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DIP, Andrea. No Brasil, 40% dos presos são provisórios. **Carta Capital**, 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/prende-primeiro-pergunta-depois-2548.html>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Porque dizer não à redução da idade penal**. Brasília, 2009.

SOARES, Janine Borges. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil**: uma breve reflexão histórica. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: [20--]. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.html>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Trad. Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Resumo O presente texto aborda o tema da redução da maioridade penal a partir da questão: como consentir com uma lei que cria situações em tese? A interrogação tem como premissa teórica o Direito que se ampara na soberania. São apresentados alguns aspectos da doutrina constitucional e penal sobre o tema, em especial no que diz respeito às críticas criminológicas. Ao final, indica-se o campo da cultura jurídica como o mais adequado para a tarefa política.

Palavras-chave Redução maioridade penal, soberania, consentimento, cultura jurídica.

Abstract This paper addresses the issue of the reduction of criminal responsibility, based on the following question: How to give consent to a law that creates situations in theory? The question has as theoretical premise that law is supported by sovereignty. Some aspects of constitutional and criminal doctrine on the subject are presented, especially with regard to criminological critics. Finally, it suggests the field of legal culture, as being the most suitable for the political task.

Keywords Reduction criminal responsibility, sovereignty, consent, legal culture.



O INCONSCIENTE, A POLÍTICA E A BIOPOLÍTICA

SILVIA EMILIA ESPÓSITO

Psicanalista, membro da EBP/AMP

Email: Psicanalista, membro da EBP/AMP

Em primeiro lugar, tentarei cercar o par inconsciente e política. Lacan (1966-1967) aproxima esses dois, dizendo: “não digo ‘a política é o inconsciente’, mas simplesmente ‘o inconsciente é a política.’” O que salta aos olhos, de início, é a denegação da primeira parte da proposição, ou seja, Lacan faz ressalvas ao afirmar o dito e, justamente porque a segunda definição assevera outra coisa, apronta-se a esclarecer: não são equivalentes, visto que a política se refere ao psíquico, não só do inconsciente. A política está atrelada aos sonhos, às fantasias, aos fracassos, às angústias na multidão, na solidão. “O inconsciente é a política” indica o âmbito, o campo próprio do psicanalista, enquanto que “a política é o inconsciente” delimita o que seja a política além do campo da psicanálise. O próprio Freud (1974) foi seduzido pela ideia de identificar a origem da civilização nas formações do inconsciente, na identificação ao desejo do pai, estruturado pelo desejo paterno. O mito, que Lacan (1992) denomina a neurose de Freud, a saber, *Totem e tabu* (1974), é um exemplo: o pai primitivo usufruía de todas as mulheres, gerando a ira dos filhos, que acabam por matar o pai. Sua morte é a origem do pacto entre os irmãos, com o objetivo de se garantir que ninguém deseje aquele lugar do pai e provoque um massacre.

Até aqui, o mito não deve ser encarado como mentira ou verdade, ou seja, não cabe perguntar se de fato aconteceu. Pode-se ir além dessa história e perceber que Freud assinala que a civilização está ancorada, estruturada em torno do Outro, no sacrifício desse Outro pai, na perda e culpa dos irmãos, na sequência: identificação, repressão do gozo etc., e que a eficácia do pai depende de estar morto, do mesmo modo que Deus. Entretanto, essa não é a única metáfora que podemos extrair do mito. Lacan, no seu retorno a Freud, considera que o mito assinala que o fundamento da circulação social e do ‘para todos’ tem a estrutura da exceção.

Indo um pouco mais longe, poder-se-ia citar outra afirmação de Lacan (1998): “o inconsciente é o discurso do Outro”, $S(A)$, ou seja, o discurso é

transindividual, ligado a um Outro, dividido por efeito do significante. Dizer “o inconsciente é político” define o laço, e o intercâmbio entre os homens é sua relação com a crença ou descrença no Outro.

Se Lacan, em um primeiro momento, estava interessado em saber como, de uma estrutura, surge um sujeito (divisão entre estrutura e fala), a partir do domínio do simbólico, a questão é como um significante qualquer pode vir a representar o sujeito e, por conseguinte, como entra aí a política que o leve a ser algo mais que uma anatomia. Paradoxalmente, Lacan acrescenta que a introdução da política só pode ser realizada no reconhecimento de que todo discurso é discurso de gozo, tudo gira no insucesso, o desejo nunca se satisfaz, não tem final feliz. Podemos afirmar que a psicanálise é o avesso da política, na medida em que a política é a política do mestre, dos ídolos, dos líderes que atraem por identificação, sempre imaginárias. O discurso psicanalítico procura, pelo contrário, a queda das identificações. Disso pode-se concluir que, enquanto Freud entroniza o pai em *a política é o inconsciente*¹, Lacan (1992, *passim*), quando formula os quatro discursos, distingue entre eles o discurso do mestre, que não é outro senão o discurso do inconsciente. No ponto onde Freud coloca o Um sem barra, Lacan adverte que o Outro é dividido.

Nesse sentido, dizer que “o inconsciente é a política” significa destacar que apelar ao Outro barrado é uma forma de colocar o inconsciente nas circunstâncias inesperadas do real da cidade, do discurso universal, e na história. O inconsciente está sujeito à história tanto quanto à psicanálise.

Gilles Deleuze (1992) afirma que a sociedade atual se organiza por um regime de controle que sucede a sociedade Disciplinar. Daí, não se pode ser indiferente ao fato de Freud ter desenvolvido a teoria psicanalítica na chamada sociedade disciplinar, vitoriana, onde a disciplina dos corpos se faz sentir nos seus limites quando o sintoma histórico mostra o que não encaixa no discurso da ciência. Miller (2011) aponta a marca dos conceitos freudianos com o modo disciplinar, a saber: interdito, recalçamento, repressão, censura.

Lacan, cujo ensino data de 1953, teve um pé na era disciplinar (primeira clínica), até começar a subverter alguns conceitos de Freud. Leva o complexo de Édipo a ser uma das possibilidades de amarração entre outras. Inventa o chamado objeto *a*, objeto imaterial, sem sentido, causa de desejo (segunda clínica). E subverte a importância dada ao conceito de falta para indicar que

¹ Cf. FREUD, *Totem e Tabu*, 1974, *passim*.

hoje, quando o mercado oferece tantos objetos, o que importa é como preencher essa falta.

Foucault (1984), desde outra perspectiva, mas que dialoga com a psicanálise como filho da época, inventa a biopolítica, que designa, em primeiro lugar, uma mudança no cerne da passagem do século XVIII ao século XIX. Foucault chama nossa atenção para a importância que o conceito de vida tem, cada vez mais, no capitalismo e, sobretudo, ensina-nos como a vida vai sendo apreendida historicamente pelo homem. Adverte que a sociedade de controle se caracteriza pela biopolítica, a técnica “científica” a serviço do poder. A biopolítica a serviço do biopoder é a ferramenta com que se exerce o poder no cotidiano das relações. Se antes o poder se sustentava no “matar a vida”, agora o objetivo é o “poder que gera a vida”, que gera o corpo social depurado de toda doença. Foucault entende que, à medida que o significante “vida” atinge o ápice da política estatal, o efeito disso não é a diminuição da violência. Descobre que a contrapartida dessa política é acompanhada por uma exigência contínua da morte em massa. A violência adquire um valor de purificação, que garante a melhor sobrevivência da população. Vida e morte, em uma dança lúgubre, ensinam-nos que a biopolítica inclui a tanatopolítica.

As políticas do estado ensinam e dizem-nos como viver, como cuidar da vida, do corpo. O dito “todos iguais pelo consumo”, totalitário da biopolítica como palavra de ordem, apaga qualquer singularidade e reduz o sujeito a seu organismo, identificação que se pretende homogênea no gozo.

Lacan (2003) adverte que, em se tratando da formação do psicanalista e da política do inconsciente, há três pontos de fuga. A última, do real imprevisível, coloca os psicanalistas e seus modos de organização nas conjunturas dos acontecimentos culturais e sociais.

Lacan chama atenção “ao que se irá desenvolvendo como consequência do remanejamento dos grupos sociais pela ciência e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz. Nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação” (LACAN, 2003, p. 263). Dessa maneira, preanuncia os campos de concentração nazistas como precursores do que virá. O resultado (purificação da raça ariana) estaria na parceria do capitalismo com a ciência como discursos “oficiais”.

Se a frase “o inconsciente é a política” está pensada em relação ao Outro (da exceção), de que maneira se pode entendê-la hoje, justamente quando esse Outro não existe, na lógica da homogeneização atual?

Afirmar que o Outro não existe quer dizer que não estamos mais no regime da lei do pai, da repressão, por isso a transgressão e a liberdade são problemáticas.

As identificações são efêmeras. “O Outro não existe” faz referência à inexistência do Outro da essência. A história já passou pelo Outro vingativo, o Outro todo amor, para citar alguns, e hoje não se poderia afirmar que o Outro é aquele que não está nem aí? Jacques-Allain Miller (2011) adverte que a psicanálise está implicada nos destinos da modernidade, para o melhor e para o pior.

Referências

FOUCAULT, Michel. Porque estudar o poder: a questão do sujeito [1984]. In: _____. **Dois ensaios sobre o sujeito e o poder**. Disponível em: <<http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 13. p.11-191.

LACAN, Jacques. **A lógica do fantasma**: seminário 14 (1966-1967). Inédito. (Tradução para uso interno de membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife). Não paginado.

_____. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise, 1969-1970. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 248-264.

_____. O seminário sobre “A carta roubada”. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 13-66.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: 34, 1992. p. 219-226.

MILLER, Jacques-Alain. Intuições milanesas I. **Opção Lacaniana on-line nova série**, v. 2, n. 5, p. 1-15, jul. 2011. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_5/Intuicoes_milanesas.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.



Resumo O presente trabalho visa fazer dialogarem dois significantes, o inconsciente e a política, presentes em duas frases de Lacan, “a política é o inconsciente” e “o inconsciente é a política”. Essas frases, apesar de estarem constituídas pelas mesmas palavras, distinguem-se por indicarem âmbitos, campos diferentes. Algumas pontuações de Miller proporcionam a articulação que se faz neste trabalho entre o inconsciente, a história, e os conceitos, elaborados por Michel Foucault, de biopolítica e biopoder,

Palavras-chave Inconsciente, política, biopolítica, biopoder, história, Outro.

Abstract The purpose of this study is to establish a dialog between two signifiers; the unconscious, and the politics that are present in two phrases from Lacan, “politics is the unconscious” and “the unconscious is politics.” Although the phrases are composed of the same words, they are distinguished by indicating different realms and fields. The study looks at the articulation between the unconscious, history, biopolitics, and biopower, concepts developed by Michel Foucault, and considerations raised by Miller.

Keywords Unconscious, politics, biopolitics, biopower, history, the Other.







passé

A large, bold, black lowercase letter 'p' in a classic serif font. The letter has a thick vertical stem and a rounded, bowl-like top. The word 'passé' is written vertically in a smaller, black serif font along the left side of the stem of the 'p'.





TESTEMUNHO

GABRIELA GRINBAUM

Psicanalista, AE, membro da EOL/AMP

E-mail: gabgrinbaum@fibertel.com.ar

Gostaria de agradecer ao Comitê do passe pelos encontros prazerosos e por me fazer sentir tão à vontade. Agradeço ao Cartel do passe pelo seu voto de confiança. Por último, especialmente, agradeço às minhas “passadoras”. A sorte esteve ao meu lado por tê-las comigo. Essa experiência foi genial com elas, pelo desejo, pelo respeito e pela atmosfera muito legal.

O final

Segunda-feira: digo a meu analista que quinta-feira meu marido estará por Paris. Peço para ir às sessões pela manhã, já que gostaria de estar com ele à tarde. Peço que não se esqueça disso. Ele responde, “está bem”.

Terça-feira: invadida pela sensação de que não me havia escutado direito, digo-lhe: “Não esqueça que amanhã meu marido chega às três horas, assim eu virei somente pela manhã”. Ele responde com um gesto: “mas é claro.”

Quarta-feira: o assunto ainda me deixava nervosa, e insisto mais uma vez na saída da sessão: “Gostaria de lembrar o senhor que amanhã meu marido chega às três horas, assim que...”. Ele me interrompeu dizendo: “você já me disse isso três vezes”.

Quinta-feira, logo após um sonho que relatarei mais adiante: no final desta sessão, extremante feliz pelo sonho e pelo abraço forte do analista, rindo de mim mesma, digo-lhe: “hoje às três...”. Era a segunda sessão do dia, eu não voltaria à tarde, o analista me responde: “eu lhe espero às três”. Respondo perturbada e furiosa: “Mas eu lhe havia dito que meu marido chegaria às três”. “Vejo você às três”, disse ele.

Totalmente confusa, telefonei para meu marido e disse-lhe: “juro pra ti que falei vinte vezes que você chegava às três horas. Não sei o que aconteceu com esse homem”. Meu marido responde: “relaxa, aterrissei recentemente. Espero-te por aí, adoro caminhar sozinho por Paris”. Alívio imenso e angústia. Ele se vira perfeitamente sem mim.

Aos 17 anos, muito angustiada após um aborto, vou pela primeira vez a um analista freudiano. 43 minutos de silêncio. Digo 43 porque fiquei 45 minutos na sessão e não levei mais do que dois minutos para lhe contar sobre aquele episódio doloroso. O analista não me disse nada e eu não pude falar mais. Sim, ele disse algo: “apague o cigarro, não se pode fumar aqui”. Era meu segundo segredo, eu fumava e meus pais não sabiam.

Essa tentativa fracassada de iniciar cedo uma análise marcou minha prática com os jovens que chegam a meu consultório.

Eu queria ser atriz, desde sempre, desde que nasci. Fazia muitos anos que estudava teatro e já participava de peças independentes.

Na minha família, além da proibição do incesto, era proibido não ser universitário. Dessa forma, meu pai disse que o curso de psicologia era um bom complemento para minha formação de atriz.

Um professor no meu primeiro ano de faculdade pronunciou a seguinte frase de Lacan: “A mulher não existe”. Essa frase passou a ressoar em mim para ser abordada em uma segunda análise com uma analista mulher. As aulas desse professor de psicanálise me despertaram um grande interesse.

Jacques-Alain Miller realizou uma conferência numa aula inaugural na sede da Avenida Independência, e a única coisa que lembro dessa conferência foi a sua primeira palavra: “tomara!”. Não faço a menor ideia de como continuou a conferência. A fascinação por essa voz me levou a uma surdez absoluta. Isso me fez procurar um analista lacaniano, tinha que ser o analista mais lacaniano.

Minha primeira análise começou aos 18 anos, tomada pela dúvida entre ser uma atriz ou continuar o curso de psicologia.

Com a volta da democracia, meu pai abriu um teatro em San Telmo, o que dificultou meus laços com alguns colegas de teatro. Aos 19 anos, estreei “Antígona” numa versão de Anouilh. Ao sair do Teatro Colonial, esperei pelas palavras de meu pai, as únicas que me importavam. E ele me disse: “talvez tua voz não seja suficiente para o teatro”. Toda felicidade que havia sentido desde minha escolha em interpretar esse personagem e a felicidade durante toda a apresentação desmoronaram naquele instante. E a cada dia passei a ter menos voz. A afonia era uma parte de mim. É verdade que eu sempre fui rouca, e meu pai me dizia que eu parecia com a Graciela Borges, e eu gostava disso porque ele gostava dela. Mas agora era diferente. O brilho de minha rouquidão tornou-se opaco, e eu não poderia ser uma boa atriz.

Fui à minha sessão e minha analista disse: “vejo que a voz do teu pai te deixou sem voz”. Isso foi suficiente para que a afonia desaparecesse. Foi assim ou algo parecido e, possivelmente, pelo tempo transcorrido, as coisas foram um pouco romanceadas.

Durante essa análise, que durara quatro anos, me formei na faculdade e decidi ir para Paris estudar psicanálise na busca dessa voz que se interrompeu com a primeira palavra: “tomara!”.

Pouco tempo antes de partir para Paris, participei de um congresso do Campo Freudiano sobre as psicoses. Além de tudo, havia um divino detalhe, o congresso transcorreu no teatro *General San Martin*. Nessa ocasião, adorei ouvir uma palestra realizada por uma analista mulher, mãe de meu melhor amigo. Alguém muito especial para mim, que estava sentada ao meu lado, me disse: “Gabi, esta é a analista que mais sabe sobre o fantasma feminino”. Entre “a mulher que não existe” e o suposto saber sobre o fantasma feminino, não hesitei em telefonar para essa analista.

Não dormi durante toda a noite anterior à sessão, marcada para 7:15. Eu havia pensado que ela deveria estar testando meu desejo ao me dar um horário tão cedo. Perguntei na bilheteria como chegar e peguei o metrô. Após viajar mais de uma hora e quatro estações de metrô, não encontrei o número no endereço. Liguei para ela de um telefone público e ela me perguntou: “onde estás?”. Respondo: “aqui na sua rua”. “Mas você está perto do metrô *Pasteur?*” “Não”, respondo. “Então você pode estar em qualquer lugar. Venha amanhã às 7:45”. Não consegui dormir, outra vez, e cheguei à sessão bem pontualmente.

O que é ser uma mulher? Essa não era minha pergunta. Minha busca era ser uma mulher diferente com uma marca original. Revelava-se minha fascinação pelas mulheres homossexuais, e o meu desprezo pelos semblantes universais do feminino, desde pequena, inquietava-me. Em pouco tempo percebi que não era a única pessoa agendada para aquele horário, havia pelo menos três pessoas. A vivacidade portenha levou-me a chegar só um pouquinho mais tarde. Quando a analista abriu a porta e me olhou de soslaio, disse diante das pessoas que ali estavam, inclusive diante de uma professora minha da Paris 8: “mas você está atrasada” (*mais, vous êtes en retard*). O que eu compreendi foi “você é uma retardada”. Esse lugar na transferência me acompanharia por muitos anos nessa análise.

Aos cinco anos, entro no primeiro ano do colégio Normal 3 da cidade de La Plata. Vou dar alguns detalhes: faço aniversário em julho e, nesse estado,

para ser admitido em uma série ou em outra, os alunos deveriam ter completado seis anos em maio. Assim, meu pediatra, a pedido de minha mãe, falsificou minha data de nascimento para me adiantar um ano na escola. Mas, há mais: havia as séries *A* e *B*. A série *A* era para as crianças mais inteligentes e a *B* para os outros. O que minha mãe fez? Consultou o teste psicopedagógico utilizado pela escola e me preparou todo o verão para ter certeza que eu entraria no primeiro *A*. Quando a pessoa responsável me apresentou o teste, eu lhe disse: “minha mãe me fez fazer isso mil vezes!”. Ela riu e entrei no primeiro *A*, estando muito adiante do que deveria.

Parte da minha vida circulou entre a adiantada e a atrasada, em particular, e isso se tornou um sintoma na minha segunda análise. Sintoma que retornou em minha terceira análise, atrasando-me em enviar a carta à secretaria do passe. A minha segunda análise durou 14 anos, e durante esse tempo me casei e tive duas filhas. Ser amada e a certeza de ter sido escolhida pelo outro foi uma marca deixada pela minha avó.

Minha avó paterna, uma polaca, judia, sem crenças religiosas, fumante, à frente de seu tempo e muito amada por meu avô, disse-me várias vezes a receita do amor: “Você tem que amá-lo, mas ele tem que te amar muito mais”.

Começo a pensar sobre quem será meu terceiro analista. Não tinha vontade de fazer supervisão com minha analista. “Como seguir uma supervisão com quem me achava uma atrasada (retardada)?” Ele, ao invés, me fazia de *partenaire*, de adiantada, de jovem analista desperta e trabalhadora, festejava minhas intervenções.

Vou esperar as próximas jornadas da EOL para mostrar o que foi elaborado nesta análise sobre a maternidade, as mulheres e o feminino.

Porém, direi algo: para minha mãe, eu detinha o saber sobre o laço entre um homem e uma mulher. Tornei-me, muito cedo, o sujeito suposto saber em consertar o que ia mal entre meus pais.

Nunca cheguei, em 28 anos de análise, à resposta do que me havia levado a sustentar essa missão de gozo por tanto tempo. Durante o processo do passe, uma lembrança traumática, que aparecera em várias ocasiões durante minhas três análises, mostrava-se enlaçada a esta árdua tarefa.

Desde que comecei a caminhar, eu ia todas as noites para a cama de meus pais, até que, aos cinco anos, o buraco (vazio) de ficar fora do gozo dos pais, o que com Freud aprendemos a nomear como cena primária e, juntamente, a surra que levei de meu pai, irreconhecivelmente violento, puseram fim aos

meus passos noturnos. Isso deixou como saldo a incessante tarefa de conservar o impossível da relação entre casais, como a dos meus pais e a de outros.

A “não relação sexual” faz-se visceral durante minha segunda análise com a separação, como devo chamá-la, política, entre minha analista e meu supervisor, entre minha mãe e meu pai, dizia eu. Isso tocou o corpo, perdi uma gravidez.

Apesar da angústia e da confusão, não questionava a continuação dessa análise. Não sem pagar com o incômodo que começava a sentir em relação à EOL, um lugar onde sempre havia me sentido em casa. Para tolerar o assunto, oscilava entre a desordem e certo cinismo.

A analista começou a me ligar diariamente para saber o que diziam sobre a ruptura em Buenos Aires. Eu tentava amenizar as versões com a ideia delirante de poder, mais uma vez, consertar um casal. Localizava-me, exatamente, no lugar de gozo de menina com minha mãe. Horrorizada, viajo para terminar essa análise.

O gozo de não dormir esteve presente em toda minha vida. Somente na terceira análise tornou-se um sintoma. Basicamente, porque meu marido não suportava mais. Excesso de planos noturnos, vida social sem limites, sempre havia algo mais, como dizia o *partenaire*. Tudo para não dormir ou, para ser mais exato, para não deixar ninguém dormir. Muitos aqui sabem disso. O não dormir conduz no tratamento a uma lembrança infantilíssima, para usar um termo muito utilizado no momento atual e, além disso, que me é familiar, de ir ver meu pai durante as noites para certificar-me de que respirava, prestando atenção no movimento de sua barriga. A escuridão me angustiava por alguns momentos quando pensava que ele estava morto.

Na análise, localiza-se o vivificar do pai morto, não o não dormir, mas o não deixar o outro dormir, e, junto a isso, conseguir despertar o outro até ficar empapada de suor pelo esforço. Um pai extremamente culto, para quem eu era, indiscutivelmente, a favorita.

A única que conseguia desviar sua atenção dos livros era eu. Reparava em mim. Tão culto como silencioso. Palavras tinham que ser arrancadas dele. E eu me encarregava de animar a festa todos os dias, todo o tempo, sempre com alguma coisa para contar-lhe, sempre fazendo com que ele me contasse algo: “e afinal como termina *La cantante calva*?” “Gostas mais de Ionesco ou Pirandello? Por que tu falas que Ibsen era feminista?” Eu sabia que botão apertar para fazê-lo falar. Satisfação extenuante. E assim, também com o outro, o *partenaire*, o analista.

E assim, dirijo-me ao meu terceiro analista, alguém que encarnava o lugar do pai vivo, o pai que não dorme nunca. Mesmo assim, havia que mantê-lo acordado. Em uma ocasião, para minha desgraça, um colega da EOL me conta que este mesmo analista havia dormido durante uma sessão.

Dobro a aposta. A cada vez falava mais sobre algo que o interessava, mais sobre o que o divertia, mais sobre o que o despertava. Finalmente, uma intervenção: “você exagera para despertar mais interesse no outro”. Envergonho-me como nunca. Revelava-se minha posição fantasmática.

Fazia tempo que isso me pertencia, nas aulas que dava na faculdade, nas reuniões que organizava em casa, nas jornadas da Escola, com os amigos, inclusive com certos pacientes que se encontravam adormecidos. Nessa mesma série, às vezes me queixava na análise do esforço que implicava atender certos pacientes que não falavam e que me eram encaminhados logo após experiências frustradas: “porque eu faço falar até as pedras”.

Meu analista festeja e retruca: “fazer falar as pedras, esse é teu traço”. Isso produziu uma passagem do excesso de gozo a um gozo amistoso, estabelecendo uma homeostase e se tornando um prazer.

Durante a análise tenho um sonho onde sou um jovem. Minha identificação masculina, que reconheço em mim desde pequena, associou-se ao que eu encontrava de feminino e muito pouco de masculino em meu irmão, um ano mais velho. Meu analista diz enfaticamente, como no jogo das máscaras quando se descobre quem está por trás, dando a sessão por encerrada: “você é a representante da reparação”. Tenho a impressão de que nunca ri tanto. E, pra dizer a verdade, durante todo esse tempo, não fiz outra coisa senão falar disso.

Reparar, consertar o outro: o meu irmão pouco masculino, o não saber de minha mãe, vivificar meu pai, e a lista pode seguir. É o mesmo *sinthoma* de sempre. Alguns anos depois, digo a meu analista que já não estava mais tentando despertar meu pai, e muito menos meu marido. Deixava, nem sempre, mas frequentemente, todos dormirem. Parti para Buenos Aires, meu analista me surpreende: “escreva-me quando chegares”. Claro, eu lhe escrevi, com bastante estranheza, tantas vezes me despedi e jamais havia me pedido algo assim, algo da ordem de um cuidado. Não sei, mas me deu um enorme prazer lhe escrever. Simplesmente que eu havia chegado bem. Deixei-me ser cuidada por um homem.

E sobre o teatro? Depois da fatídica frase: “talvez tua voz não seja suficiente para o teatro”, depois dos episódios de afonia e de tudo que lhes contei, vale

dizer que segui um tempo grande com as funções: os ensaios, os treinamentos, as várias consultas com fonoaudiólogos. Comecei a dar aulas de teatro para crianças, trabalhei como professora de teatro durante toda a faculdade e também dirigi peças. Nada me dava mais prazer do que isso.

Na minha volta de Paris, a docência na faculdade foi onde o circuito pulsional encontrou a substituição desse gozo. Dar aula é, para mim, montar a cena que desperta o outro, desperta o entusiasmo no sujeito e no outro, lugar onde faço escutar minha voz e onde consigo que reparem em mim. Adoro.

Uma amiga escritora e com muito humor me disse: “teu pai te salvou, Gabi, terias sido uma péssima atriz, e como analista tu te saís muito bem”. Meu amigo Manuel Zlotnik, enquanto eu fazia o passe, citou-me uma passagem de Miller que jamais havia lido e que me produziu um tipo de comoção, surpresa e alegria. Está na *Lacaniana 12*, vou ler: “atrevo-me a dizer que seria necessário que uma análise desembocasse sobre o desejo de exhibir-se, quer dizer, que o passe tivesse algo do desejo do ator”. O que mais? Sempre algo mais... Não posso evitar...

Conserva-se a condição do feminino em um homem para que o traço primário da perversão funcione. A posição ativa como resposta ao desejo feminino. A pergunta como olha uma mulher para outra mulher. As noites compridas.

Ah, falta algo, o sonho do final: este de quarta à noite e que contei ao analista na quinta. Chego ao consultório do analista, ele me diz que já não me analiso mais, mas que bom que eu esteja ali para que eu o ajude a decorar sua nova casa. É uma espécie de *loft*, com cortinas que parecem telas. Eu lhe sugiro que mude a cor dessas telas. Ele me conta que estava na sua nova casa porque havia se separado, e me convida para conhecer sua nova mulher. Vou em direção dessa casa e a nova mulher de meu analista me recebe. É uma atriz, Annette Benning, que me convida para entrar. E *passei*, dois anos e meio depois da última sessão, retardando, ou melhor, atrasando... Um pouco.

Obrigada.

Tradução do espanhol: Silvia Ghizzo



NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A aprovação e a publicação dos artigos dependem da análise de pelo menos dois pareceristas. Cabe ao Presidente do Conselho e aos membros do Conselho compor os textos que serão publicados em cada número. Os textos a serem submetidos à Arteira devem estar formatados conforme as normas produzidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, segundo a lista abaixo:

Autor	Título	Data
ABNT	NBR 6022 – Informação e documentação – Artigo	2003
ABNT	NBR 6023 – Informação e documentação – Referências	2002
ABNT	NBR 6024 – Informação e documentação – Numeração progressiva	2003
ABNT	NBR 6028 – Informação e documentação – Resumos	2003
ABNT	NBR 10520 – Informação e documentação – Citações em documentos	2003

Os textos submetidos à Revista Arteira devem ser enviados em fonte Cambria, tamanho 12, espaço entre linhas de 1,5, para o seguinte endereço eletrônico: ebpsc48@gmail.com e lfe.camargo@gmail.com Para acessar mais informações sobre as normas e política da revista visite o site da EBP-SC: http://www.ebpsc.com.br/wordpress/?page_id=54

LISTA DE PARECERISTAS

1. Laureci Nunes (EBP-SC)
2. Louise Lhullier (EBP-SC)
3. Oscar Reymundo (EBP-SC)
4. Cinthia Busato (EBP-SC)
5. Leonardo Duarte Scofield (EBP-SC)
6. Flávia Cera (Cultura e Barbárie)
7. Raul Antelo (êxtimo - UFSC)
8. Romildo Rego do Barros (EBP-RJ)
9. Antônio Teixeira (EBP-MG)
10. Alberto Murta (EBP-DG-ES)